



Programa de
Pós-Graduação em
Linguística

DESIGNAÇÕES DA PALAVRA SÃO PAULO: ESTUDO SEMÂNTICO-
ENUNCIATIVO DO MOVIMENTO HISTÓRICO DE 1932

Ana Lígia Criado Suman

SÃO CARLOS
2013



Universidade Federal de São Carlos

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

DESIGNAÇÕES DA PALAVRA SÃO PAULO: ESTUDO SEMÂNTICO-
ENUNCIATIVO DO MOVIMENTO HISTÓRICO DE 1932

ANA LÍGIA CRIADO SUMAN

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre em Linguística.

Orientadora: Prof^a Dr^a Soeli Maria Schreiber da Silva.

São Carlos - São Paulo - Brasil
2013

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

S955dp

Suman, Ana Lúcia Criado.

Designações da palavra São Paulo : estudo semântico-enunciativo do movimento histórico de 1932 / Ana Lúcia Criado Suman. -- São Carlos : UFSCar, 2013.
141 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2013.

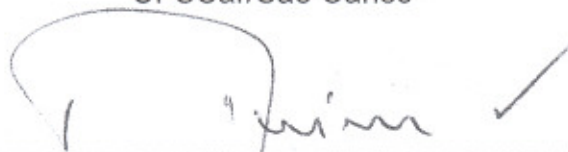
1. Semântica. 2. Acontecimento. 3. Domínio semântico de determinação. 4. Brasil - história - revolução constitucionalista, 1932. I. Título.

CDD: 401.43 (20ª)

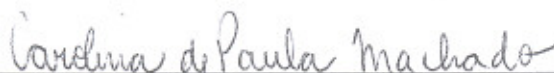
**BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE
 ANA LÍGIA CRIADO SUMAN**



Prof^a. Dr^a. Soeli Maria Schreiber da Silva
 Orientadora e Presidente
 UFSCar/São Carlos

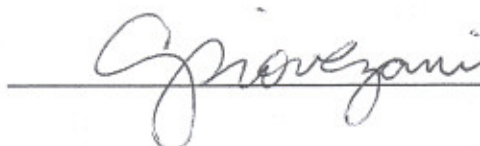


Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães
 Membro titular
 UNICAMP/Campinas



Prof^a. Dr^a. Carolina de Paula Machado
 Membro titular
 UFSCar/São Carlos

Submetida a defesa pública em sessão realizada em: 18/junho/2013.
 Homologada na 57^ª reunião da CPGL, realizada em 28/06/2013.



Carlos Piovezani
 Coordenador
 PPGL/UFSCar

Dedico esse trabalho aos meus pais, Lúcio e Cleide por todo apoio, amor e incentivo incondicionais, pelas palavras que me permitiram seguir ao longo desses estudos; Ao Sensei Pablo Ferreira, companheiro no amor e conselheiro para todas as horas.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Lúcio e Cleide, pelo amor, apoio e cuidados dedicados desde que me decidi por buscar conhecimentos e formação para além dos limites do nosso Noroeste Paulista;

Aos meus avós, por me protegerem com suas bênçãos em todas as chegadas e partidas: Maria Donato, por sempre me incluir em suas orações diárias; à memória do meu avô Dionizio Suman, meu querido, meu velho, meu amigo!

Agradeço à Prof^a Dr^a Soila, minha orientadora, por sempre me apoiar, desde os anos de graduação até o presente momento, oportunizando-me conhecimentos e caminhos que me fizeram acreditar nesse trabalho por meio das valiosas discussões realizadas pelo grupo de estudo UEHPOSOL – UFSCar;

Ao Prof^o Dr^o Eduardo Guimarães pelas importantes considerações e discussões realizadas no momento da qualificação, permitindo um redirecionamento necessário ao trabalho;

À Prof^a Dr^a Carolina de Paula Machado pelas palavras de incentivo, pelos valiosos apontamentos dedicados a esse trabalho e por proporcionar, por meio de suas publicações e trabalhos, leituras tão prazerosas sobre teoria e análise nos estudos semânticos;

Aos professores do PPGL por aulas tão edificantes e excelentes, proporcionando a todos os pesquisadores reflexões importantes sobre os estudos da linguagem;

Aos colegas e amigos da graduação e pós-graduação da UFSCar, pelas conversas, almoços no RU, estudos na BCo, dramas e alegrias compartilhados, em especial, Vivian, Cíntia Araújo, Eleonora, Fabiana Steigenberger, Fabíola, Gabriel, Gabriel Leopoldino, Marcelo Giovannetti, Moacir Alencar e Vivian.

A todos que acreditaram e enviaram energias boas para mim ao longo dessa minha etapa de formação, os meus mais sinceros agradecimentos.

“Depois veio a ordem das coisas e as pedras têm que rolar seu destino de pedra para o resto dos tempos.

Só as palavras não foram castigadas com a ordem natural das coisas. As palavras continuam com seus deslimites”.

(Manoel de Barros. O retrato do Artista Quando Coisa. Rio de Janeiro, Record 1998).

SUMAN, Ana Lúcia Criado. **Designações da palavra São Paulo: estudo semântico-enunciativo do movimento histórico de 1932**. 2013. 141 págs. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Linguística/Universidade Federal de São Carlos – PPGL/UFSCar, São Carlos-SP, 2013.

RESUMO

O presente trabalho objetiva desenvolver um estudo semântico enunciativo considerando o percurso de sentidos construído pelas determinações da palavra *São Paulo* no espaço enunciativo em que se tomam os acontecimentos de linguagem produzidos pela imprensa, durante o Movimento Constitucionalista de 1932. Colocam-se como princípio norteador os elementos teóricos e epistemológicos da Semântica do Acontecimento proposta e desenvolvida por Eduardo Guimarães (1989, 1999, 2002, 2002a, 2003, 2004, 2004a, 2004b, 2005, 2007, 2008, 2009), uma Semântica fundamentada na historicidade da língua, destituindo o sujeito de uma posição central para compreendê-lo enquanto constituído na e pela linguagem. Por meio de seus mecanismos de funcionamento, a abordagem semântica apresentada por Guimarães estabelece uma relação com a Análise do Discurso, de modo específico, e, em geral, com as teorias do sujeito, filiando-se assim à escola francesa de Análise do Discurso e à Semântica Argumentativa em moldes ducrotianos. Abordando esse acontecimento histórico, que se configura em caráter político e social, enquanto um acontecimento na esfera enunciativa, realiza-se um estudo dos DSDs (Domínios Semânticos de Determinação) da palavra São Paulo a partir da forma como a mesma designa nos textos apresentados pelos jornais "Folha da Manhã" e "Folha da Noite", durante o mês de julho de 1932, momento de eclosão do movimento armado. Nesse sentido, objetiva-se apreender pelos acontecimentos enunciativos dos enunciados a serem analisados, o que, de fato, contribuiu para a significação do conceito de paulistanidade, constituindo assim os sentidos que representam São Paulo na atualidade.

Palavras-chave: Semântica do Acontecimento. Domínio Semântico de Determinação. Designação. Movimento Constitucionalista de 1932.

ABSTRACT

This paper aims to develop a semantic enunciative study considering the route of meanings constructed by the determinations of the word "São Paulo" into the enunciative space in that it considering the language events produced by the press, during the Constitutionalist Movement of 1932. This paper is guided by the Semantics of the Events proposed and developed by Eduardo Guimarães (1989, 1999, 2002, 2002a, 2003, 2004, 2004a, 2004b, 2005, 2007, 2008, 2009), which is a semantic study based on the historicity of language, dismissing the subject from a central position to understand it as someone who is constituted by language and through language. Through its operating mechanisms, the semantics approach presented by Guimarães establishes a relationship with the Discourse Analysis and, in general, with the theories of the subject, joining it then with the French School of Discourse Analysis and with the Argumentative Semantics according to Ducrot perspectives. It is being done a study of the "Semantic Domains of Determination" of the word "São Paulo", considering the way it is denominated by the newspapers "Folha da Manhã" and "Folha da Noite", during the the month of July 1932, when the armed movement was hatched in Brazil. In this sense, the aim is to capture the enunciative events from the statements and analyze them in order to identify, in fact, what has contributed to the significance of the concept of "paulistanidade", and the senses that represents "São Paulo" today.

Key Words: Semantics of the events. Semantic domain of determination. Designation. Constitutionalist Revolution of 1932.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD – Análise do Discurso

DSDs – Domínios Semânticos de Determinação

E – Enunciador

GN – Grupo nominal

GNs – Grupos Nominais

L – Locutor

I-x – Lugar social do dizer

SN – Sintagma Nominal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1 – O MOVIMENTO CONSTITUCIONALISTA DE 1932 ENQUANTO ACONTECIMENTO HISTÓRICO.....	21
1.1 Aspectos simbólicos representativos ao Movimento.....	21
1.2 São Paulo em/no Movimento: sentidos da história para uma construção linguístico-enunciativa.....	30
1.3 O Paulistanismo e sua representatividade no Movimento de 1932.....	32
CAPÍTULO 2 – CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DE UM ARCABOUÇO TEÓRICO: SEMÂNTICA DA ENUNCIÇÃO/ACONTECIMENTO.....	35
2.1 Estudos Linguísticos: caminhos teóricos para a formação do(s) conceito(s) de enunciação.....	35
2.2 A Semântica da Enunciação: a linguagem tomada na história.....	42
2.3 A teoria da Semântica do Acontecimento: conceitos e filiações.....	44
2.3.1 Enunciação e acontecimento enunciativo: relações históricas, temporais e políticas.....	46
2.3.2 Espaço de enunciação.....	54
2.3.3 Cenas de enunciação e Agenciamento enunciativo.....	56
CAPÍTULO 3 - CONCEITUAÇÃO DO PONTO DE VISTA ANALÍTICO.....	62
3.1 A Reescrituração.....	62
3.1.1 Modos de Reescrituração.....	63
3.2 Relações de Articulação.....	67
3.3 Nomeação, Referência e Designação: distinções e relações necessárias para a apreensão do simbólico na constituição dos sentidos.....	71
3.4 Domínio Semântico de Determinação.....	75
3.5 Constituição do material de análise.....	81
3.5.1 Apresentação do corpus e considerações acerca da imprensa periódica paulista.....	81

CAPÍTULO 4 – A PALAVRA SÃO PAULO NOS TEXTOS JORNALÍSTICOS DE 1932: PERCURSO ANALÍTICO DA DESIGNAÇÃO.....	87
4.1 Descrição do funcionamento semântico-enunciativo: o que São Paulo designa?.....	87
4.2 Reportagens da <i>Folha da Manhã</i> (I).....	88
4.2.1 Reportagens da Folha da Noite (I).....	92
4.3 Reportagens da Folha da Manhã (II).....	101
4.3.1 Reportagens da Folha da Noite (II).....	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
REFERÊNCIAS.....	119
ANEXOS.....	128
ANEXO A.....	129
ANEXO B.....	134
ANEXO C.....	138
ANEXO D.....	140

INTRODUÇÃO

Os estudos linguísticos em sua abrangente relação com a linguagem nos permitem o contato com diversos modos de estudá-la e compreendê-la em seus funcionamentos, independente da especificidade teórico-analítica exigida e necessária para o fato linguístico materializado e observado. Essa reflexão nos é permitida em razão de que tudo se faz passível de sentido (s) por meio das construções verificadas na e pela linguagem.

Apoiando-nos nessa valiosa característica voltada para as possibilidades existentes no campo da Linguística, faz-se possível contar com entradas teóricas para um trabalho analítico do fato linguagem, desenvolvendo-se um trabalho sobre seus aspectos mais consideráveis. Dentre tais entradas, nos filiamos aos estudos de base semântica para tratarmos as relações entre os sentidos e suas constituições.

Assim, na medida em que são dispostas diferentes óticas para que sejam trabalhadas as teorizações e análises sob uma grande variedade de material linguístico disponível, o presente estudo mobilizará a questão da *designação* como uma das formas para que se possam compreender os sentidos e o que os mesmos representam quando expostos ao real, simbolizados e tomados na história.

Diante do exposto, ao lançarmos um olhar mais cuidadoso ao que é produzido linguisticamente pelas enunciações tomadas na atualidade, fez-se relevante a questão que trata da ocorrência da palavra *São Paulo* nos enunciados veiculados pela mídia atual, trazendo estes certas construções envolvendo essa palavra que demandam um estudo mais detido, retomando assim os caminhos dos sentidos que a foram constituindo e determinando histórica e enunciativamente, de acordo com as especificidades que lhes são próprias.

Contudo, resolvemos considerar a produção realizada ainda no século XX, mais especificamente o início da década de 30 para tomarmos a imprensa jornalística e o que esta produziu a respeito de São Paulo¹ quando esse Estado/cidade se encontrava na posição de propagador do Movimento Constitucionalista de 1932, momento este em que mais se reforçou o sentimento ou conceito da chamada paulistanidade ou paulistanismo, fazendo com que, por meio

¹ A palavra *São Paulo* quando utilizada ao longo do texto sem a antecedência do termo *palavra/nome*, deverá ser entendida enquanto uma referência tanto à cidade que apresenta esse nome quanto ao Estado de São Paulo.

desse recorte, pudéssemos tomar conhecimento de textos que nos são significativos enquanto corpus para se desenvolver esse trabalho de análise enunciativa.

Muito se publicou sobre o Movimento de 1932 na imprensa periódica da época e, tomando contato com todo esse corpus publicado, estudos recentes se valeram desse recorte histórico, constituindo-se de modo a tratarem do conteúdo que se produzia durante os acontecimentos que delineavam os rumos do referido levante. Como exemplo, temos o trabalho desenvolvido por Rodrigues (2007)², que trata da atuação e campanha desenvolvida pelo jornal *O Estado de São Paulo* com o Movimento, tomando-o enquanto fonte de objeto de pesquisa, mas sob a perspectiva de historiador, ao considerar esse periódico em “sua condição de fonte e objeto para a produção do conhecimento histórico” (RODRIGUES, 2007, p.1).

Por outro lado, pela linha dos estudos linguísticos, encontramos o trabalho de Sellan (1999a) que se desenvolve por um enfoque discursivo ao tomar a formação da identidade paulista, mobilizando para isso os discursos históricos produzidos no período da Revolução de 32. A autora conduz as análises por meio dos procedimentos retóricos dos discursos veiculados nesse momento histórico, para assim apreender o modo como a retórica voltada à derrota desse Movimento armado foi passível de se modificar para o seu oposto, ou seja, à retórica de uma suposta vitória, postura esta apresentada por quase todos os jornais da época. Para realizar esse estudo, a autora acima se apoiou na materialidade linguística de algumas narrações que foram tomadas por testemunhos e argumentos, ou seja, vivenciadas no momento histórico em questão.

Além disso, A Revolução de 32³ é também observada por essa mesma autora (1999b) em sua conformação enquanto discurso literário, analisando tal discurso mediante o confronto entre o contexto histórico do acontecimento histórico e a historicidade constituída pela sua discursivização, segundo os pressupostos teóricos da Análise do Discurso, doravante AD, de linha francesa, mobilizando para isso os conceitos de formação discursiva e interdiscurso, na medida em que os relacionam no espaço discursivo produzido pela obra *Éramos Seis*, de Maria José Dupré.⁴

² Ver mais detalhes nas referências.

³ Revolução: modo pelo qual a autora se refere a esse acontecimento histórico.

⁴ Para maiores informações, consultar *A Revolução de 1932 e sua presença na Literatura* (SELLAN, 1999b).

O nosso trabalho, por outro lado, ao ser tomado em suas especificidades teóricas e analíticas, buscou observar, também considerando o Movimento Constitucionalista de 1932, o percurso de sentidos conferido à palavra *São Paulo* em termos de uma construção designativa realizada pela mesma, desenvolvendo-se por meio de um estudo que se orienta pelos postulados da semântica enunciativa.

Mostrou-se então pertinente trazer para o âmbito dos estudos semântico-enunciativos questões que pudessem desenvolver um horizonte de pesquisa ao valer-se da tematização desse acontecimento histórico, já trabalhado por outros pilares teóricos como mencionamos acima.

Assim, o Movimento de 32, considerado sob um estudo agenciado pela esfera enunciativa para se produzir um percurso analítico, aliando-se este a um aporte teórico que o justificasse em seu principal entorno, fez com que, dentre as mais diversas inquietações que pudessem emergir sobre os modos de se produzir sentidos pela linguagem, figurasse-se dentre as mesmas, tomando o evento histórico em que nos apoiamos, a questão de pesquisa em torno do seguinte questionamento: o que a palavra *São Paulo* designa, produzindo sentidos?

Dessa forma, esse trabalho se orienta quanto ao que a palavra *São Paulo* designa considerando os acontecimentos de linguagem nos quais a mesma figura, ou seja, os sentidos construídos a partir dessa relação, permitindo que a mesma ainda demonstre na atualidade, em termos de produção de sentidos, uma construção linguística bastante sugestiva, somando-se ao seu percurso de significação designações que projetam certos valores e posições. Tal posicionamento teórico nos remete ao que consideraremos como a história dos sentidos, ou histórias das enunciações de palavras ou expressões linguísticas, segundo a teoria enunciativa desenvolvida por Guimarães (2007).

É consenso hoje que São Paulo figura como o Estado/Capital mais forte e proeminente em termos de economia e crescimento no cenário nacional e que, em razão disso, denominações são implementadas aos enunciados que se referem a essa situação favorável. Nesse sentido, a escolha da palavra *São Paulo* para o desenvolvimento desse estudo implica em analisar o modo como a história das enunciações sobre tal palavra foi agenciando e consolidando tais sentidos por meio das designações apreendidas, tomando para tanto o evento histórico de 1932 como momento em que se produziu muito em termos linguísticos sobre São Paulo.

Neste trabalho realizamos um estudo designativo como tratamos acima, tomando as construções linguísticas presentes nos textos (publicações) apresentados pelos jornais *Folha da Manhã* e *Folha da Noite*, durante o mês de julho de 1932 e início de agosto do mesmo ano. O momento oficial de eclosão do Movimento Constitucionalista de 1932 ocorreu em 9 de julho de 1932. Os jornais mencionados fazem parte de três jornais que se uniriam em 1960 para formar a atual Folha de São Paulo⁵.

Atentamos de maneira específica para os modos como a palavra São Paulo designa, nos apoiando pelo suporte teórico da Semântica do Acontecimento, em que Eduardo Guimarães (2002, 2007, 2009) nos possibilita uma abordagem sobre os sentidos ao permitir a mobilização de procedimentos como os de *reescritura* e *articulação*, atuantes enquanto formas de se compreender a constituição dos mesmos, ao passo que se considera a língua em seu funcionamento pelo que se conceitua por acontecimento enunciativo em sua dimensão histórica, social e política.

É pela descrição dos procedimentos mencionados acima que poderemos conceber, pela verificação das textualidades que envolvam a palavra *São Paulo*, o que é que se designa por ela, apreendendo assim a história dos sentidos constituídos a cada acontecimento enunciativo, e por fim, com isso, fazer com que sejam compreendidas as construções linguísticas que ainda hoje qualificam *São Paulo* por certas particularidades, valores e representações.

Uma vez que o que se percorrerá teórica e analiticamente para tal estudo se apoia numa história de sentidos que circunscreve tal palavra, decidimos tomá-la em um recorte histórico sobre a história do Brasil, que a evidencia em um momento produtivo de significação em termos de linguagem, sob uma perspectiva enunciativa.

Contudo, ao estabelecermos enquanto propósito pesquisar a história de sentidos possíveis da palavra *São Paulo*, inegavelmente nos depararemos com uma densidade semântica que a constitui, fazendo-se necessária alguma sistematização para representarmos os sentidos que a envolvem. Para isso, será de grande importância para esse trabalho o conceito analítico denominado como Domínio Semântico de Determinação (DSD), que fará com que, a partir das descrições realizadas pelos procedimentos de articulação e reescrituração aplicados ao

⁵ A respeito desse assunto, ver mais em: História da Folha.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/institucional/historia_da_folha.shtml>.

funcionamento do texto, obtendo as designações, seja possível visualizarmos as relações entre os sentidos produzidos pelo trabalho analítico.

Como inicialmente foi explicitado sobre o propósito desse trabalho, nos posicionamos pelo lugar teórico da Semântica, em sua orientação desenvolvida sob o conceito de acontecimento enunciativo. Esse conceito é tratado em sua relação com o político, o social e a história, de maneira que os sentidos serão tomados segundo o modo como se constituem no acontecimento da enunciação em que a língua legitima ou não o seu funcionamento.

Mediante o exposto, mostra-se indispensável para as motivações que estruturam nossos objetivos de estudo, o desenvolvimento de um sucinto, porém significativo quadro histórico que trate dos principais aspectos sobre o que foi o Movimento Constitucionalista de 1932, assim como suas consequências mais relevantes, tanto para a esfera político-econômica da época, quanto para os propósitos de análise a que esse trabalho se atém, em termos de materialidade linguística.

Antes de tratarmos do conteúdo presente em cada capítulo, reforçamos que não há, sob nenhum aspecto histórico a ser trabalhado ou discutido sobre o Movimento de 1932, o intuito de trazer questões que o posicione e/ou o focalize especificamente sobre sua ótica histórica ou sociológica em essência, uma vez que a teoria fundamental a esse trabalho se organiza pelos princípios linguísticos, seguindo a orientação semântico-enunciativa.

Desse modo, expondo os principais pontos que direcionam e elucidam os fundamentos desse trabalho, apresentamos no Capítulo 1, ainda em caráter introdutório e contextual sobre a temática da qual nos valem para o seu desenvolvimento, alguns pontos fundamentais sobre o Movimento Constitucionalista de 1932 como acontecimento histórico. Dessa maneira, serão ressaltados seus principais fatos que tratam de sua expressão histórica, no sentido de melhor estruturarem nossas colocações, afirmações e interpretações a seu respeito no decorrer do trabalho, além de situá-lo brevemente em termos de sua representatividade para a história dentre os movimentos ocorridos no Brasil. Nesse início nos valem de alguns autores que produzem textos pela perspectiva histórica do movimento, apenas para contextualizarmos o tema, como já atentamos acima.

Além disso, de modo específico, tratamos da questão do sentimento de paulistanidade que se cultivou fortemente durante esse evento histórico, de maneira

a promover São Paulo sobre esse espírito de identificação e união do povo paulista na ocasião.

Tratamos ainda nesse primeiro momento da noção de história atrelada a nossa perspectiva teórica, estabelecendo as distinções e distanciamentos necessários ao que se colocam como interpretações possíveis sobre questões históricas e temporais, uma vez que esse trabalho não se volta para um estudo de cunho historiográfico, mas sim pelos direcionamentos oferecidos pela Semântica do Acontecimento e à concepção enunciativa que toma a linguagem em sua constituição histórico-social, portanto figurando-se de maneira distinta à visão dos fatos e sentidos veiculados pelos historiadores.

O Capítulo II se ocupa de modo integral do tratamento teórico mobilizado em suas especificidades e funcionamentos referentes à Semântica Histórica da Enunciação. Para isso, é feito um percurso reflexivo sobre os direcionamentos conceituais a respeito da enunciação, partindo do que se considera como o marco Saussuriano sobre os estudos linguísticos, tratando dos elementos que, incluídos à instância enunciativa, dentre eles o elemento histórico, passam a constituir os sentidos tomados nos enunciados.

Ao tomarmos os conceitos de língua, sujeito e enunciação, nos apoiamos em Ducrot, Benveniste, dentre outros teóricos, de modo que construímos uma linha teórica evolutiva, ou seja, acompanhando o processo e as reconsiderações teóricas, até que passamos a considerar sobre os estudos e teorizações desenvolvidas por Eduardo Guimarães, atentando para o caráter social, histórico e político pelo qual a linguagem é concebida, além da noção de acontecimento que reorganiza o conceito de enunciação.

Por meio das conceituações apresentadas pela Semântica do Acontecimento desenvolvida por Eduardo Guimarães, tratamos das considerações teóricas sobre a temporalidade; a projeção de uma futuridade dos dizeres e o recorte no passado enquanto memórias de enunciações, diferenciando-se este último da noção de interdiscurso trabalhada pela AD; a questão da história, do tempo e do político atuantes na linguagem; os conceitos de Espaço de Enunciação e Cena Enunciativa, conceitos estes que se imbricam em uma relação indispensável e indissociável para se tomar o acontecimento de linguagem em que se tem a língua em funcionamento, atrelada à produção de sentidos.

No Capítulo III destinamos um espaço para tratar da sistematização do aparato analítico que possibilita os caminhos para a interpretação dos sentidos, buscando-se pelas designações feitas pela palavra *São Paulo*. Nesse espaço trazemos os conceitos que permitem uma atuação procedimental, ou seja, desenvolver um trabalho enunciativo nos textos tomados para análise, iniciando pelas relações de reescrituração e seus modos particulares de ocorrerem nos enunciados, às relações de articulação e seus respectivos modos, passíveis de apreensão nas materialidades observadas, assim como as diferenciações necessárias entre os conceitos de nomeação, referência e designação, para melhor situar e circunscrever os objetivos que orientam as análises.

A todos os conceitos relacionados acima, somando-se aos mesmos o conceito de DSD, — que ao descrever por uma sinalização muito particular as relações entre as palavras ou expressões, permite a visualização dos sentidos construídos — antecipamos, ao dispor de recortes feitos em nosso material de estudo e análise, ou seja, as reportagens disponíveis nos jornais *Folha da Manhã* e *Folha da Noite*, algumas análises iniciais que objetivam operacionalizar os conceitos de modo que se faça viável a compreensão do trabalho analítico mais aprofundado, no Capítulo 4.

Ainda no Capítulo III procuramos trazer as informações mais significativas concernentes aos aspectos que localizam e fundamentam o nosso material de análise. Além disso, propomos nesse momento uma reflexão acerca da imprensa periódica em razão de sua ininterrupta tarefa de noticiar os fatos por meio da linguagem, ou seja, focando o modo como são discursivizados. Há também nesse capítulo considerações sobre a imprensa paulista em sua atuação mediante os fatos que compuseram o evento histórico de 1932.

No Capítulo IV trabalhamos de modo a descrever e compreender o funcionamento semântico enunciativo da palavra *São Paulo* e ao que à mesma se mostra como designações. Nesse capítulo dividimos as análises em duas partes, sendo que ambas dispõem de reportagens do *Jornal Folha da Manhã* e do *Jornal Folha da Noite* enquanto textualidades selecionadas dentre as demais reportagens veiculadas nos meses de julho e agosto de 1932.

Realizando as análises num total de sete recortes textuais e concebendo cada enunciado em sua especificidade constitutiva ao percurso de análise desenvolvido na unidade textual, apresentamos como resultado da descrição dos

procedimentos tratados no Capítulo III, uma relação de seis DSDs que organizam a movimentação semântica das palavras e expressões que são designadas por *São Paulo*, delineando o que para nós importa enquanto história das enunciações presentes ao termo *São Paulo*, ou seja, uma via específica para a produção de sentidos.

Verificamos por esse trabalho que o memorável da paulistanidade potencializou os sentidos no movimento designativo da palavra *São Paulo* por meio de uma dispersão de significações. Tais significações, ao serem agrupadas pelas análises, propiciaram a totalização dos sentidos que conceituam a paulistanidade por meio de memoráveis que orientam para uma construção positiva e incansavelmente elevada de predicacões que permitem que se configure uma história enunciativa à palavra *São Paulo* com projeções enunciativas em circulação na atualidade.

CAPÍTULO 1 – O MOVIMENTO CONSTITUCIONALISTA DE 1932 ENQUANTO ACONTECIMENTO HISTÓRICO

1.1 Aspectos simbólicos representativos do Movimento

Ao remontarmos para o início do século XX no Brasil, em que se verificam revoltas e movimentos que evidenciaram acontecimentos históricos significativos, mais precisamente os de cunho político-social, faz-se inegável a projeção do Movimento Constitucionalista de 1932 quando o que se considera é o lugar histórico ocupado por São Paulo, diante de sua importante representação enquanto Estado e cidade, em razão das características pelas quais se deram o seu desenvolvimento.

Tal movimento histórico, motivado por razões políticas e também sociais — pelo grande envolvimento do povo —, se justificou por uma luta em prol da causa constitucionalista, em detrimento do governo Provisório de Getúlio Vargas que, ao tomar o poder, promoveu uma ditadura banindo a Constituição vigente (desde 1891) e nomeando interventores para todos os Estados da nação.

Esse cenário político passou a vigorar desde a Revolução/Golpe de Estado em 1930, com o fim da política conhecida como Café com Leite gerenciada pelos Estados de São Paulo e Minas Gerais, e com a deposição de Washington Luís, passando o poder ao governo getulista.

Detalhes históricos à parte, contudo não desmerecidos para o presente trabalho, ao mesmo tempo coloca-se de maneira interessante atentarmos para o modo como foi construída a história segundo a concepção pela qual se orienta os estudos enunciativos, a ser discutida a seguir.

Nesse momento inicial nos pautaremos pela perspectiva da história tratada pela ótica dos historiadores, no intuito de esboçarmos o Movimento Constitucionalista de 1932 em seus aspectos mais relevantes, segundo o nosso recorte que valoriza, entre outras questões sobre 32, a representatividade do movimento pelo que se disse e se construiu textualmente sobre o mesmo, pautando-nos pela construção enunciativa permitida pela atuação da paulistanidade. Contudo, como já dissemos, trataremos a história sobre outro foco para fundamentarmos o trabalho, ou seja, aquela que se figura na linguagem pelo modo enunciativo, de maneira a justificá-lo mais adiante, no decorrer das discussões.

Segundo o historiador Cerri (2008), podemos entender que a ideologia da paulistanidade se constituiu de modo específico pela elite intelectual paulista⁶ referente ao início do século XX — sendo esta reforçada principalmente em 32, como forma de motivar os ânimos do povo pela causa paulista — ao passo que se fomentou a existência e particularidade de uma identidade essencialmente paulista, por meio da conceituação desse ideário, produzindo significações até hoje.

Não é preciso uma pesquisa rigorosa pela história dos grandes feitos paulistas para nos depararmos com um elemento muito caro ao seu povo, e que provavelmente tenha dado início a todo o processo de construção de sua identidade: o pioneirismo alavancado pelos bandeirantes, em razão de encabeçarem as expedições das bandeiras iniciadas no século XVII, vindo este fato a potencializá-los enquanto os figurões precursores, responsáveis pelo desbravamento e/ou expansão territorial do Brasil.

Contudo, sabe-se por meio das entrelinhas históricas dessa construção simbólica do bandeirante paulista, em que se evidencia um forte apelo e admiração à ‘heroicização’ do filho dessa terra em tais empreitadas, que a motivação maior das expedições realizadas pelos mesmos — sem deixar de se reconhecer, contudo, a significativa ampliação do território brasileiro — ocorreu necessariamente por fatores como a busca por metais preciosos, reaver escravos e capturar índios para trabalhar como mão de obra escrava no planalto paulista, ou seja, o lado essencialmente sombrio que é preterido por certa romantização da figura do herói bandeirante, construção esta feita pela história.

Além desse passado ‘bandeirante’ que inaugura de alguma forma certa exclusividade a esse povo pertencente à abençoada vila de São Paulo de Piratininga⁷, fruto do processo de interiorização e ocupação pela Coroa Portuguesa, tem-se também a oligarquia cafeeira paulista que, por volta do fim do século XIX impulsionou a região para o crescimento. Uma vez sendo o café o produto mais bem avaliado para o Brasil no período da Primeira República, o mesmo fez com que São Paulo figurasse enquanto seu maior centro produtor e exportador, ganhando assim

⁶ Deve-se ressaltar a relação de proximidade desses intelectuais com os membros da oligarquia cafeeira que propiciou ao Estado de São Paulo, nas primeiras décadas do século em questão, um grande desenvolvimento econômico pela produção de café. Dentre os intelectuais de mais destaque na promoção de São Paulo mediante os valores da paulistanidade, tem-se: Alberto Sales, Afonso d'Escragno Taunay, Souza Lobo, Paulo Prado, Paulo Duarte, Guilherme de Almeida, Menotti del Picchia, Aureliano Leite e Alfredo Ellis Jr. Ver mais sobre em Cerri (1998).

⁷ A Fundação da cidade de São Paulo ocorreu em 25 de Janeiro de 1554. Para maiores detalhes sobre esse período ver mais em <<http://www.bibliotecavirtual.sp.gov.br/saopaulo-historia.php>>.

uma posição de destaque que se projetou política e nacionalmente. Esse fato por sua vez impulsionou o espírito de liderança já encontrado nas bandeiras, vindo a consolidar a herança a que São Paulo estava predestinado a realizar grandiosas empreitadas, segundo o que se sustentou incisivamente pelo imaginário de seu povo.

Realizando-se um salto na sucessiva maquinaria da história, responsável por nos fazer saber pelo ato de lermos o rememorado na materialidade linguística da língua, o modo como os acontecimentos se dispõem com o passar do tempo, observa-se que no modo pelo qual São Paulo é ainda hoje nomeado⁸ nas diversas mídias e veículos de informação, compreende-se, por uma questão de (re)significação e textualidade, uma relação com um passado de valores que se agregam ao que se toma por paulistanidade.

Segundo um estudo desenvolvido pelo historiador Cerri (1998), considera-se uma confluência de fatores que edificam esse sentimento de paulistanidade, na medida em que o conceitua com o excerto a seguir:

A ideologia da paulistanidade, como parcela da ideologia da classe dominante com características regionais, se expressa desde a ciência - destacando aí a produção historiográfica paulista - até o folclore, passando pelo senso comum. Engloba o imaginário social e as mitologias, especialmente no que se refere às identidades "geográficas" (região e nação). Cumpre parte da função mais ampla do discurso ideológico, que é o de forjar outras identidades que não as de classe (...) A paulistanidade é a ideologia produzida pela oligarquia paulista que consiste na criação de uma identidade de ordem regional, valorizando a condição de pertencente ao Estado (numa operação de homogeneização, nível das ideias, de seus habitantes), ao mesmo tempo em que institui uma série de valores e características como próprias da condição de paulista e, para sacramentar essa construção, oferece uma explicação para essa situação por meio do recurso à História Regional, que aponta o bandeirante como ancestral, civilizador, patriarca do paulista (CERRI, 1998, p.2)

É preciso considerar que a citação anterior trata da concepção da paulistanidade a partir da perspectiva do historiador, contudo, o trabalho em questão

⁸ No que tange às nomenclaturas ou termos a serem utilizados para que se possa mencionar o modo como São Paulo será significado ao longo da dissertação, nesse momento de considerações iniciais usaremos o verbo *nomear*. Contudo, posteriormente, haverá uma conceituação teórica que tornará distintos nomear, designar e referir, segundo a perspectiva que fundamenta este trabalho.

se orientará por um percurso de análise que não toma essa perspectiva, mas sim o que a palavra São Paulo designa como forma de observar outros sentidos do real que circulam no litígio político que envolve a paulistanidade.

Uma vez que se faz uma busca por esse termo que abarca a identidade paulista, há um percurso semântico bastante produtivo em termos de significação. Um exemplo que demonstra fortemente essa construção de sentido por meio da imagem, em razão da proeminência do café em São Paulo e que hoje ainda figuram dentre as nomeações, é o que se sustentou pelo imaginário do povo paulista sobre São Paulo comparado a uma locomotiva que levava consigo o restante do Brasil para os trilhos do progresso cafeeiro. O termo 'locomotiva' é ainda hoje utilizado para referir a São Paulo em textos que circulam na mídia impressa e virtual, trazendo em sua significação a historicidade do período áureo do café na região.

Ao realizarmos uma pesquisa recente em meio digital, encontramos os seguintes enunciados, veiculados atualmente: “Como locomotiva que arrasta os vagões vazios dos estados restantes, São Paulo é o grande campeão que dá exemplos aos demais, mesmo à custa do sangue de seus filhos”⁹, “São Paulo é a locomotiva puxando vinte vagões vazios”¹⁰, “São Paulo, A Locomotiva que perde o fôlego”, “São Paulo é a ‘locomotiva do Brasil’, que ‘São Paulo não pode parar’ e que esta é a ‘cidade que nunca dorme’”, “São Paulo, o motor traseiro do Brasil”, “Estado locomotiva, São Paulo reluz cada vez mais”.¹¹

Dentre os enunciados listados, verificamos a construção metafórica da locomotiva significando São Paulo ao trazer para o presente do acontecimento a rememoração de outras enunciações que construíram e produziram sentidos por meio dessa construção analógica, reforçando em sua especificidade o espírito de supervalorização da paulistanidade.

Para nós, o que de fato irá interessar e orientar o nosso estudo semântico implica em considerar os modos como essa paulistanidade se constitui nas enunciações no momento em que se toma a palavra São Paulo e o que a mesma designa, ou seja, por quais caminhos a designação é construída no acontecimento enunciativo.

⁹ Ver Bezerra (1990, p. 80).

¹⁰ Ver Donato (1997).

¹¹ Disponíveis em: http://www.mundolusiada.com.br/COLUNAS/ml_coluna_307.htm;
<http://sufnec.wordpress.com/2010/08/07/sao-paulo-o-motor-traseiro-do-brasil/>;
<http://www.hariovaldo.com.br/site/2011/05/10/estado-locomotiva-sao-paulo-reluz-cada-vez-mais/>.

Ainda segundo Cerri (1998) encontramos uma suposta origem sobre a menção do termo paulistanidade, agregando ao mesmo os sentidos que tratamos de maneira concisa nas considerações acima:

O termo “paulistanidade” surge, pelo que foi possível averiguar, na obra do historiador Alfredo Ellis Jr., intitulado *A Nossa Guerra*. Ellis utiliza o termo ao adjetivar o espírito, o sentimento que toma conta dos paulistas e leva-os à guerra civil de 1932 depois dos ultrajes impostos pelo Governo Provisório (...) Ao qualificá-lo de ideologia, a intenção também é ultrapassar essa caracterização vaga de sentimento, simplesmente para enquadrá-lo como algo mais complexo (CERRI, 1998, p.2).

Encontra-se também um sentimento de elevação do povo paulista em expressões posteriores aos períodos acima referidos, assim como anterior ao Movimento de 1932. Como exemplos do primeiro caso, tem-se a instituição em julho de 1974, enquanto letra do Hino Oficial do Estado de São Paulo, o poema *Hino dos Bandeirantes*, escrito pelo poeta Guilherme de Almeida. Esse poeta foi partidário e combatente nas trincheiras da causa Constitucionalista em 1932, figurando-se como o Poeta do Movimento de 32. Colocam-se alguns versos a seguir presentes no Hino:

Paulista, pára um só instante/Dos teus quatro séculos ante/A tua terra sem fronteiras,/O teu São Paulo das “bandeiras”! (...) Rompe a selva, abre minas, vara rios;/ No leito da jazida/ Acorda a pedraria adormecida;/Retorce os braços/E tira o ouro dos seus esconderijos!/Bateia, escorre a ganga,/Lavra, planta, povoa./Depois volta à garoa!¹²

Dessa forma, é captado um sentimento de identificação das gerações seguintes pertencente a esse Estado promissor, (da elite cafeeira das primeiras décadas do século XX, no intuito de se reafirmar hegemonicamente no campo político das tomadas de decisões) com os grandes feitos dos bandeirantes, no sentido de reforçarem uma possível herança das grandes realizações outrora praticadas, na medida em que, segundo Love (1975):

Por meio século, poucos paulistas educados tinham qualquer dúvida de que *sua psicologia fora herdada dos bandeirantes*, mas a maioria

¹² Disponível em: <<http://www.bibliotecavirtual.sp.gov.br/pdf/saopaulo-hino.pdf>>. Está presente na íntegra na seção Anexos desse trabalho (Anexo C).

dos autores e apologistas enfatizavam os aspectos positivos: o bandeirante havia expandido a fronteira; havia posto sua energia a serviço de fins produtivos; havia percebido oportunidades e tirado bom proveito delas; havia apontado o caminho do futuro à nação brasileira. *Cabia a seus descendentes modernos aceitarem o destino de liderarem o país.* (LOVE, 1975, p. 55, grifos nossos).

Exemplifica-se como outra marca evidenciada dessa paulistanidade exacerbada, anterior ao Movimento de 1932, o brasão da cidade de São Paulo, oficializado em março de 1917, durante o governo municipal de Washington Luís, que se constitui, principalmente, pelo lema em latim *Non Ducor, Duco*, que significa “Não sou conduzido, conduzo”, trazendo assim um ideário de supremacia diante das ações desenvolvidas pela cidade, sugerindo certa posição de liderança frente ao Estado e mesmo ao país.¹³

Contudo, reserva-se maior atenção ao Movimento¹⁴ Constitucionalista de 32, uma vez que se observa um sentimento mais aguçado com relação à afirmação da ideologia da paulistanidade, assim como na efetivação de uma identidade paulista. Como apresentado em um estudo realizado por Gomes (2008),

O Movimento de 1932 significa a expressão máxima do regionalismo paulista, sendo o momento em que a ideologia construída a partir do sentimento de paulistanidade tem seu maior apelo. A paulistanidade como ideologia é fomentada, sobretudo pela classe dominante (...) A ideologia da paulistanidade se fortalece e toma forma, sobretudo, ao servir aos propósitos do emergente grupo cafeicultor paulista no século XIX, colocado diante da perspectiva de controlar não apenas sua região, mas o país como um todo. Nesse momento, a ideologia da paulistanidade começa a se definir a partir de duas funções básicas: como auto-afirmação/identificação de um grupo social em ascensão econômica e política, e como instrumento deste grupo para atingir seus objetivos políticos de hegemonia sobre a sociedade e controle sobre as demais parcelas da classe dominante brasileira (GOMES, 2008, p.4).

¹³ Ver mais a respeito em: FEDERICI, Hilton. Símbolos Paulistas: estudo histórico-heráldico. Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, São Paulo, 1980.

¹⁴ No presente estudo nos utilizaremos preferencialmente do termo *movimento* para designar o espaço de enunciação em que se pretende desenvolver o estudo semântico, por meio das análises a serem feitas. Essa ressalva se justifica pelo fato de que as expressões *revolução*, *guerra*, *levante*, *confronto*, *contrarrevolução*, *insurreição*, *luta armada* também se figuram e até mesmo se consagraram ao dar enfoque a esse momento, e são usadas correntemente por diversos historiadores e cientistas sociais para se referirem ao evento histórico em questão. Contudo, esses termos serão, em momento oportuno, considerados no percurso de análise por trazerem certos posicionamentos enunciativos a serem levados em conta no quadro analítico.

Antes de prosseguirmos com as reflexões iniciais desse trabalho, é preciso que se faça menção ao conceito de ideologia, uma vez que foi e se fará mencionado ao longo desse estudo, acompanhando o termo paulistanidade. É sabido que ao longo da história do pensamento sociológico, esse conceito passou por modificações realizadas em sua significação, gerando assim várias definições. Contudo, deslocaremos a definição sobre a ideologia do domínio das ciências humanas e sociais para tomá-la a partir das reflexões apresentadas pela perspectiva discursiva, ou seja, considerando-a na esteira da linguagem em funcionamento em sua relação com os sentidos e sujeitos, orientada pelo viés do interpretável. É oportuno considerar a noção de ideologia sob esses pressupostos teóricos, uma vez que nos apoiaremos, ao longo desse trabalho, sob outras questões teóricas em diálogo com a AD.

Nesse sentido, Orlandi (1996) nos apresenta a questão ideológica considerando-a na relação mundo-linguagem, não apenas como um elemento constitutivo, mas sim atuante enquanto condição necessária para a produção de sentidos apreendidas nessa relação. Para tanto, coloca-se o processo interpretativo em que se observam os efeitos de sentidos possíveis à linguagem para observar o funcionamento ideológico. Por essa via interpretativa, a autora reflete sobre a relação intrínseca entre a interpretação e a ideologia dizendo que “A interpretação é o vestígio do possível. É o lugar próprio da ideologia e é ‘materializada’ pela história” (ORLANDI, 1996, p. 18), e ainda que “(...) o lugar do sentido, lugar da metáfora, é função da interpretação, espaço da ideologia” (Id.Ibid., p. 21).

Ainda sob o princípio interpretativo ligado à produção de sentidos, a autora nos apresenta a ideia de injunção à interpretação mediada pela ideologia, o que nos faz compreender o papel fundamental da ideologia na movimentação interpretativa em busca dos sentidos no funcionamento da linguagem:

(...) a ideologia não é “x” mas o mecanismo de produzir “x”. No espaço que vai da constituição dos sentidos (o interdiscurso) à sua formulação (intradiscurso) intervêm a ideologia e os *efeitos imaginários*. (...) Diante de qualquer objeto simbólico “x” somos instados a interpretar o que “x” quer dizer? Nesse movimento de interpretação, aparece-nos como conteúdo já lá, como evidência, o sentido desse “x”. (ORLANDI, 1996, p.30, grifos nossos).

Mostra-se interessante ao nosso trabalho entender a atuação da ideologia precisamente no que evidenciamos na citação anterior, pela expressão *efeitos imaginários*, passando a compreender o efeito de uma suposta evidência e um 'já lá' com relação aos sentidos. Tal movimento interpretativo orientado por essa concepção ideológica é bastante significativo para entendermos o processo analítico das designações da palavra São Paulo, justamente por concebermos os sentidos produzidos ao longo da história das enunciações dessa palavra por esse efeito de evidência e condição natural de ser esse e não outro sentido que se apresenta no acontecimento da linguagem, permitido pela atuação ideológica.

De maneira específica, Orlandi (1996) afirma que em termos discursivos que “É a ideologia que produz o efeito de evidência, e da unidade, sustentando sobre o já dito os sentidos institucionalizados, admitidos como ‘naturais’ (...) Pela ideologia, se naturaliza o que é produzido pela história” (ORLANDI, 1996, p. 31).

Por fim, com o intuito de estabelecer uma redefinição desse conceito em sua relação com o mundo e a linguagem, incidindo justamente na contradição e refração desses últimos, temos que:

(...) podemos dizer que não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia. A ideologia, por sua vez, é interpretação de sentido em certa direção, direção determinada pela relação da linguagem com a história em seus mecanismos imaginários. A ideologia não é, pois, ocultação, mas função da relação necessária entre a linguagem e o mundo. Linguagem e mundo se refletem, no sentido da refração, do efeito (imaginário) necessário de um sobre o outro. (...) Há uma contradição entre mundo e linguagem e a ideologia é trabalho desta contradição. (ORLANDI, 1996, p. 31).

Abordando assim a questão da ideologia a ser considerada por esse trabalho, destaca-se, portanto, a condição essencial da injunção feita à interpretação de maneira que sempre estaremos instados a dar sentido, a significar determinado objeto simbólico segundo o princípio ideológico do apagamento de certos sentidos em detrimento ao funcionamento de outros (ser x e não y) em determinada direção, naturalizada pelo efeito ideológico, imaginário, inerente aos posicionamentos dos sujeitos.

Diante das considerações feitas e, sendo ressaltadas suas contribuições para com a história construída em São Paulo desde a sua fundação, voltamos ao

que de fato se focará o presente trabalho: a questão do Movimento de 1932 e o que no mesmo foi produzido enunciativamente tomando-se a palavra São Paulo e o que essa designou no acontecimento enunciativo a ser estudado, voltando-nos, para tanto, aos noticiários desse período durante as aspirações sustentadas pelo Movimento.

Após levantarmos um breve panorama histórico sobre os fatos que constituíram São Paulo, realizando um recorte em sua história que nos auxiliasse na relevância dos fatos apresentados para com a fundamentação de nosso propósito de pesquisa, é preciso mais uma vez reiterar a perspectiva essencialmente enunciativa do trabalho, para que se possa conceber o percurso de sentidos a serem tomados pelos estudos semânticos, e não por uma visão historiográfica do Movimento considerado.

Contudo, por meio de algumas leituras sobre esse acontecimento histórico, e em quais circunstâncias o mesmo ocorreu, muito se suscita a respeito dos propósitos que motivaram tal levante, soando por vezes contraditório por se tratar de uma “Revolução” para os paulistas e, para outros, enquanto uma “contrarrevolução” à Revolução de 1930.

Não se coloca destoante ao nosso propósito, porém, o questionamento seguinte sobre o que de fato desencadeou esse conflito armado contra as forças Getulistas, de modo que se faz possível formular a seguinte indagação: Os paulistas lutavam pela Constituição ou era a oligarquia que lutava para ter de volta a importância e a dominação política de antes (transição entre o século XIX e início do XX), induzindo a massa alienada quanto à causa real que a levava às trincheiras, dando a vida por São Paulo? Essa questão foi e ainda é muito discutida com relação ao movimento, de maneira que se relaciona diretamente ao que se produziu linguística e enunciativamente sobre esse fato histórico nos jornais da época, ou seja, nosso material de análise. Não é então sem precedentes que se define tal manifestação como um movimento de base intelectual, oligárquica e elitista.

Contudo, o que realmente orientará a direção desse trabalho não se faz de maneira a questionar e/ou problematizar as motivações que levaram o Movimento Constitucionalista de 1932 a se dar desta ou daquela forma, uma vez que não se trata de um estudo sociológico e/ou fundamentado pela ciência política, mas sim de um estudo alicerçado pela teoria linguística de base enunciativa.

Há então um interesse em se observar, a partir do que se produziu enunciativamente a respeito desse movimento e ao realizar um recorte das materialidades linguísticas disponíveis sobre esse tema, os modos pelos quais se construiu um percurso de sentidos por meio do que a palavra São Paulo designa, considerando o processo pelo qual a textualidade torna possível a verificação dos sentidos.

Por um viés mais específico, ao se considerar o aporte teórico analítico pelo qual a questão norteadora do presente trabalho será respondida, tomaremos as formas como a palavra São Paulo designa e produz sentido nesse processo, valendo-nos de todos os fatores que se relacionam com a paulistanidade para a afirmação de uma identidade regional que almeja uma abrangência nacional, ou seja, ao modo como muitos textos se referem ao que seria a constituição de uma “pátria” essencialmente paulista, na dianteira, portanto, das decisões mais importantes ao país.

A seguir, veremos como será abordada a noção de história para que se permita trabalhar enunciativamente com a temática em questão, em razão de que o material a ser analisado baseia-se necessariamente por um acontecimento/episódio relativamente recente da história do Brasil, portanto um fato histórico registrado. A distinção entre as concepções de história possibilita o entendimento do que é concebido pela semântica, distintamente do que temos como a história em sua concepção mais ampla, a da continuidade dos fatos e ao registro dos mesmos sobre as variadas óticas e convicções dos historiadores, ou seja, visões de mundo, posicionamentos teóricos.

1.2 São Paulo em/no Movimento: sentidos da história para uma construção linguístico-enunciativa

Não é tarefa simples estabelecer uma relação exclusiva com a história de acordo com o modo como a mesma é apresentada e compreendida sob a visão dos historiadores, ou seja, pela concepção ocidental de se fazer história. Em outras palavras, valer-se do Movimento Constitucionalista de 1932 para focalizar, percorrer e se construir um estudo atrelado à ciência linguística, em sua linha enunciativa, para assim apreender o que se produziu nos textos inerentes a esse momento,

implica em conceber a noção de história diferentemente do que se agrega à sucessão dos fatos que se registram ao longo dos anos.

Será então por outra perspectiva pela qual se toma a história dos acontecimentos que desenvolveremos esse estudo enunciativo-designativo, de modo que nos distanciaremos da ideia de cronologia e sucessão dos fatos para apreendê-los em circunstâncias muito específicas em que se considera a relação de poder de acesso à palavra, podendo assim produzir os sentidos, estes últimos passando a ordenarem a história.

Sendo assim, é por meio da ótica sustentada pela AD que a compreensão sobre o papel da história será realizada em nosso estudo. Essa abordagem permitirá aos posicionamentos analíticos e aos questionamentos levantados nesse trabalho, entender que a história, como verificado em Orlandi (1990):

(...) está ligada a práticas e não ao tempo em si. Ela se organiza tendo como parâmetro as relações de poder e de sentidos, e não a cronologia: não é o tempo cronológico que organiza a história, mas a relação com o poder (a política). Assim, a relação da AD com o texto não é extrair o sentido, mas apreender a sua historicidade, o que significa se colocar no interior de uma relação de confronto de sentidos. (ORLANDI, 1990, p.35).

Mostra-se então de elevada importância a essa compreensão sobre a história, um posicionamento interpretativo por parte dos sujeitos que enunciam em certas circunstâncias em que produzem sentidos, não em termos de situação contextual, pragmaticamente falando, mas sim tomados pelo político da linguagem, que os divide pelo acesso à palavra, ao sentido.

É nesse ponto que se faz importante afastar a ideia de cronologia que comumente se faz atrelada à história, quando esta se apresentar no âmbito das práticas de linguagem. Como teoriza Paul Henry (2003), ainda pela perspectiva da AD sobre a concepção de história:

(...) é ilusório colocar para a história uma questão de origem e esperar dela a explicação do que existe. Ao contrário, não há “fato” ou “evento” histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e consequências. É nisso que consiste para nós a história, nesse fazer sentido, mesmo que possamos divergir sobre esse sentido em cada

caso. Isto vale para a nossa história pessoal, assim como para a outra, a grande História. (HENRY, 2003, p. 51-52).

No decorrer desse trabalho, veremos que o conceito de acontecimento enunciativo relacionado aos conceitos de político, cena e espaço de enunciação, a serem apresentados e discutidos no próximo capítulo, serão determinantes para que seja compreendida a questão da história em relação aos sentidos, atuante como uma memória presente no momento do acontecimento pela via interpretativa, de modo que para isso, nos utilizaremos de um dispositivo analítico que represente os modos pelos quais uma materialidade específica é construída por essa via, produzindo os sentidos a serem analisados.

1.3 O Paulistanismo e sua representatividade no Movimento de 1932

Ao observarmos o modo como São Paulo é hoje tratado nos textos veiculados pela mídia em geral, é possível notar que, apesar de termos uma configuração do cenário político-nacional bem distinta daquela em que São Paulo foi o articulador do Movimento no início do século XX, ainda nos deparamos com os enunciados a seguir: *São Paulo é considerado a "locomotiva do Brasil". Se avaliarmos os atuais números da economia local, a frase se mantém pertinente, mas com uma imagem contemporânea, como a de um trem em alta velocidade.*¹⁵, ou como *As comemorações da Revolução de 1932 revelam o quanto São Paulo ainda se acha diferente do resto do Brasil*¹⁶. Por que ainda esse discurso é tão atual quando se pretende situar São Paulo em termos de projeção nacional?

Tal indagação será teoricamente trabalhada quando, adiante, trazermos para a discussão o que o linguista Guimarães nos coloca enquanto a existência de histórias de enunciações, histórias essas passíveis de análises por meio das expressões linguísticas em funcionamento pelas relações de sentido, tomadas no acontecimento de enunciação.

¹⁵ Especial Regiões do Brasil No. 300, dezembro 2010/janeiro 2011. Disponível em: <<http://www.conteudoeditora.com.br/publicacoes/?ec=300&cs=50>>.

¹⁶ O espírito que não descansa. Publicado na Carta Capital em 10 de setembro de 2010.

Antes de tratarmos de modo mais detalhado o trabalho da imprensa periódica da época, selecionando para tal o que se produziu pela textualidade de suas publicações. A seguir exemplificamos o modo como os textos eram publicados em termos de construção linguística, ao expressarem a força contida nesse ideal de luta sob o reforço dos valores contidos na paulistanidade:

Os movimentos revolucionarios só conseguem attingir a victoria integral quando conquistam a alma das multidões e symbolizam um ideal em marcha (...) São Paulo acaba de lançar-se, com todas as suas reservas humanas, com todas as suas disponibilidades econômicas, com todos os seus recursos Moraes, no maior prélio de sua historia (...) São Paulo é forte, indomavel, invencivel, porque mais forte, mais indomavel, mais invencivel do que os milhares de soldados aguerridos que o defendem e abroquelam a sua alta e nobre civilização, é a fortaleza da Idea, que palpita e vibra no seio de suas legiões e no coração de seus éphebos.¹⁷

A força verificada em tal apelo aos leitores da Folha para com a causa paulista, — simbolizada pela ideia de uma identidade paulista construída ao longo da história de seus feitos com figuração máxima em 1932, sob os lemas ufanistas difundidos no período em que se desenvolveram os combates contra o Governo de Getúlio Vargas como ***Tudo por São Paulo, Dei ouro para o bem de São Paulo*** — foi capaz de transformar, pelo processo enunciativo presente nas publicações, a derrota mais do que comprovada por parte dos paulistas no movimento, em uma vitória, mediante os valores que se agregaram a esse sentimento, sob uma visada que traz uma importância significativa a esse fato político-social.

Estudos que se orientam sobre os discursos históricos presentes em 32, tomando como elemento a identidade paulista, como em Sellan (1998), evidenciam a força dessa paulistanidade, do papel do homem paulista, tomado pelo simbolismo cívico da época, ao que transpôs o real do levante para um ideário subjetivado pelos posicionamentos do locutor-enunciador, sobretudo os que se faziam conhecidos mediante os discursos jornalísticos.

Para nós, o que se firma como uma compreensão essencial a tudo que se soma à temática que nos valem para esse estudo é entender a rede de sentidos

¹⁷ A força de um ideal. Texto publicado pela Folha da Noite, 1ª Edição, em 31 de Julho de 1932.

que constrói o processo designativo realizado pela palavra São Paulo nesse período e, em que medida a paulistanidade se relaciona nessa construção de sentidos.

No capítulo 3 desse trabalho serão tratadas com maiores detalhes as principais características que compõem o material jornalístico escolhido para as análises. A seguir, o Capítulo II se organiza no sentido de apresentar o percurso teórico e analítico, discutindo-o em seus principais aspectos.

CAPÍTULO 2 – CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DE UM ARCABOUÇO TEÓRICO: SEMÂNTICA DA ENUNCIÇÃO E DO ACONTECIMENTO

No presente capítulo iremos discorrer sobre o lugar teórico no qual nos inscrevemos para o desenvolvimento e embasamento desse estudo, explicitando assim os principais conceitos que constituem a Semântica do Acontecimento proposta e desenvolvida por Eduardo Guimarães.

Contudo, faz-se pertinente, antes de iniciarmos as considerações a respeito dessa teoria, traçarmos um percurso esclarecedor quanto ao conceito primordial de enunciação, retomando para isso as bases teorizadas pelos estudos enunciativos apresentados por Benveniste (1966, 1970, 1974), passando pelo que concebe Ducrot (1972, 1984) até que, por meio dos aspectos mais relevantes desse percurso, se tome conhecimento da teoria semântica desenvolvida por Guimarães (1989, 1999, 2002, 2002a, 2003, 2004, 2004a, 2004b, 2005, 2007, 2008, 2009), uma vez que esse autor, para a constituição de suas teorias a respeito da enunciação e do acontecimento, percorre os caminhos traçados pelos autores mencionados anteriormente.

Para então legitimar o que se propôs, é preciso retomar ao princípio dos estudos saussurianos, realizando uma breve e concisa reflexão sobre os aspectos mais relevantes da teoria para esse trabalho.

2.1 Estudos Linguísticos: caminhos teóricos para a formação do(s) conceito(s) de enunciação

Para pensarmos e compreendermos a constituição dos sentidos em determinados espaços em que se recorta a linguagem em seu funcionamento, analisando o modo como a mesma ‘acontece’ enunciativamente e considerando, para tanto, o que se constrói inicialmente por um aparato linguístico, ou seja, em suas diversas materialidades, nos pautaremos em conceitos que propiciem uma descrição e interpretação dos sentidos a serem apreendidos, estabelecendo,

portanto, com a linguagem, uma relação que vai além de sua estrutura ao ser considerado o seu caráter histórico, social e político.

Ao circunscrever então o presente estudo mais especificamente ao âmbito da Semântica do Acontecimento, elementos essenciais para a compreensão a respeito dessa orientação teórica se fazem indispensáveis, como situar e relacionar sentido, enunciação e funcionamento da linguagem, estudo este imprescindível para que se compreenda a noção de acontecimento da enunciação em si, desenvolvida, sobretudo, pelo linguista Eduardo Guimarães.

Contudo, para isso, é preciso que sejam retomados alguns aspectos do percurso desenvolvido pela história da Linguística no tocante à enunciação, com o intuito de se compreender, por meio das reflexões sobre a linguagem, o que de fato passa a ser considerado enquanto elemento constituinte da enunciação. Na medida em que vão surgindo teorizações a respeito, se estabelece uma conceituação sobre o que é enunciação, que, aos estudos mais recentes será concebida, de modo específico, enquanto acontecimento.

Temos que entre as décadas de 60 e 70 do século XX, os estudos enunciativos figuraram ao campo da Linguística imbuídos do propósito de reconfigurarem o método estrutural, ou seja, reconsiderar a corrente linguística do estruturalismo que obteve seu marco inicial e balizou as origens do que se nomeou enquanto linguística moderna, no início do século XX, com a publicação da obra do linguista genebrino Ferdinand de Saussure.

Com o surgimento desses estudos, evidencia-se um questionamento importante sobre as bases que fundamentavam e orientavam os estudos linguísticos até então, recolocando assim o objeto de estudo da Linguística, ou seja, a língua, na esteira de importância e fundamentação semântica para que o mesmo fosse assim concebido e compreendido, opondo-se aos princípios de língua enquanto um objeto imanente.

Desde o que se nomeou enquanto corte Saussuriano em termos de língua como sistema, partindo do que se apresentou no Curso de Linguística Geral (1916), muito se tem a dizer do que se produziu sobre as teorias da enunciação, uma vez que as mesmas trazem em suas constituições, cada uma a seu modo, elementos anteriormente relegados à fala pelo corte saussuriano, por assim se revestirem de subjetividade, ou seja, de questões atreladas à significação/sentido.

Como afirma Souza (2005), a respeito do que se define enquanto objeto de estudo por Saussure no Curso de Linguística Geral, tem-se que o linguista estrutural

(...) ao definir a língua objeto de estudo da linguística, deixa para a fala o individual, o subjetivo; nesta concepção, são as relações internas que dão o caráter definidor para a língua e o que há de significação no Curso é o que há de codificado como significado (SOUZA, 2005, p.17).

A língua, por sua vez, em seu modo de significância no sentido saussuriano, se foca em termos semióticos¹⁸ como sistema linguístico, em que seus elementos (signos) se definem por um processo de significação por suas relações com os outros elementos do sistema (rede de oposições – valor/significação – e afinidades), numa sucessão de unidades em que as mesmas se reconhecem e se completam mutuamente enquanto tais pela subordinação própria do sistema.

Instaura-se assim um campo da pura distintividade e identificação em seu diferencial com o outro, perfeitamente explicável, segundo Saussure, como ciência, pelo viés exclusivo da descrição sincrônica, ou seja, excluindo qualquer perspectiva sócio-histórica em razão de uma base sistêmica, pautada pela exatidão e imobilidade de seus elementos linguísticos, à prova de qualquer natureza transformadora.

É então pela decisão de uma perspectiva que se volta para os estudos sincrônicos da linguagem que se baseou a linguística estruturalista, sendo então, por essa razão, que o objeto de estudo desse campo científico é compreendido por Saussure de forma que, segundo Leroy (1971):

(...) a língua não é um conglomerado de elementos heterogêneos; é um sistema articulado, onde tudo está ligado, onde tudo é solidário e onde cada elemento tira seu valor de sua posição estrutural (SAUSSURE apud LEROY, 1971, p. 109).

Por outro lado, são pelas contribuições teóricas no campo da linguística realizadas por Benveniste (1966), que se verifica um reordenamento na maneira de conceber a esfera enunciativa, sendo esta própria e inerente à língua concebida em

¹⁸ Importante salientar que Saussure não se vale dos termos *Semântica* e *Semiótica* no Curso de Linguística Geral para se referir aos estudos dos signos de modo geral, mas sim os trata pelo termo *Semiologia*.

seu funcionamento, de modo que esse autor considera o sentido enquanto função essencial à língua, mesmo que ainda conceba a língua enquanto um sistema de signos, e o sentido tomado na subjetividade.

O diferencial e significativo em sua teoria é que Benveniste lança mão de uma concepção de língua em exercício, distinguido-a do emprego das formas regidas pela sistemática Saussuriana, fazendo-nos refletir sobre as especificidades desse emprego, assim como o emprego da língua, para assim trazer, com esse último, a noção de enunciação, na medida em que passa a tratar da diferença entre a “(...) língua como repertório de signos e sistema das suas combinações e, de outro, a língua considerada como atividade manifestada nas instâncias do discurso” (BENVENISTE, 1966, p. 286).

Apesar de sua formação estruturalista comum a Saussure, Benveniste (1974) passa a romper com tal orientação, tendo em vista que trata em seus escritos da questão da subjetividade na língua, uma vez que acolhe o conceito de enunciação como sendo a relação que o locutor, figura central nessa relação, estabelece com a língua ao apropriar-se dela, colocando-a em funcionamento por um ato individual, ao que ele nomeia enquanto instanciamento discursivo¹⁹.

Ao se considerar os elementos que para Saussure foram situados pela exterioridade ao seu objeto de estudo, ou seja, referidos à fala e, portanto, não constituintes em sua abordagem de língua como sistema fechado em si mesmo, temos que o mundo, o sujeito, o referente e a história não promovem ainda em Benveniste a questão da enunciação enquanto um acontecimento enunciativo em si, uma vez que este atribui dependência ao ato de apropriação do ‘homem’ como condição de seu aparecimento, sendo então a enunciação “este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 1974, p.82).

Constata-se por sua vez que o sentido seria construído por esse ato individual de um locutor empírico em sua subjetividade, não restando margem para que o sentido seja tomado enquanto exposto à língua e à história, o que descartaria também reconhecer a relação entre os sujeitos.

¹⁹ O termo *discursivo* aqui utilizado se refere ao ato individual do emprego da língua por um sujeito que, por um ato de apropriação da língua, se constitui enquanto tal, distanciando-se do que poderia se aproximar do que conceitua a Análise do Discurso.

Essa visão de centralidade do sujeito defendida por Benveniste passa a ser repensada nos estudos desenvolvidos pelo linguista Ducrot (1984), quando este considera a questão polifônica, ou seja, das várias vozes possíveis à enunciação e à constituição dos sentidos por meio dos implícitos e das pressuposições.

Diferentemente de Benveniste, Ducrot reserva à enunciação a responsabilidade pela atribuição de sentidos por meio da relação com os não ditos e às pressuposições, ou seja, do elemento polifônico atuando no evento enunciativo, ao passo que a define como “o acontecimento constituído pelo aparecimento histórico do enunciado” (1984, p.168).

Para que se compreenda a polifonia, Ducrot faz a necessária distinção na enunciação entre o sujeito falante, apresentado como ser/autor empírico da experiência, do locutor e do enunciador, seres do discurso, considerando apenas estes últimos no âmbito enunciativo. O primeiro, o locutor, seria aquele que no enunciado é situado como seu responsável, diferindo-se do homem real que se apropria da língua, como forma de se constituir por meio da linguagem enquanto sujeito mediado intersubjetivamente, como em Benveniste; já os enunciadores seriam as perspectivas presentes na enunciação, sem que se possa, no entanto, concebê-las como realidades concretas.

Destacando-se a polifonia como uma das tônicas da teoria ducrotiana a respeito da enunciação, o autor consegue então reconsiderar a ideia de sujeito atuante na apropriação da língua enquanto possibilidades de uso em uma base sistêmica, fazendo-a funcionar e produzir sentido por esse ato individual — o que torna tal sujeito uno e orientador dos sentidos por sua subjetividade atrelada ao que produz e controla —, propondo que “(...) o sentido de um enunciado descreve a enunciação como uma espécie de diálogo cristalizado, em que várias vozes se entrecrocaram” (DUCROT, 1984, p. 9).

Sendo assim, ao recapitularmos o percurso até então desenvolvido sobre o que se teorizou enquanto enunciação tem-se que, a língua, mesmo que ainda concebida enquanto sistema por Benveniste, é atravessada por um processo que a semantiza, assim que a noção de enunciação se estabelece como gerenciadora da produção de sentidos pelo ato de apropriação do ‘eu’, notando-se também em Ducrot a importância reservada à enunciação por uma conceituação que compreende em si a língua em seu funcionamento, destituindo o sujeito de sua condição determinante de produtor de sentidos.

É imprescindível que se reflita também que, a cada um dos autores, enquanto consideram a língua em seu funcionamento, a noção de acontecimento de linguagem surge diferentemente para cada teorização, podendo-se, a partir disso, compreender posteriormente a constituição do que se toma enquanto constitutivo para a Semântica do Acontecimento, estabelecendo uma relação entre esses autores ao que é reconcebido em Guimarães (2002).

Em Benveniste vimos que ao se valer do emprego da língua pelo ato individual de apropriação da mesma, como condição à enunciação, o locutor constrói a enunciação enquanto ponto central desse processo de sentidos, por algo acontecido exteriormente à linguagem, ou seja, algo que o mesmo obtém como experiência empírica por meio da linguagem.

Já em Ducrot, ao se evidenciar uma mudança radical com relação ao foco estabelecido quando se tem a língua funcionando pelo rearranjo enunciativo da polifonia, descentrando assim o sujeito, a noção de acontecimento é então aproximada ao próprio evento da enunciação, como o mesmo definiu anteriormente.

Diante das proximidades e contrapontos teóricos acima estabelecidos, o que se coloca oportuno para o presente estudo, a partir do percurso descrito até esse momento das discussões, é saber em que medida a noção de acontecimento presente nos dois autores difere em algum ponto fundamental considerado pela noção de acontecimento teorizada e construída posteriormente em Guimarães (2002), de modo que, dentre todos os elementos excluídos pelo corte sincrônico em Saussure, faz-se indissociável aos estudos semânticos enunciativos o elemento histórico-social, constituinte que se apresenta aos sentidos.

O que se tem é que, tanto em Benveniste com em Ducrot, a noção de acontecimento presente na enunciação se pauta por uma sucessão de caráter temporal, em que a enunciação, mesmo se caracterizando como um ato que não permite repetição, dadas às especificidades que a constitui, segundo Guimarães (1989) é tratada pelos autores acima segundo a história concebida cronologicamente, ou seja, sujeita à delimitação dos fatos exteriores à língua e à enunciação, como veiculado pela teoria benvenistiana.

Tal reflexão nos faz perceber o que de fato implica à língua ao referenciar o mundo em oposição ao que seria simbolizá-lo por ela, visto que o elemento histórico, anteriormente excluído dessa esfera, vem então expor a língua às vicissitudes da

enunciação enquanto a mesma sendo um acontecimento, o que a distancia do acontecimento linguístico do ato de apropriação presente em Benveniste.

Assim, temos que a enunciação, segundo a perspectiva materialista pela qual os estudos da linguagem se atêm ao corpo de teorizações desenvolvido por Guimarães, inicialmente em 1989, se figura próxima ao modo ducrotiano de concebê-la, ou seja, aos encadeamentos de enunciados sem uma relação referencial direta com o mundo concreto, contudo, contendo um diferencial determinante para a orientação dos estudos até então descritos: valendo-se dos elementos histórico e social para constituí-la (a enunciação) em termos de um “acontecimento sócio histórico da produção do enunciado” (GUIMARÃES, 1989, p.78).

Ao se tomar a língua em sua relação com a história, a mesma é tomada por um funcionamento

(...) segundo um conjunto de regularidades, socialmente construídas, que se cruzam e podem ir permitindo mudança nos fatos sem que isso possa ser visto como desvio ou quebra de uma regra (GUIMARÃES, 2007, p. 17).

além de ser concebida pelo que se entende por “uma dispersão de regularidades que a caracteriza, necessariamente, como fenômeno social e histórico” (GUIMARÃES, 2007, p.17). Vemos por fim que tal funcionamento de língua nos apresenta essa nova forma de se tratar a enunciação, em que seu aparecimento é compreendido na esteira de um acontecimento de linguagem, exposto ao real simbolizado.

Trataremos a seguir de modo mais específico, os objetivos atrelados à Semântica da Enunciação em razão de sua orientação histórica, não em sentido cronológico do termo, mas sim na especificidade que esse elemento reserva aos sentidos produzidos enunciativamente.

2.2 A Semântica da Enunciação: a linguagem tomada na história

Considerando até então o que foi apresentado, temos a constatação de que tanto a visão de centralidade do sujeito como a do sentido de um enunciado tomado a priori, em termos de significação em sua materialidade, serão, por sua vez, perspectivas descartadas para os estudos semânticos que serão aqui realizados, em razão da noção de acontecimento enunciativo da produção do enunciado, verificada enquanto condição de enunciabilidade, ou melhor, à enunciação.

Há também que se considerar para esse novo momento da teoria, o que anteriormente se mencionou como um exterior preterido em Saussure, ou seja, ao se tratar dos estudos da semântica da enunciação, considera-se necessariamente a história como representativa dos modos de se apreender a língua funcionando, tomada por esta historicidade e afetada pelo político.²⁰

Assim, iremos trabalhar nos próximos subtópicos e no decorrer deste trabalho, em termos de uma visada analítica, com a questão do acontecimento conceituado por Guimarães (2002) conjuntamente à enunciação, no sentido de se estabelecer ao quadro teórico. Consideraremos a dimensão histórica pela qual se orienta a constituição dos sentidos, esses, de modo específico, a serem tomados em parte do material que se produziu no momento de efervescência política em que o Movimento Constitucionalista de 1932 se deflagrou.

Dessa forma, os pressupostos da Semântica da Enunciação, que em sua denominação soma-se a inclusão da qualificação 'histórica', temos que ao tratarmos o sentido a partir desse viés teórico, há uma série de elementos relacionados a esse processo, como o que é da ordem do estritamente linguístico, ou seja, o sistema que controla e determina o significado; o que se figura por uma perspectiva referencial, ao pautar-se pela veracidade de um enunciado em suas condições de aparecimento, instituindo à linguagem a materialização necessária para dar forma ao que se pensa; ou mesmo o sentido mediante a intenção de um sujeito, reservando à linguagem o papel de instrumento, como assim caminhou a teoria em Benveniste, intensificando ainda mais essa condição de sujeito produtor/detentor de sentido, quando se

²⁰ A noção de político para a semântica será discutida mais adiante no tópico 2.3.1: Enunciação e acontecimento enunciativo: relações com o político.

considera os atos de fala presentes em Austin e Searle²¹, em que enunciar seria uma forma de ‘fazer’ ou ‘agir’ pelo ato performático.

Temos então que, ao preocupar-se com a reinserção da história como um fator anteriormente condicionado ao exterior dos estudos desenvolvidos sobre a linguagem, passa-se então a trabalhar pela ótica da semântica, de modo específico, com os sentidos, pelo fato de que para a determinação destes, não mais o sujeito, em sua apropriação da língua — ou mesmo o apoio a um mundo concreto referencial, orientado por uma ideia equivocada sobre certa transparência atribuída aos sentidos — é o que gerenciará a produção dos sentidos, mas, ao contrário disso, será o acontecimento em sua própria temporalidade²² que permitirá os caminhos interpretativos para se alcançá-los.

Dessa forma, antes de iniciarmos as considerações sobre a Semântica do Acontecimento, ressaltando a sua importância aos estudos enunciativos e ao embasamento fundamental que reservará ao presente trabalho, encerramos esse tópico de modo a reforçar que a historicidade até então concebida pelas reflexões anteriores passa a contemplar a enunciação que, segundo Guimarães (2002a, p. 66) entende que “(...) o sentido deve ser tratado como discursivo e definido a partir do acontecimento enunciativo (...)”, ou seja, apreendido seu efeito na enunciação a que corresponde pelas condições sócio-históricas de sua produção e existência.

Todavia, faz-se então preciso esclarecer o modo como essa historicidade surge e apreende os sentidos produzidos na enunciação, já que à mesma se desvincula a ideia de que se configura em razão de uma perspectiva cronológica, como um sucessivo de eventos demarcados e acontecidos no fio do tempo.

Diante disso, o conceito de memorável atrelada ao processo de significação trazida pelo acontecimento a ser tratada mais adiante se fará indispensável para entendermos a atuação do elemento histórico no âmbito semântico, em razão do que considera Guimarães (2005, p.69), ao propor o distanciamento da língua de uma relação pragmática de uso, ou certa contenção de sentido ao se enunciar, teríamos que “para um estudo semântico poderíamos ressaltar (...) que a relação de funcionamento da língua é com o interdiscurso e não com a situação. E é isto que dá a historicidade da língua (...)”.

²¹ Ver mais a respeito sobre esses dois autores em: Austin (1990) e Searle (2002).

²² A noção de temporalidade presente em Guimarães (2002) será discutida no tópico 2.3.1 Enunciação e acontecimento enunciativo.

Contudo, coloca-se importante observar o posicionamento teórico evidenciado em Guimarães para que não ocorram imprecisões quanto aos conceitos a serem trabalhados, ou seja, o *interdiscurso* e o *memorável*, uma vez que como colocado por Silva (2009, p. 3) “Guimarães não trabalha com um conceito discursivo; trata do passado de maneira enunciativa e de acordo com o tempo do acontecimento”.

Portanto, é pelo conjunto do dizível e não pelo fio do tempo — no que se pode tratar de mensurável, datável no decorrer dos acontecimentos que são registrados — que obtemos os sentidos construídos no e pelo funcionamento da linguagem, assim como temos constituídos por esse funcionamento, sujeito e língua, ao mesmo tempo em que se enuncia, concluindo que “a linguagem não remete às coisas do mundo, mas a uma construção que a linguagem faz dessas coisas” (GUIMARÃES, 1995, p. 54).

2.3 A teoria da Semântica do Acontecimento: conceitos e filiações

Pautando-nos por uma perspectiva teórica resultante de um estudo da linguagem não apenas em sua estrutura, mas em seu caráter histórico-social e político, define-se a Semântica do Acontecimento, teorizada pelo linguista Eduardo Guimarães (2002) no livro *Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação*, como detentora de um dispositivo teórico de análise que possibilita tomar o sentido da linguagem concentrando-o no estudo da enunciação, que é o que se permite ‘acontecer’ enunciativamente pelo dizer figurado historicamente, ou melhor, como aquilo que Orlandi (1995, p.89) especifica como “o interdiscurso, que se define como o conjunto do dizível, histórica e linguisticamente constituído” ou então, o que é passível de discursivização.

Coloca-se de maneira fundamental lembrar que a semântica desenvolvida por Guimarães (2002) estabelece uma relação com a AD, iniciada por Michel Pêcheux, de modo que esta vertente teórica também busca situar a língua enquanto acontecimento, além de sua disposição como estrutura. Indiscutivelmente se evidencia, portanto, uma base comum tanto para a linha de estudos enunciativos quanto aos discursivos: o materialismo histórico, que traz a ambos a questão histórica que se relaciona com os sentidos.

Levando em consideração o que nos expõe Tasso (2006), ao apresentar o modo com a AD concebe a história por essa perspectiva do materialismo histórico, faz-nos pertinente ao quadro teórico da Semântica do Acontecimento, tomarmos para as especificidades do mesmo a forma como essa história é entendida em relação com os sentidos:

A Análise do Discurso entende que a história é o elemento que constitui a língua, a que o sujeito, inconscientemente, está subordinado. Dessa inter-relação, resulta que a língua, como materialidade, reúne em si o histórico (pelo acontecimento) e o lingüístico (pelo arranjo dos significantes), configurando o modo como o sujeito produz seu dizer e materializa discursos. Pensada dessa forma, a história não pode ser concebida como cronologia ou evolução, porque está intrinsecamente relacionada com o sentido. Essa relação é facultada pelo fato de que qualquer acontecimento histórico só permanece “vivo”, toma lugar na memória, porque faz sentido, ao suscitar uma interpretação. Dentro da história, não temos acesso aos acontecimentos por si mesmos, graças a barreiras como a do tempo, mas sim ao que se disse (e ainda se diz) sobre eles. Além disso, as próprias condições sócio-históricas constroem interpretações outras ao longo dos tempos (TASSO, 2006, p.5).

Compreendemos, portanto, ao que formula a citação acima, a respeito do que (ainda) se diz sobre os acontecimentos, como sendo o funcionamento engendrado pelo interdiscurso. Assim temos que, até então o que fazia parte de uma exterioridade da língua no corte estabelecido por Saussure (o mundo, o sujeito, o referente, a história) torna-se agora uma exterioridade discursiva significada por essas relações inter e intradiscursivas que compõem o acontecimento enunciativo, não abandonando, contudo, a especificidade linguística.

Com isso, como ainda apresentado por Tasso (op. cit) a respeito de que a história seria, por sua vez, um sentido à espera de “atualização”, incorrendo em correções, retificações, acréscimos ou apagamentos, propensa aos gestos de interpretação por parte dos sujeitos, temos que o acontecimento tanto discursivo como o enunciativo a que nos atemos, é então o lugar específico para a atuação da história na língua, ou seja, a historicidade dos sentidos que serão produzidos, ao passo que constitui, como anteriormente colocado, língua e sujeito.

2.3.1 Enunciação e acontecimento enunciativo: relações históricas, temporais e políticas

Ao retomarmos o conceito de enunciação que, para Guimarães (1989), é entendido como a produção do enunciado enquanto um acontecimento assimilado em suas condições sócio-históricas, sendo então a enunciação considerada como o próprio acontecimento de linguagem que permite flagrar o funcionamento da língua em termos de produção de sentidos, salvo o caráter específico a cada acontecimento, vem o autor a redefini-la após esse primeiro momento teórico como sendo

um acontecimento de linguagem perpassado pelo interdiscurso, que se dá como espaço de memória no acontecimento. É um acontecimento que se dá porque a língua funciona ao ser afetada pelo interdiscurso. É, portanto, quando o indivíduo se encontra interpelado como sujeito e se vê como identidade que a língua se põe em funcionamento (GUIMARÃES, 2002a, p. 70).

Partindo dessa nova concepção reservada ao evento enunciativo, que passa a garantir ao acontecimento uma especificidade que o promove e o inclui nos estudos semânticos enquanto um acontecimento de caráter enunciativo, e não mais como algo referido empiricamente ou marcadamente temporal, o mesmo passa a receber uma teorização de cunho semântico que o define e o constitui em relação aos elementos como o histórico, o social, o real e o político, todos esses envolvidos na produção de sentidos que, assim como os sujeitos, se constituem pela linguagem.

A história imbrica-se no acontecimento enunciativo de modo decisivo ao trazer a este a relação de constituição com um passado de sentidos, ou seja, à rememoração dos memoráveis, de enunciados que se ressignificam na temporalidade diante da especificidade do acontecimento.

Além disso, o caráter social associado à língua, quando essa é pensada enquanto uma prática social discursivizada no acontecimento, compõe, juntamente com o elemento histórico, um caminho propício para se apreender os sentidos que não se evidenciam por uma relação referencial, como pelo o que considerou Benveniste (1974) em nível do que seria o emprego das formas linguísticas.

Assim, antes de realizarmos as reflexões sobre os demais elementos que participam do que se constitui enquanto um acontecimento enunciativo, além do que já foi dito sobre os aspectos histórico e social com relação a este, vejamos o que considera Guimarães (2002) ao definir o conceito de acontecimento enunciativo:

Considero que algo é acontecimento enquanto diferença na sua própria ordem. É o que caracteriza a diferença é que o acontecimento não é um fato *no* tempo. Ou seja, não é um fato novo enquanto distinto de qualquer outro ocorrido antes *no* tempo. O que o caracteriza como diferença é que o acontecimento temporaliza. Ele não está num presente de um antes e de um depois no tempo. O acontecimento instala sua própria temporalidade: essa a sua diferença. (...) o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem o qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação (GUIMARÃES, 2002, p.11-12).

A definição acima sobre o acontecimento, que se configura sobre a compreensão enunciativa e histórica da linguagem, apresenta a língua funcionando por meio de um distanciamento evidente da configuração de tempo e espaço demarcados pela sucessão cronológica, aos fatos que se relacionam aos objetos, coisas, eventos, palavras por meio de associações empíricas ligadas ao mundo, fazendo com que a noção de temporalidade passe a ocupar uma posição de destaque para a constituição do acontecimento.

Qual seria então o papel da temporalidade enquanto outro elemento determinante do acontecimento enunciativo, em termos de produção de sentidos? Uma vez que já se concebe em relação à mesma o fato de que não se aproxima de uma sucessão temporal para que, de certa forma 'contenha' o que se instaura enquanto acontecimento, de que forma então defini-la pelo viés simbólico que a língua em funcionamento nos permite compreender os sentidos?

Antes de conhecermos o caráter específico contido na temporalidade, faz-se interessante contrapô-la ao que anteriormente Benveniste (1974) teorizou a respeito do tempo em relação ao acontecimento, lembrando que para esse autor, o conceito de acontecimento tem a função de representar o mundo por meio da língua (*gem*) atuando como mediadora entre o homem e os eventos do mundo, ou seja, representar algo externo ao que se produz enunciativamente no discurso enquanto exercício da língua, segundo a sua concepção.

Sendo assim, pelo aporte teórico do autor em questão, o tempo poderia ser considerado por três vias de compreensão, sendo a primeira a que nos parece mais comum quanto à noção que estabelecemos de imediato com o tempo, ou seja, aquela que perpassa a ideia de continuidade ininterrupta, seguindo uma uniformidade, passível de delimitações a serem feitas pelo homem.

Retomando mais uma vez Benveniste (1974), como forma de problematizar o que expõe Guimarães (2002) sobre a questão do tempo de modo geral presente na enunciação, e, de maneira mais específica, ao estudo sobre a temporalidade no acontecimento, tal teórico considera também o chamado tempo crônico, definindo-o como o

(...) tempo dos acontecimentos, que engloba também nossa própria vida enquanto sequência de acontecimentos (...) Porque os acontecimentos não são o tempo, mas eles estão no tempo (BENVENISTE, 1974, p. 71).

Por último e com relação ao que o autor toma como seu objeto de estudo, tem-se o tempo linguístico, que não coincide com as outras vias aqui concebidas, em razão deste depender do exercício da fala, ou seja, do tempo em que o ato individual do locutor instancia o 'eu' na enunciação.

A esse tempo o autor caracteriza-o em termos de enunciação como

(...) esse tempo tem seu centro (...) Cada vez que um locutor emprega a forma gramatical do 'presente' (ou forma equivalente) ele situa o acontecimento como contemporâneo da instância do discurso que o menciona (BENVENISTE, 1974, p.74-75).

Retornando o que nos motivou a essa reflexão sobre o tempo, nos valendo mais uma vez do trabalho feito por Benveniste que conta com as três concepções apresentadas acima, em que se evidencia o tempo linguístico como fundamental à constituição da enunciação conceituada por esse autor, temos que a temporalidade, enquanto elemento do acontecimento enunciativo presente em Guimarães (2002), não dialoga ou se aproxima com nenhuma dessas vias de apreensão do tempo, nem mesmo o linguístico que já prenuncia em sua constituição a esfera enunciativa.

Para melhor entender a temporalidade em sua posição de eixo gerenciador do que se poderia chamar de *modus operandi*²³ do acontecimento, tomemos as palavras de Guimarães (2002) com o intuito de obter uma definição que permita uma compreensão mais específica para esta questão do tempo no acontecimento, além de tomarmos conhecimento de outro elemento imprescindível a esse movimento permitido pela temporalidade: a questão do memorável. Guimarães (2002) inicia suas considerações de maneira retórica ao dizer:

E o que é esta temporalidade? De um lado ela se configura por um presente que abre em si uma latência de futuro (uma futuridade), sem a qual não há acontecimento de linguagem, sem a qual nada é significado, pois sem ela (a latência de futuro) nada há aí de projeção, de interpretável. O acontecimento tem como seu um depois incontornável, e próprio do dizer. Todo acontecimento de linguagem significa porque projeta em si mesmo um futuro. (GUIMARÃES, 2002, p.12).

Ainda por essa reflexão sobre a temporalidade, que permite ao acontecimento constituir-se tanto de um presente não mais visto como colocado ao locutor que se apropria do 'eu' atualizado na enunciação, quanto por um futuro em termos de sentidos, ou seja, uma projeção destes pela existência de uma futuridade no dizer temporalizado, nota-se que esses dois elementos (o presente e o futuro) estão intimamente atrelados à questão de um passado, não sendo este, da mesma forma como já se discutiu sobre o tempo de modo geral, algo lembrado, recordado empiricamente, mas sim algo próprio à esfera do enunciável.

Vejamos na continuidade das reflexões que parte das características acerca da temporalidade está ligada ao presente e ao futuro, à dependência que esses últimos apresentam com o que se concebe como passado no acontecimento:

Por outro lado, este presente e futuro próprios do acontecimento funcionam por um passado que os faz significar. Ou seja, esta latência de futuro, que, no acontecimento, projeta sentido, significa porque o acontecimento recorta um passado como *memorável*. A temporalidade do acontecimento constitui o seu presente e um depois que abre o lugar dos sentidos, e um passado que não é lembrança ou recordação pessoal de fatos anteriores. O passado é, no acontecimento, rememoração de enunciações, ou seja, se dá

²³ *Modo de operação* pelo qual o acontecimento de linguagem se manifesta na esfera enunciativa.

como parte de uma nova temporalização, tal como a latência de futuro. (GUIMARÃES, 2002, p. 12, grifo nosso).

Notamos nesse ponto que o passado se configura em termos de uma relação muito específica do acontecimento contida em sua temporalidade, em que o memorável não equivale à noção de interdiscurso, em razão de que, como tratado em Silva (2009),

Não se trata de migrar o conceito de memorável para o conceito de interdiscurso. O modo como a temporalidade é tratada na Análise do Discurso e na Semântica do Acontecimento opera com procedimentos de análise específicos de cada disciplina. Os quadros metodológicos de ambas são materialistas num domínio que leva em conta a história. *O memorável é um conceito enunciativo*, recorta o passado de acordo com o tempo do acontecimento; não é analisável como o sentido já posto, organizado pelo esquecimento. (SILVA, 2009, p.5, grifo nosso).

Contudo, diante do exposto que se refere ao acontecimento, como então compreender a afirmação de que o mesmo é e existe “enquanto a diferença em sua própria ordem?” O que seria essa diferença que o reservaria certa exclusividade a cada evento de seu aparecimento?

É justamente por temporalizar a sua existência enquanto acontecimento enunciativo que se pode afirmar tal diferença, sendo esta entendida pelo fato de que o acontecimento, ao realizar um recorte no passado e trazer para o instanciamento enunciativo um memorável (um recorte na memória) que se atualiza, ao mesmo tempo em que se abre, podendo-se assim dizer, uma futuridade de possibilidades, na medida em que outros sentidos se apontem diferentemente daqueles referentes às enunciações que foram rememoradas.

Rememora-se, portanto, o que está presente na própria definição acima sobre o acontecimento tratada por Guimarães (2002), de que o mesmo não se encontra num presente de um antes, ou seja, contendo os sentidos de um passado, e nem em um depois no tempo, o que propicia então à temporalidade sua condição própria e específica, reservando ao acontecimento a diferença necessária para se apreender os sentidos que o mesmo produz em sua atualização.

Esse movimento construído no e pelo acontecimento se apresenta sistematizado na reflexão feita por Guimarães (2007) ao se pensar, de modo geral, no trabalho de cunho semântico que desenvolvemos com a linguagem, ao passo que o mesmo diz ser um aspecto que funda o princípio desse trabalho, o fato de se desempenhar um caminho analítico que seja capaz de, a partir da significação linguística, mostrá-la no sentido de como a mesma “reporta a”, “se relaciona a”, “diz de” alguma coisa, ou melhor, estabelecer uma relação com aquilo que acontece.

Sabemos que pela orientação teórica apresentada, realizar o trabalho analítico proposto acima é tomar essa significação linguística enquanto produzida enunciativamente *no e pelo acontecimento da enunciação* (GUIMARÃES, 2002), fazendo com que o acontecimento de linguagem analisado nos leve a algumas afirmações ao tomarmos conhecimento quanto ao modo como o acontecimento enunciativo vem a se configurar, assim como a noção dos elementos decisivos que o constitui como um fato de linguagem.

Permitindo-nos assim adentrar a especificidade contida no processo de constituição dos sentidos pela ótica dos estudos semânticos, importa-nos, ao concebemos tal funcionamento, entender que primordialmente é preciso que se dimensione o acontecimento pela esfera simbólica, em que tanto o sujeito como o real se simbolizam e se representam, ao contrário de se reportarem diretamente ao mundo físico, de modo que, ao se dizer algo, materializa-se pela temporalidade específica ao acontecimento o real em termos de sua historicidade, por um fato que ocorre na e pela linguagem.

Após as reflexões realizadas no tocante aos elementos considerados decisivos à constituição do acontecimento, como o sujeito, a língua, a história e o real a que se expõe o modo como os sentidos se constituem, verificou-se que, por meio da temporalidade própria ao acontecimento, os sentidos se figuram na enunciabilidade atualizada pelo acontecimento de linguagem. Contudo, de que maneira os mesmos se apresentam?

Não condicionada a uma linearidade no tempo, temos a temporalidade que propicia os sentidos, sendo então conferida a esses sentidos igualmente tal condição de não pertencerem a algo circunscrito no tempo.

Inferindo tal multiplicidade de sentidos possíveis aos acontecimentos, há, pois que se observar de que maneira se figura a convivibilidade entre os mesmos,

uma vez que se constituem por uma relação histórica, portanto indiscutivelmente particular a cada construção.

Partindo dessa colocação e ao considerarmos como abordado em Santos (2010, p.4) que “Tomada na história, a língua não é uma abstração, mas um lugar de conflito, de embate, de luta pelo poder da palavra e do sentido”, além do que sugere o nome do presente tópico desta dissertação ao que se propõe a discutir, apresenta-se também como elemento caracterizador ao acontecimento enunciativo o conceito de político, pelo modo como o mesmo é compreendido pelos estudos semânticos.

Assim como as noções de história e tempo, o político também se apresenta nos estudos semânticos por uma concepção distanciada do que se conceitua tradicionalmente por outras abordagens e estudos.

Guimarães (2002, p.8) menciona logo no início de sua obra que irá considerar a questão da relação do político com a linguagem, de modo que vem a antecipá-la no imbricamento dos elementos constituintes da enunciação, sendo posteriormente a esta reservada a condição de acontecimento, afirmando que “(...) enunciar é uma prática política em um sentido muito preciso”. Em razão disso, o político será abordado por uma conceituação que compreende o aspecto histórico já presente nas reflexões sobre os estudos enunciativos, afastando uma ideia mais imediata e particular, em termos de situação, para tomar esse aspecto.

Constata-se que os sentidos, a partir do acontecimento enunciativo tomado em suas especificidades, não se apresentam, portanto, a um presente correlato ao dizer, em razão da condição histórica que os constituem, figurando-se enquanto diferença no acontecimento.

É então nesse ponto que a questão do político é considerada no acontecimento, circunscrevendo os sentidos de modo que os mesmos se dividam e se redividam por uma relação litigiosa, objetivando compreender aquilo que no real é simbolizado pela linguagem.

Como aborda Guimarães (2002) sobre o político ou a política, o autor discorre o que se expressa a seguir, ao que menciona anteriormente a isso ser de relevante importância para a linguagem tratar o político enquanto base para as relações sociais.

(...) é para mim caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de

pertencimento dos que não estão incluídos. Deste modo o político é um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento. Mais importante ainda para mim é que deste ponto de vista o político é incontornável porque o homem fala. O homem está sempre a assumir a palavra, por mais que esta lhe seja negada (GUIMARÃES, 2002, p.16).

Decorre a partir dessa definição que, ao elemento político reserva-se o papel de divisor do real, mas não só isso, de modo que a partir dessa divisão abre-se um espaço de afirmações daqueles que foram preteridos no interior das divisões estabelecidas, quando os dizeres almejam simbolizar o real em situação de disputa, de divisa.

Não se pode deixar de considerar o caráter contraditório que habita a fundamentação e atuação do político, pelo fato do mesmo se expor ao acontecimento de linguagem. Ao existirem aqueles que, banidos do acesso aos dizeres, buscam por essa legitimidade, instaura-se, portanto um espaço de litígio, de disputa por esse direito de fazer-se saber/conhecer/significar pela palavra, sendo então validada a contradição mencionada nesse contexto na medida em que o real é dividido de forma desigual, ao passo que se possibilita — mesmo diante desta desigualdade — a afirmação dos que foram preteridos (sujeitos).

Guimarães (2002, p.17) reflete essa questão ao dizer, para além de sua primeira consideração sobre esse conceito que “O político é para mim não o dizer normatizado da administração, nem simplesmente a afirmação do pertencimento (...) É a contradição que instala este conflito no centro do dizer”, ou ainda que ao político recai a condição de ser, como forma de mediar tal conflito no espaço

(...) a afirmação da igualdade, do pertencimento do povo ao povo, em conflito com a divisão desigual do real, para redividi-lo, para refazê-lo incessantemente em nome do pertencimento de todos no todos (GUIMARÃES, 2002, p 17).

Por fim, é possível inferir que, a partir do acontecimento de linguagem tomado em condição enunciativa, pode-se observar a noção do político atuando ao oferecer a este último as condições favoráveis para que se exponha, na medida em que se dispõe aos sentidos competirem pelo o que será simbolizado por meio do funcionamento da língua, ao tornar a palavra em dizer.

A seguir trataremos dos conceitos de espaço e cenas da enunciação, uma vez que ligados a estes, o político atua em seu funcionamento em condições bem particulares e específicas.

2.3.2 Espaço de enunciação

Ao tomarmos o espaço de enunciação de modo a compreendê-lo, faz-se indispensável considerar também a representatividade do sujeito concebido no interior desse espaço. Para tanto, situa-se o sujeito na relação língua e falante que define esse presente conceito, uma vez que todo acontecimento de linguagem necessariamente ocorre nesse espaço em que sujeitos²⁴ e linguagem estão em interdependência.

Anteriormente se fez saber que o político instaura no acontecimento, de maneira contraditória, um conflito no centro do dizer, ao mesmo tempo em que infere a afirmação de pertencimento dos que (sujeitos), diante da divisão da língua, foram excluídos da margem do dizível, ou seja, passam a se identificar no espaço regulado para o dizer. A centralidade referida ao dizível vem a se configurar como o espaço do enunciável, em que o sujeito “(...) que enuncia é sujeito porque fala de uma região do interdiscurso, entendendo este como memória de sentidos” (GUIMARÃES, 2002, p.14).

Ainda segundo Santos (2010, p. 8), se ao concebermos o acontecimento enquanto indissociável desse espaço, o mesmo deve ser “simbólico, portanto histórico, de disputa entre falantes, que são sujeitos de linguagem interpelados pela ideologia (...)”, remetendo-nos assim ao aspecto social dessa relação.

Contudo, tal espaço se apresenta a uma avaliação do que se pode ou não dizer/enunciar, reservando assim uma divisão entre os sujeitos e posteriormente para os sentidos produzidos, em razão do atravessamento político evidenciado.

Guimarães então define os espaços em que se configuram a enunciação como sendo:

²⁴ Sobre as figuras da enunciação iremos tratar com maiores detalhes no tópico 2.3.3, ao abordar a Cena e Agenciamento enunciativos.

(...) espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços “habitados” por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos aos dizeres e aos modos de dizer. São espaços constituídos pela equivocidade própria do acontecimento: da deontologia que organiza e distribui papéis, e do conflito, indissociado desta deontologia, que redivide o sensível, os papéis sociais. O espaço de enunciação é um espaço político (...) (GUIMARÃES, 2002, p.18-19).

Procurando compreender teoricamente o espaço de enunciação, como seria essa atuação equívoca do acontecimento como elemento determinante presente em tal espaço? Por essa via, é preciso então considerar a relação entre língua e falante mediada pelo político.

Temos que o caráter político atrelado a esse espaço produz por sua vez a divisão da língua, e, em consequência disso, os falantes também se encontram, enquanto sujeitos dessa língua ao enunciá-la, divididos em seus modos de pensar e pelos modos de dizer simbolizados pela linguagem.

Assim, considera-se que a deontologia — entendida como uma moral e uma ética que atua como organizadora dos papéis sociais — sempre atua em condição instável com o conflito gerado pela divisão (desigual) entre esses papéis, justificando assim o equívoco do acontecimento, ou mesmo a contradição do político atravessando tais relações de disputa.

Verifica-se por fim que, ao acontecer uma espécie de hierarquização a partir dessa divisão na língua, tem-se então uma disputa entre as identidades representadas pelos falantes (sujeitos) em relação a essa língua, não implicando nisso uma escolha deliberada ou consciente por parte do falante, mas sim uma construção realizada pela linguagem, de modo que para Guimarães (2002),

(...) estar identificado pela divisão da língua é estar destinado, por uma deontologia global da língua, a poder dizer certas coisas e não outras, a poder falar de certos lugares de locutor e não de outros, a ter certos interlocutores e não outros (GUIMARÃES, 2002, p. 21).

Portanto, ao ser construído um espaço enunciativo de disputas pela palavra em razão da divisão instaurada entre língua e falantes, ressalta-se a relevância desse espaço na teoria para mais uma vez reforçar o caráter da enunciação:

eminentemente política enquanto uma prática que supõe em si o funcionamento da língua em acontecimento (político) de linguagem, ao ser o sujeito tomado e agenciado enunciativamente por esse espaço.

2.3.3 Cenas de enunciação e Agenciamento enunciativo

Como se pode verificar, o acontecimento enunciativo envolve uma série de elementos que ao se determinarem, caminham para que a produção dos sentidos ocorra. Dentre esses elementos temos a particularização da chamada cena enunciativa²⁵, esta considerada em relação aos sujeitos, por tratar especificamente dos modos de se assumir a palavra.

Na definição desse conceito, Guimarães (2002, p.23), ao tratá-lo como “especificações locais nos espaços de enunciação”, desconstrói pelo aparato enunciativo a ideia de apropriação desse lugar do dizer, na medida em que situa a questão do agenciamento enunciativo ao modo como esses lugares, distribuídos por uma organização própria à cena (deontologia) se configuram, ou seja, é por meio dos dizeres que esses lugares se constituem, pela língua em funcionamento que se configura no/pelo acontecimento da enunciação.

A temporalidade do acontecimento, já tratada nesse percurso teórico, atua como base da cena enunciativa. A temporalidade presente na cena possibilita a análise do jogo enunciativo em que a mesma opera, permitindo a construção dos sentidos possíveis no acontecimento na projeção da futuridade, pelo viés do interpretável.

De maneira mais abrangente, temos que a cena enunciativa é para Guimarães (2002),

um espaço particularizado por uma deontologia específica de distribuição dos lugares de enunciação no acontecimento. Os lugares enunciativos são configurações específicas do agenciamento enunciativo para “aquele que fala” e “aquele para quem se fala”. Na cena enunciativa “aquele que fala” ou “aquele para quem se fala” não são pessoas, mas uma configuração do agenciamento enunciativo. São lugares constituídos pelos dizeres e não pessoas donas de seu dizer. Assim estudá-la é necessariamente considerar o próprio modo

²⁵ Segundo Guimarães (2002), esse conceito foi formulado primeiramente na obra *Texto e Argumentação* de 1987.

de constituição destes lugares pelo funcionamento da língua (GUIMARÃES, 2002, p.23).

A partir da citação acima, qual seria então o entendimento necessário para se compreender o agenciamento enunciativo, assim como a sua relação com o modo como se constitui na/pela cena enunciativa?

Estudos desenvolvidos em Rasia (2006) e Costa (2011) tratam o agenciamento enunciativo atentando, por um lado, para a afetação desencadeada pela memória do dizer e do interdiscurso, elementos esses advindos da AD por um diálogo estabelecido com a Semântica do Acontecimento, e, por outro, a afirmação de que é partindo-se do agenciamento considerado em um acontecimento da enunciação específico, que se faz verificável “(...) como na temporalidade, o memorável e a futuridade, recortam e impõem sentidos para o enunciado (...)” (COSTA, 2011, p. 178).

Guimarães (2008), atenta para a discussão sobre os falantes que compõem os espaços enunciativos, salientando a dimensão política projetada em suas relações com a língua dividida (política, portanto) e que, por sua vez, os determinam enquanto figuras enunciativas — e não enquanto falantes identificáveis pela existência empírica, referenciada.

Desse modo, o autor reafirma essencialmente à enunciação sua dimensão também política enquanto prática, o que permite subordinar os falantes, em sua disputa litigiosa pelo dizer circunstanciado pelo acontecimento, ao agenciamento (político) da enunciação.

Para tanto, Guimarães (2008), no subtópico denominado *Agenciamento da Enunciação* considera que, ao ser verificado tal embate ocorrido entre línguas e falantes, litígio este inerente ao espaço enunciativo, os falantes (figuras políticas que se constituem nesse espaço) são, por sua vez, envolvidos pelos agenciamentos enunciativos, ressaltando assim o caráter político destes últimos, o que elimina a sustentação de qualquer perspectiva individual da língua funcionando enunciativamente.

O agenciamento *político* da enunciação no espaço de enunciação configura o que chamo de cena enunciativa. Cada cena tem seu Locutor (L), que se divide de um lado como um lugar social do dizer (o que chamo l-x) e um lugar de dizer, uma perspectiva, um enunciador. (GUIMARÃES, 2008, p. 89, grifos nossos).²⁶

É preciso atentar por fim que, na relação entre “quem fala” e “para quem se fala”, a cena enunciativa é então situada enquanto responsável pela especificidade dos lugares que permitem a enunciação pelos agenciamentos, necessitando-se para isso de uma compreensão sobre a maneira pela qual se estabelecem as figuras enunciativas que ocupam esses lugares no acontecimento do dizer. Diante dessa observação, apresentamos a seguir o que Guimarães (2002) considera como os lugares de dizer pelo acesso à palavra.

Ao fazer esse recorte teórico, evidencia-se uma aproximação da teoria desenvolvida por Guimarães com a Semântica Argumentativa em moldes Ducrotianos, — que concebe também o processo argumentativo enquanto constituído no acontecimento de linguagem sob a dimensão enunciativa — no que se refere ao falante para com suas representações e divisões da ordem do locutor e de enunciador.

Como já abordamos em outro trabalho, ao tratar da condição de disparidade do sujeito em um acontecimento de linguagem específico, destituindo-o de uma posição central para tomá-lo no espaço de enunciação, tratamos por meio das reflexões teóricas presentes em Guimarães (1987) das posições tomadas pelo sujeito para a semântica, recobrando-o pelo viés histórico.

(...) Eduardo Guimarães, em *Texto e Argumentação* (1987), de acordo com a filiação à Semântica Argumentativa de Ducrot, desenvolve um percurso em que considera as diversas representações do sujeito da enunciação no enunciado, vindo a incorporar o conceito de Polifonia de Bakhtin, considerando por sua vez como materialidade lingüística o que se definiu como corte ducrotiano (condição que exclui a historicidade da enunciação), ou seja, as regularidades enunciativas passam a ser consideradas e constituídas historicamente, deixando de ser a polifonia uma questão do sujeito para a do enunciado no Acontecimento. (SUMAN, 2010, p.10).

²⁶ As nomenclaturas L e l-x apresentadas na referida citação, serão explicadas a seguir.

Contudo, apesar de Guimarães se valer, pela teoria de Ducrot, do conceito de polifonia da enunciação, ele passa a tratar das noções de Locutor e enunciador não propriamente pela perspectiva polifônica, no momento em que se assume a palavra, mas sim os caracteriza pela divisão, observados enquanto sujeitos de linguagem.

Diante disso, Guimarães (2002) então concebe Locutor²⁷ e enunciador enquanto distintos, e posteriormente verifica as especificidades contidas em cada um para que se possa identificar o modo como os mesmos se manifestam diante do fato de linguagem produzindo a enunciação.

Para o autor, o Locutor representado enquanto origem do dizer atua como uma figura que não faz correspondência a um indivíduo do mundo físico, sendo tomado pelo tempo do dizer discursivizado na produção de sentido. O Locutor é um elemento da enunciação sob os agenciamentos enunciativos do 'eu', que ocupa tal posição ao enunciar, se apresentando como "responsável pela performatividade do enunciado" (GUIMARÃES, 2008, p.92).

Entretanto, por ser o 'eu', antes de qualquer análise mais complexa, um elemento dêitico²⁸ que indica uma subjetividade, não há aí um lugar marcadamente social do dizer, fazendo com que se tome num primeiro momento, a linguagem como um ato individual, e, portanto dissociada do que se propõe num estudo enunciativo. Segundo Guimarães (2002), tomando a divisão sob influência da noção de político do Locutor, considera que o mesmo

(...) ao desconhecer que fala de um lugar social, desconhece que seus lugares de fala foram divididos e interditados. Operar sobre e contra este desconhecimento é o próprio do político no acontecimento de linguagem (GUIMARÃES, 2002, p. 22).

Sendo então esse 'eu' considerado a princípio como origem do dizer, enquanto um parâmetro para o tempo da enunciação, ao mesmo tempo se requer para tal posição que o mesmo seja afetado pelo social que o autoriza a dizer, em seus modos e línguas. Nessa medida, o Locutor, ao se posicionar enquanto origem

²⁷ Locutor com L maiúsculo, em razão da distinção que fará por conta da divisão desse Locutor em locutor-x, de acordo com os lugares sociais do dizer.

²⁸ Para saber mais sobre a importância da Dêixis enquanto teorização/conceituação e categoria de linguagem dos dêiticos nos estudos enunciativos, sobretudo os desenvolvidos por Benveniste no campo da Linguística, consultar Pires e Werner (2006).

do dizer, só o é na medida em que não seja ele mesmo, mas sim tomado por um lugar social de locutor.

Coloca-se assim uma especificidade do Locutor quando a este se faz uma projeção social ao seu dizer, autorizando-o a falar sob essa circunstância, sujeitando-se a mesma. Pelos dizeres de Guimarães (2002, p. 24) “A este lugar social do locutor chamaremos de *locutor-x*, onde o locutor (com minúscula) sempre vem predicado por um lugar social que a variável x representa (...)”.

É, pois, mediante essa caracterização dada ao Locutor que passamos a entender a sua condição de disparidade, na relação de ser um e outro, ocupando tais posições pelos agenciamentos presentes no acontecimento da enunciação constitutiva ao Locutor e locutor-x, correlacionando por sua vez, tal disparidade, em sua própria condição, ao presente e à temporalidade que atravessa o acontecimento da enunciação que circunstanciam o funcionamento da linguagem.

Por outro lado, conceitua-se a categoria dos enunciadores pelo lugar do dizer ocupado pelo Locutor predicado por uma instância social, especificando tais lugares de dizer por meio das seguintes denominações: individual, genérico e universal.

Temos então que, segundo a sistematização teórica realizada por Silva (2009, p. 135), ao passo que o Locutor não se coloca a par de que fala de um lugar atribuído ao funcionamento social, o mesmo pode enunciar por meio das denominações mencionadas acima, produzindo sentidos. Desse modo, entende-se primeiramente o enunciador individual pela seguinte citação:

(...) o enunciador pode-se apresentar como individual, quando se representa como aquele que está acima de todos, como aquele que retira o dizer de sua circunstancialidade. Trata-se da constituição de um sentido, por um agenciamento enunciativo específico (SILVA, 2009, p. 135, *apud* Guimarães, 2002, p.25).

Nesse sentido, deve-se compreender que o enunciador individual se coloca de maneira independente tanto da história com o do aspecto social, mediante a especificidade de seu dizer. Adentrando por outra forma possível para que o enunciador legitime o seu dizer, tem-se o enunciador genérico, entendido como o que diz a partir daquilo que todos dizem, ou seja, “(...) diluído numa indefinição” (Guimarães, 2002, p. 25). Esse enunciador acaba por constituir um locutor difuso ao

representar o dizer de outros indivíduos. Por fim, considera-se a identificação do lugar do enunciador universal, em que se apresenta o lugar de dizer “(...) como quem diz algo verdadeiro em virtude da relação do que diz com os fatos (...) como quem diz sobre o mundo” (GUIMARÃES, 2002, p.26).

No capítulo a seguir, desenvolveremos uma reflexão sobre os pontos conceituais mais importantes a esse trabalho no que diz respeito à metodologia analítica, ou seja, aos modos possíveis de se analisar a linguagem funcionando ao produzir sentidos.

CAPÍTULO 3 – CONCEITUAÇÃO DO PONTO DE VISTA ANALÍTICO

Versaremos nesse tópico, já mediante a devida apresentação e reflexão acerca das conceituações sobre os principais elementos da teoria enunciativa desenvolvida por Guimarães (2002), sobre a conceituação que diz respeito ao ponto de vista metodológico e analítico, para assim observar os sentidos no funcionamento da linguagem pelo o que se tomará como corpus.

Dentre os conceitos que se mobilizam para sistematizar e explicar o modo pelo qual os sentidos ‘acontecem’ enunciativamente em determinado texto, trataremos de modo específico dos procedimentos de *reescrituração e articulação*, além do *Domínio Semântico de Determinação* (DSD) (GUIMARÃES, 2007, 2009). Vejamos a seguir o que cada um desses procedimentos caracteriza quanto aos modos de tomar os sentidos construídos no acontecimento enunciativo.

3.1 A Reescrituração

Como um dos procedimentos responsáveis pela organização da textualidade, temos por meio de uma definição inicial que a base metodológica da reescrituração atua como um mecanismo de análise na busca pelo que ocorre no interior do texto. Toma-se, para tanto, certas expressões linguísticas em enunciados permeados pela enunciação que rediz de maneira insistente o que já foi dito, fazendo com que a interpretação desses elementos reescriturados seja percebida por diferentes modos a cada ocorrência dos mesmos, atribuindo por sua vez algo relativo a uma predicação ao que se encontra na posição de elemento reescriturado.

Sendo assim, a reescrituração permitirá que se considere o enunciado não de forma isolada, ou mesmo pela soma de elementos de um processo, mas sim enquanto um lugar de observação produtivo da palavra em relação ao texto, construindo a textualidade.

Uma característica fundamental reservada à reescrituração é que a sua operação enunciativa não ocorre pela necessidade de que os elementos em relação sejam contíguos, ocorrendo na maioria das vezes à distância entre os enunciados que se relacionam num texto. Corroborando com as considerações a respeito da reescrituração inicialmente feitas, temos que a mesma, segundo a definição presente em Guimarães (2002) se configura como sendo

(...) procedimentos pelos quais a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito. Assim a textualidade e o sentido das expressões se constituem pelo texto por esta reescrituração infinita da linguagem que se dá como finita pelo acontecimento (e sua temporalidade) em que se enuncia. A reescrituração é uma operação que significa, na temporalidade do acontecimento, o seu presente. A reescrituração é a pontuação constante de uma duração temporal daquilo que ocorre. E ao reescrever, ao fazer interpretar algo como diferente de si, este procedimento atribui (predica) algo ao reescriturado. E o que ele atribui? Aquilo que a própria reescrituração recorta como passado, como memorável (GUIMARÃES, 2002, p. 28).

Portanto, para nós, a reescrituração será tomada enquanto algo que faz funcionar, no presente do acontecimento, um memorável que, ao mesmo tempo em que atribui (no sentido de predicar), faz significar uma dada projeção de sentidos e, com isso, uma dada orientação interpretativa.

Tal funcionamento apreendido na enunciação pela Semântica do Acontecimento irá fornecer caminhos de observação de forma que se estabelecerá a relação entre o memorável e a futuridade nas expressões tomadas em enunciados que compõem um texto, possibilitando a projeção de sentidos na enunciação e instanciando o dizer do sujeito 'identificado' pelo seu posicionamento no espaço enunciativo, por meio da textualidade.

3.1.1 Modos de Reescrituração

É preciso mencionar que, na medida em que uma expressão reescreve outra no fio do dizer, há aí certa especificidade quanto ao modo em que as mesmas se relacionam em virtude de produzirem sentido no texto, atreladas, portanto, aos enunciados que comportam esse processo, tomados na e pela enunciação.

Ao se redizerem os enunciados no interior de um texto, é-nos possibilitada a apreensão dos sentidos por diversas maneiras, sendo que Guimarães (2009) estipula certos modos de reescrituração que produzem sentidos em situação de dispersão, ou seja, de acordo com a construção enunciativa agenciada pelo sujeito em seu direito de dizer. O autor então estabelece seis modos em que a reescrituração pode ocorrer: *expansão, definição, repetição, elipse, substituição e condensação*.

Partindo do que nos apresenta Guimarães (2009, p. 54) sobre o que é característico à reescrituração, ou seja, de que “(...) está ligada a um aspecto fundamental: fazer sentido envolvendo sempre um diferente que se dá no acontecimento enunciativo”, selecionamos um parágrafo pertencente ao material de análise desse trabalho para que possamos entender, na materialidade linguística do texto, como o procedimento em questão produz sentidos pela textualidade organizada segundo os modos acima citados.

O trecho a seguir é retirado de uma pequena seção publicada na *Folha da Noite*, de 24 de Julho de 1932, sob o título com a seguinte formatação:

SÃO PAULO

S. Paulo das garoas, és agora o S. Paulo dos Clarins! Tua alma adormecida ao som dos malhos, ao sonho dos catellos, pontificados em agulhas, em cathedraes, em arranha-céos, desperta, após século, e marcha! (...) S. Paulo, és o Brasil, neste instante supremo (...) Tu, que conquistaste, através das bandeiras, palmo a palmo, o território nacional (...) Não poderás, sem desdouro, para as páginas impolutas da tua história (...) São Paulo das bandeiras, S. Paulo da Independência e da Abolição, os teus filhos lançam-se novamente à conquista (...)²⁹

Nota-se num primeiro momento que, já pelo título do texto, dado pela expressão nominal *São Paulo*, temos que a relação deste com o primeiro parágrafo se realiza por uma reescritura por expansão, ou seja, há uma ampliação feita pelo parágrafo inicial que traz em si um trabalho textual que parte do título, na medida em que o mesmo discorre sobre o nome *São Paulo*, determinando-o. Verificamos também a reescritura por definição, em que temos o nome São Paulo sendo reescrito por definição como em, por exemplo, *és o Brasil*.

A reescritura por repetição é vista pelo fato de que o título do texto é retomado nos parágrafos que o constituem, como em *S. Paulo das garoas*, *S. Paulo dos Clarins!*, *S. Paulo, és o Brasil*, *São Paulo das bandeiras*, *S. Paulo da Independência e da Abolição*.

²⁹ Ver o texto na íntegra na seção: Anexos. Atento para o fato de que a transcrição dos recortes ocorre de maneira a não modificar a escrita característica da época.

Encontramos também no interior do trecho em questão, sem deixar, contudo de pensar na relação de seus enunciados com o texto, o modo de reescrituração que se manifesta por substituição, em que se tem o pronome *Tu* reescrevendo por substituição, em situação anafórica, o nome *São Paulo*. Ao ser explorado em termos de sentido o papel do pronome 'Tu' utilizado nessa construção anafórica, pode-se afirmar um efeito de sentido que provoca a personificação de *São Paulo*.

No enunciado que se inicia por *Não poderás*, no trecho em análise, é possível afirmar uma reescritura por elipse, em razão de que *São Paulo*, neste caso, não se mostra nem repetido nem substituído, apenas omissivo do enunciado.

Por fim, o modo de reescrever que diz respeito à condensação implica em verificar alguma expressão linguística que, considerada na relação entre os enunciados, condensa em si, o que foi dito anteriormente. Para melhor compreender esse modo, tomemos outro exemplo do material jornalístico produzido em 32 sobre o Movimento:

Não há intriga possível diante desse movimento³⁰

A palavra *movimento* considerada nesse enunciado, traz em si a característica de condensar tudo o que foi dito anteriormente sobre os fatos correspondentes ao momento político e social de 1932 ao texto de que faz parte, relacionando-se a São Paulo. Tal texto relata sobre a mocidade combatente e a importância do espírito de luta a ser nutrido por todos os paulistas, além de serem enaltecidas certas qualidades atribuídas a *São Paulo*, justificadas estas como elementos de importância para o êxito do movimento. Após a descrição de todas as circunstâncias e o engajamento dos jovens à causa, o termo *movimento* se figura de modo a condensar tudo o que foi dito/descrito.

Devemos nos atentar ainda, levando em conta a produção de sentidos pelos modos de reescrituração acima dispostos, sobre como os mesmos se apresentam, ou seja, os efeitos que produzem na enunciação. Para tal, Guimarães (2009) nos indica que ao reescrevermos, podemos produzir relações de: *sinonímia, especificação, desenvolvimento, generalização, totalização e enumeração*.

³⁰ Texto: *A Bandeira do Brasil*, publicado na *Folha da Noite*, 1ª edição, 30 de julho de 1932.

Retomemos os trechos anteriormente utilizados para expressarmos alguns desses efeitos produzidos.

Em se tratando de uma relação de sinonímia, temos a ligação entre palavras ou expressões como ambas funcionando com o mesmo sentido na enunciação, por meio de uma substituição lexical de uma pela outra. Assim, podemos exemplificar de forma que, em um mesmo texto, possa-se dizer *movimento*, e em seguida reescrever esse mesmo termo por sinonímia pelos elementos *luta*, ou *luta fratricida*³¹, sem perda de sentido ou incompreensão, devido ao caráter polissêmico do procedimento da reescritura.

Para demonstrarmos a reescrituração por *especificação* nos apoiamos na expressão presente no trecho tratado anteriormente (Folha da Noite, 24 de Julho de 1932), sob o título **São Paulo**, em que, *S. Paulo, és o Brasil*, temos a palavra *Brasil* reescrevendo a palavra *São Paulo*, ao mesmo tempo em que o especifica e também a determina³². Tal relação é ainda reforçada pela base afirmativa construída pelo verbo *ser/é*. Como observado em Guimarães (2009) sobre a especificação, tem-se que a mesma atribui elementos de sentido ao nome próprio, no caso *São Paulo*.

Outro modo de significar ao se reescrever uma palavra ou expressão ocorre por desenvolvimento, ou seja, como verificamos no caso da reescrituração por expansão, em que o título *São Paulo* é, no presente caso, desenvolvido e, por sua vez, determinado e atribuído de sentidos pelo parágrafo que o segue, de modo que “a sequência que desenvolve determina o expandido” (GUIMARÃES, 2009, p. 90).

Em sua particularidade, o efeito de sentido provocado pela reescrituração por generalização atua no sentido de determinar, por meio de um termo generalizador, os demais termos que se relacionam no texto ao produzirem sentido, como foi exemplificado no caso da palavra *movimento*, utilizada para explicar a reescritura pelo modo da condensação, ao conter em si, pela enunciação, tal apreensão, ou seja, funcionando de maneira ampla na enunciação.

Já pelo efeito da totalização, podemos entender a função de um termo tomado na enunciação de modo que, ao considerá-lo reescriturado, o mesmo apresenta-se por um modo único de se relacionar com os termos anteriores, ou seja,

³¹ Essa relação pode ser vista no mesmo texto da nota anterior.

³² Aqui o sentido de determinar é o que se encontra nas considerações teóricas presentes em Guimarães (2007), ao tomar a relação entre expressões no modo como atribuem sentido umas às outras, inseridas ao acontecimento da enunciação.

os totalizam, ao passo que também os determinam. Para isso observamos o elemento dêitico *tu* que totaliza todas as determinações anteriores no texto que correspondem a *São Paulo*, como *S. Paulo das garoas*, *S. Paulo dos Clarins*, *S. Paulo, és o Brasil*.

Para tratarmos da reescrituração por enumeração, verificamos um exemplo nos SNs *S. Paulo da Independência e da Abolição*, em que *independência* e *abolição* especificam *São Paulo* por enumeração, de modo que a palavra *São Paulo*, na condição de elemento enumerado, determina os termos enumeradores.

Após trabalharmos os funcionamentos da reescrituração nas textualidades acima apreendidas, o faremos novamente nos recortes escolhidos para verificar analiticamente e de modo específico, o que a palavra *São Paulo* designa nos textos produzidos em 32 pela imprensa jornalística (paulista) impressa. As análises a esse respeito serão desenvolvidas e apresentadas pelo Capítulo 4 dessa dissertação. A seguir, trataremos do procedimento de articulação assim como seus modos de funcionamento no acontecimento.

3.2 Relações de Articulação

Também em função de que as palavras se relacionam no acontecimento enunciativo, ao passo que constituem/produzem sentido, a articulação apresenta-se como um procedimento que permite apreender tais relações de sentido pela textualidade construída nesse processo.

Esse procedimento será compreendido pela observação feita em virtude do modo como os elementos linguísticos se dispõem e significam em termos de proximidade, pelo agenciamento enunciativo, ou seja, “diz respeito às relações próprias das contiguidades locais. De como o funcionamento de certas formas *afetam* outras que elas *não redizem*” (GUIMARÃES, 2007, p. 91, grifo nosso).

Para melhor compreender no que consiste essas contiguidades, Guimarães (2009) ainda considera que

(...) a organização local das contiguidades linguísticas se dá como uma relação local entre os elementos linguísticos, mas também e fundamentalmente por uma relação do Locutor (enquanto falante de um espaço de enunciação) com aquilo que ele fala. Uma articulação é uma relação de contiguidade significada pela enunciação (GUIMARÃES, 2009, p.51).

Para melhor entendermos o que se pretende com o procedimento da articulação, Guimarães (2009) estabelece três modos de ocorrência da mesma entre as expressões linguísticas a serem consideradas em um enunciado: por *dependência*, por *coordenação* e por *incidência*. Trataremos brevemente de cada um com exemplos contidos no material do qual dispomos.

Antes de iniciarmos os exemplos para os três modos de articulação, é preciso reforçar o caráter enunciativo que circunscreve todos esses procedimentos, uma vez que não há nada de exclusivo, específico ou previamente contido nas palavras ou expressões nas quais se pretende tomar para observação, ou seja, algo que pudesse condicioná-las a atribuírem ou determinarem outra, pois tudo se constrói por meio do agenciamento enunciativo em que o Locutor é agenciado no acontecimento.

A articulação por dependência se caracteriza por estabelecer uma relação entre certos elementos do enunciado, de modo que sua organização no enunciado ocorre como sendo uma única unidade, por exemplo, um grupo nominal (GN). Analisemos o seguinte enunciado: *Ao Povo Paulista*.³³

Verifica-se que a relação entre *Paulista* e *Povo* é construída pela enunciação, não reservando assim certa atribuição antecipada ao elemento *Paulista* que determina *Povo*, como também para o elemento *ao*. Tal construção enunciativa é possibilitada por sua configuração em um espaço enunciativo que, recortado pela instabilidade política do dizer, legitimou-a em forma de apelo, de uma evocação que pretende direcionar e afetar seus leitores para a mobilização diante da causa paulista que se desfigura no momento em que se enuncia, produzindo sentidos ao possibilitar o funcionamento dessa expressão.

Dessa forma, por essa relação de dependência, *Paulista* é atribuído a *povo* por um acontecimento específico de linguagem, realizando uma operação de caracterização por um sintagma nominal (SN).

Para o modo da articulação por coordenação, consideremos o seguinte enunciado:

Mais um exemplo de ordem, serenidade e disciplina, característicos fundamentaes da nobre gente de São Paulo.³⁴

³³ Título de uma publicação feita no Jornal impresso *Folha da Manhã*, em 10 de julho de 1932, 2ª seção. Ver na íntegra na seção: Anexos.

³⁴ Enunciado presente no mesmo texto da nota 32.

Ao encontrar na coordenação um modo de articulação que organiza elementos que têm em comum a mesma natureza, como se formassem um único elemento, coincidentes por sua vez com a natureza de seus constituintes, teríamos em *ordem, serenidade e disciplina*, o que Guimarães (2009, p.51) define enquanto um “processo de acúmulo de elementos numa relação de contiguidade”.

Há então nesse caso, assim como verificado no caso da dependência, uma operação de caracterização à palavra *exemplo* feita pelo Locutor e particularizada pelo acontecimento enunciativo, ao serem relacionados elementos de um enunciado em um texto.

O que distingue o modo de articular por incidência dos modos anteriores é que sua articulação se constitui no acontecimento pelo fato de que a operação especificada é aquela onde o Locutor instaura uma relação entre sua enunciação com o enunciado verificado, relacionando-se elementos de naturezas distintas para que se forme um novo elemento. Esse novo elemento conterà a natureza de algum de seus formadores, sem existir para isso a dependência necessária entre os mesmos. Vejamos os seguintes enunciados:

(1) *São Paulo não é só um patrimônio dos paulistas.*

(2) *Aqui vivem brasileiros de todas as circumscrições do território nacional.*³⁵

Verifica-se no enunciado (1) que há uma relação entre *só* e *um patrimônio dos paulistas*, de modo que o primeiro elemento incide sobre o segundo, ficando tal afirmação mais consolidada ao realizarmos uma paráfrase. Antes de exemplificarmos, sabemos que a paráfrase é compreendida, em linhas gerais, como um processo de construção de sentido por meio da linguagem em que se busca dizer algo já materializado linguisticamente, sem, contudo, desviar ou modificar o sentido do que se parafraseia. Entretanto, esse processo, ao se utilizar de outras palavras para que se retome ao já dito, permite que a polissemia atue nessa nova ocorrência, movimentando, portanto, outros sentidos. Assim, com relação ao enunciado em análise teríamos as seguintes paráfrases:

- a) *São Paulo não é só um patrimônio dos paulistas, ou*
- b) *Não só dos paulistas São Paulo é um patrimônio.*

³⁵ Enunciados retirados do texto: *Brado de Alarma*, publicado na *Folha da Manhã* de 16 de julho de 1932.

Se tivermos, por um lado, um enunciado como *São Paulo não é um patrimônio dos Paulistas*, o elemento *só*, não se estrutura enquanto tal, mas, ao ser tomado em relação ao primeiro, verificamos um novo enunciado, exemplificado em (1).

Desse modo, a incidência de *só* sobre *um patrimônio dos paulistas*, produz no enunciado uma orientação que argumenta sob duas vias: pela posição exclusiva verificada pela particularização de *paulistas*, por esses determinarem o elemento *patrimônio* tomando a relação entre esses elementos no enunciado; a favor de uma perspectiva da inclusão, em que outros, não necessariamente paulistas, se estabelecem nesse funcionamento das expressões obtendo acesso a essa condição de *patrimônio*, elemento pelo qual *São Paulo* é reescriturado por substituição, a partir do que se apresenta em (2), principalmente pelo elemento *brasileiros*.

Por fim, após traçarmos um percurso analítico que pudesse fundamentar o procedimento da articulação em suas ocorrências, atentamos para o que Guimarães (2009) orienta a respeito deste procedimento, no sentido de que não sejam as articulações reduzidas ao âmbito exclusivo das relações internas ao enunciado, reduzindo-as ao seu limite, dado que as mesmas propiciam ao enunciado uma relação integrativa a um texto em razão da contiguidade, reportando-se também as suas articulações dispostas.

A seguir, antes de tratarmos pontualmente do dispositivo analítico mencionado, o chamado DSD, faz-se importante apresentar uma reflexão sobre os termos *nomear*, *referir* e *designar*. Ao tomarmos tais termos em conjunto, temos que os mesmos são tratados na maioria das situações do uso cotidiano das palavras por uma relação de sinonímia entre si.

Essa atitude de englobar os três termos ocorre pelo ato de significarem um mesmo fato nas práticas de linguagem, sendo utilizados uns pelos outros, em que a prática de se nomear, referir e designar todo e qualquer elemento/objeto, passível de significação constituída pela linguagem, seria uma função legítima a cada um dos termos. Contudo, não há uma condição de correlação conceitual entre nomear, referir e designar nos estudos enunciativos. Vejamos o que de fato estabelece as diferenciações entre os mesmos no processo enunciativo.

3.3 Nomeação, Referência e Designação: distinções e relações necessárias para a apreensão do simbólico na constituição dos sentidos

Para tratarmos dos conceitos presentes nesse subtópico, nos voltamos às bases que constituem a teoria do acontecimento enunciativo, ou melhor, à Semântica do Acontecimento, encontrando assim no materialismo histórico uma abordagem que trate a enunciação em sua caracterização de fundo sócio-histórico, ou seja, ao funcionamento da linguagem se permite, pela visão histórico-materialista, tomar o sentido em sua relação com a história e com o real.

Temos então que a designação estabelece uma relação com o acontecimento enunciativo e a tudo que a ele se relaciona para a produção de sentidos. A designação é o modo de significar das palavras consideradas no processo de enunciar, ligada ao fato de que se verificam as relações de sentido presentes em um texto, não se considerando para tanto os sentidos das palavras exteriores ou destituídos de uma textualidade da qual fazem parte.

Deste modo verificamos que a prática designativa, ao fazer parte do próprio acontecimento enunciativo, não seria então o mesmo que referir, excluindo-se tal perspectiva referencial.

Ao tomarmos, portanto, a língua na história, ou seja, exposta ao real, de modo que não se porta como uma abstração estrutural/sistêmica, mas sim enquanto um lugar de conflito, de litígio, de luta pelo poder da palavra e do sentido como vimos anteriormente, a designação então atuaria no sentido de se permitir a visualização dessa divisão pelo agenciamento político da língua no acontecimento, apreendendo dessa forma por meio das análises, o modo como os sentidos se configuram enunciativamente.

É pela seguinte consideração que Guimarães (2002) nos define a designação em sua relação de inseparabilidade da condição histórica que permeia a linguagem:

(...) é o que se poderia chamar de significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato. Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história (GUIMARÃES, 2002, p.9).

É então pelo acontecimento enunciativo perpassado pelo político que divide a língua e seus falantes/sujeitos do dizer, que se pode compreender a designação enquanto o modo pelo qual o real, afetado pelo simbólico, é significado na linguagem, atentando, contudo, para o seu caráter instável, uma vez que a mesma é produzida no acontecimento em razão dos posicionamentos díspares entre os sujeitos presentes na enunciação.

A diferenciação estabelecida entre designação e referência apresentada por Guimarães (2007) se organiza no sentido de que para a primeira faz-se pensada uma construção de sentidos envolvendo uma relação entre os elementos linguísticos, enquanto uma relação simbólica exposta ao real, ou seja, de um percurso desenvolvido pelo que o autor denomina “história das enunciações” entre uma palavra e as demais que, de modo específico, resgatam uma memória de sentidos instanciada na temporalidade do acontecimento.

Em relação à referência, a designação faz-se distinta no sentido de realizar uma identificação, segundo Rancière (1992), com o objeto tomado na história, enquanto que para a referência é reservada uma particularização que se dá a algum elemento presente na enunciação em certas condições. Contudo não é atribuída à referência a condição de exterioridade ao sentido produzido no e pelo acontecimento da enunciação, uma vez que se estabelece certa interdependência entre designar e referir em âmbito enunciativo, pois “só é possível particularizar, referir, porque as palavras designam (...) a cada vez que se refere, produzem-se as designações” (GUIMARÃES, 2007, p. 83).

Além da relação entre designar e referir considerada acima, temos também o envolvimento do processo de nomeação, mostrando-se este enquanto elemento relacionado à designação. Vejamos então a razão dessa proximidade.

Sabemos que ao nomearmos as coisas, lugares e pessoas, mostra-se presente a cada nomeação a existência de sentidos funcionando, além de seus efeitos quando o que se considera é a história em que o nome se apresenta enquanto tal, trazendo à enunciação suas memórias de enunciações outras. É nesse sentido que, ao se observar a história correspondente ao modo como certo nome se legitima, pode-se dizer com relação à nomeação ser esta constituinte da designação de um nome, tomando para análise seu próprio agenciamento enunciativo específico de nomear.

Como apresentado por Silva (2011) ao tratar da nomeação em um material específico, a autora fundamenta que, segundo Guimarães (2002, p.9), “a nomeação é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome”, além de que tal processo agenciado pela enunciação apresenta certa especificidade ao produzir sentido, por ser possível ao mesmo, segundo Guimarães (2002, p. 37) de “(...) envolver lugares de dizer diferentes, o que diz respeito ao fato de que uma enunciação que nomeia pode estar citando enunciações diversas”.

Ainda segundo Guimarães (2002) é preciso que se atente para o fato de que uma estrutura ou uma materialidade linguística não se realiza em seu propósito enquanto forma ao estabelecer uma correspondência direta a um modo de significar, verificando-se que há certos impedimentos para que determinadas estruturas funcionem para alguns tipos de nomes, e já para outros colocam-se como passíveis de legitimidade.

É nesse aspecto que conseguimos compreender a particularização entre o ato de nomear e o objeto nomeado pela alçada da materialidade histórica, e não pela do signo, de cunho estrutural.

Um exemplo esclarecedor para tal processo de nomeação que se distancia da associação a uma forma/estrutura/palavra que contenha em si um sentido antecipado, previsto, é tomarmos o modo pelo qual é nomeado o próprio Movimento Constitucionalista de 1932, de maneira que a esse nome podemos relacionar as seguintes nomeações: *levante paulista de 1932, Revolução Constitucionalista, Movimento de 1932, Confronto bélico, Caso de São Paulo, Causa Paulista, Movimento Revolucionário, Luta armada, Insurreição paulista, Revolução Paulista, Contrarrevolução, Luta fratricida, Guerra fratricida, Guerra de São Paulo pelo Brasil, Movimento sedicioso*³⁶.

Ao verificarmos esse processo de nomeação conferido ao acontecimento de 1932, é-nos permitido, ao tomar conhecimento do modo como se constitui a história de cada nomeação em questão, compreender o que mencionamos a pouco, sobre os dizeres que se diferem na enunciação, ou melhor, as rememorações de enunciações que se presentificam ao momento da nomeação.

³⁶ Dentre o material selecionado para o estudo e compreensão histórica sobre o Movimento Constitucionalista de 1932, escolhi o artigo *Informação e Mobilização: a atuação do jornal O Estado de S. Paulo na campanha Constitucionalista de 1932*, do historiador João Paulo Rodrigues, para reunir as nomeações em questão. Para saber mais a respeito da abordagem apresentada pelo artigo, verificar maiores informações no tópico das Referências.

Dentre os termos destacados é possível traçarmos no mínimo dois eixos enunciativos ao recortarmos para um exemplo de análise, por exemplo, *Guerra de São Paulo pelo Brasil e Revolução Constitucionalista* de um lado, e *Movimento sedicioso e Guerra fratricida* de outro.

Tal exemplificação se faz pertinente na medida em que verificamos o político funcionando no acontecimento enunciativo, em que situa cada enunciado em suas relações e rememorações com outros textos.

É pelo direito de dizer permitido pelo espaço enunciativo, dividindo os sujeitos em seus modos específicos de enunciar, que assumir o dizer da *Revolução* em oposição a *Movimento* se legitima por meio da própria relação conflituosa entre os sujeitos, ao passo que ao enunciar, nomeando-se, portanto pelo ponto de vista de revolucionário é, pois, segundo Guimarães (2002) *afirmar seu pertencimento* mediante a divisão (desigual) do real, ou seja, assumindo certo posicionamento em detrimento à preponderância dos dizeres referidos aos que tomam o acontecimento enquanto uma 'luta entre irmãos', ou mesmo como o que se entende enquanto mera rebelião despropositada, pela nomeação verificada em *movimento sedicioso*.

Pode-se aí compreender dois posicionamentos enunciativos: o do locutor-paulista e do locutor-pró-getulista, embate político que permite transitar entre duas compreensões de político: tomado no acontecimento enunciativo em que se têm sujeitos buscando o acesso à palavra e enquanto as dissidências evidenciadas na época em que se realizou o acontecimento histórico em questão.

Portanto, a linguagem enquanto prática entre falantes tomados como locutores na enunciação é fundamentalmente decisiva em seu processo de significar e possibilitar sentido aos acontecimentos considerando na esfera enunciativa, em que o ato de dizer é integralmente circunscrito pela especificidade própria ao acontecimento do dizer.

Para finalizar a reflexão iniciada pelo presente tópico, buscou-se então tratar da designação, referência e nomeação enquanto processos enunciativos que possibilitam analisar os sentidos das palavras e suas relações no acontecimento de linguagem.

A seguir trataremos do dispositivo analítico que nos permitirá, ao estabelecer uma relação de proximidade com a história de enunciação presente nas palavras designadas, compreendermos o modo como os sentidos são representados/constituídos no e pelo acontecimento da enunciação.

3.4 Domínio Semântico de Determinação

Ao se estabelecer uma relação indissociável entre o acontecimento enunciativo e a significação, de modo que o primeiro é constitutivo da segunda no e pelo seu instanciamento, sem que haja a contenção prévia de um sentido atribuído às palavras que funcionam em um determinado acontecimento, Guimarães (2007) desenvolve um modelo descritivo da semântica das palavras que estão presentes num mesmo texto, de modo que se objetiva representar os sentidos produzidos ao se analisar palavras ou expressões em suas relações de sentido com outras palavras do texto: a isso se conceituou como Domínio Semântico de Determinação (DSD).

Antes de nos ocuparmos da conceituação do DSD de modo mais específico, apresentaremos o que a questão da determinação para os estudos enunciativos representa em suas relações com a produção de sentido.

Há nas teorizações realizadas por Guimarães (2007) a afirmativa de que para a formulação das expressões linguísticas em relação aos sentidos, o papel da determinação é de fundamental importância no que tange à dimensão enunciativa estabelecida a tal constituição no interior dos enunciados pelas relações sintagmáticas, uma vez que o que impera é a relação de sentidos como forma de significar todas as coisas, de modo que “uma expressão determina outra na medida em que esta se apresenta como por ela determinada pela enunciação” (GUIMARÃES, 2007, p. 79).

Compreende-se então pelo que já se mencionou anteriormente ao tratar da designação, que é pela história das enunciações das palavras em relação, que se pode adentrar, pelo o que lhe determina, a um espaço de significações interligadas, onde os sentidos se constituem a partir da exposição ao real historicizado.

Tomemos um exemplo para que possamos entender o caráter bidirecional da determinação, ao passo que determinar algo implica em construir enunciativamente a condição de determinado, que recai ao elemento que primeiro determinou. Sobre o que se produziu discursivamente sobre *São Paulo*, principalmente nos enunciados veiculados pelos jornais da época, de modo que objetivavam alcançar a mobilização dos leitores paulistas frente ao Movimento,

retiramos o seguinte enunciado para as considerações pertinentes à noção de determinação:

*A raça Paulista não degenerou*³⁷

Verifica-se na construção do enunciado acima que *Paulista* desempenha a função de determinar e especificar a palavra *raça*, esta que por sua vez encontra-se na posição de elemento determinado. Contudo, o que nos permite afirmar que em nada se observa de exclusivo à *Paulista* — no sentido de que tal expressão abarque o sentido de *a raça*, dado que tal expressão comumente se mostra ligada a um funcionamento semântico por um domínio bem específico, em que temos outras adjetivações que a determina em espaços enunciativos que legitimam o seu aparecimento, como por exemplo, *raça negra* ou *preconceito de raça* —, e mesmo diante disso aceitar a legitimidade de tal construção, coloca-se, pois, como a condição de enunciabilidade que circunscreve esse funcionamento. De que maneira isso é possível? Situando-nos ao acontecimento enunciativo pelo qual essa expressão se configura.

Isso porque verificamos na relação de determinação analisada que certos memoráveis foram elementos fundamentais para essa construção simbólica remetida à *raça*, tais como os dizeres que concebem *São Paulo* enquanto um povo que ocupa um lugar de supremacia e importância consideradas inalcançáveis perante os demais Estados do Brasil. Esse resgate dos memoráveis faz com que seu passado bandeirante e sua pulsão cafeeira desenvolvimentista também se coloquem nessa construção em razão de agregarem determinados valores que os restringem a tal ponto de estabelecerem uma linhagem própria, caracterizando sua própria identidade.

Há também uma relação de sentido verificada com outro enunciado publicado na mesma época, que retoma o elemento determinado *raça*, ao se ter como título de uma publicação *Uma Raça de Gigantes*,³⁸ produzindo-se então o sentido que se verificou no enunciado apresentado, ao passo que a determinação,

³⁷ Esse enunciado se encontra no recorte feito no jornal: 3ª Folha da Noite – São Paulo – Segunda-Feira, 11 de julho de 1932, na reportagem sob o título de “A Postos, Paulistas!”.

³⁸ Publicação feita pela *Folha da Manhã*. Texto: Uma Raça de Gigante, 25 de Julho de 1932.

tomada no acontecimento, possibilitou o dizer sobre uma *raça Paulista*, enquanto uma construção específica do sentido na enunciação.

Procurando então apreender o movimento dos sentidos instanciados pela temporalidade do acontecimento, responsável esta por reatualizar os memoráveis decisivos na projeção de sentidos, o que nos possibilita o interpretável, consideramos para o presente trabalho a noção de determinação construída por Guimarães (2007) em que se considera que

as palavras significam segundo as relações de determinação semântica que se constituem no acontecimento enunciativo. Ou seja, são relações que se constituem pelo modo como se relacionam com outras num texto (...) (GUIMARÃES, 2007, p.80).

Além do que foi exposto sobre a determinação, é preciso mencionar a existência, mediante as relações de determinação entre as palavras, de formulações que impliquem em uma aproximação sinonímica — uma palavra pela outra ao se obter o mesmo efeito de sentido —, ou mesmo uma oposição antonímica — oposição aos efeitos de sentidos produzidos na relação entre as palavras — no envolvimento em que as palavras são tomadas na relação permitida pela esfera enunciativa.

Vejamos um exemplo para discorrermos brevemente sobre tais relações de determinação:

1a - *Com S. Paulo á frente, não querem o desmembramento do Brasil, não querem o retalhamento da Patria (...)*

1b – *Com esse movimento estão todas as forças vivas de S. Paulo e do Brasil, contra a ditadura, contra o extremismo (...)*³⁹

Nota-se que pelo enunciado 1a, em razão de sua construção linguística e enunciativa, as palavras *Brasil* e *Patria* se apresentam no acontecimento de linguagem por meio de uma relação de sinonímia, ou seja, sustentam o mesmo efeito de sentido ao se considerar o modo como se relacionam na textualidade em que foram tomadas, de modo que *S. Paulo* atuaria no sentido de englobar a ideia de pátria, nação.

³⁹ Enunciados 1a e 1b retirados do texto: *Pela Redempção do Brasil*, publicado pela *Folha da Manhã*, 12 de Julho de 1932.

Já em 1b verificamos pela movimentação de sentido apreendida pela enunciação que a palavra *Movimento* estabelece uma relação de antonímia com *Ditadura* e *Extremismo*, por conter em sua significação tanto os sentidos de Brasil como de Pátria, e dessa forma os determinam.

Desse modo, a representação do sentido das palavras mencionadas de acordo com a relação enunciativa apreendida nessa pequena análise, são passíveis de representação ao serem utilizados os sinais como — (que significa ‘sinonímia’ quando em direção ao elemento em posição de determinado) e _____ que divide o domínio, significa antonímia. Vejamos abaixo a construção dos DSDs.



É então pela necessidade de se representar o modo como os sentidos se constituem pelo funcionamento de uma palavra no interior dos textos em que esta é considerada, que o DSD mostra-se enquanto um dispositivo analítico adequado e determinante para que se realize uma visualização interpretativa do corpus em estudo.

Retomando ao que propõe o presente trabalho, nos deparamos com sua proposta de estudo que se foca, sobretudo, no que a palavra *São Paulo* designa no âmbito enunciativo, de maneira a entender a designação atrelada ao acontecimento enunciativo que permite às palavras se relacionarem, de modo a produzirem

sentidos, não em termos de suas enunciações específicas, mas na relação entre os sentidos destas em um texto.⁴⁰

Diante dessa lembrança, faz-se importante por fim afirmar que há uma relação indissociável entre o que se manifesta como um DSD de um nome e o que o mesmo designa, permitindo ao primeiro entrever a designação de uma palavra em um texto e compreender os seus sentidos e a forma como eles significam algo no real, ou, pelas palavras de Guimarães (2004, p.90), “dizer que um nome designa é para mim poder dizer com que outras palavras ele se relaciona no que venho chamando de Domínio Semântico de Determinação (DSD)”.

Retomando mais uma vez o que para Guimarães se atribui enquanto uma “história de enunciações” das palavras, temos que o DSD atua, de certa forma, para a leitura dessas histórias, a partir de um gesto interpretativo mediante o papel desempenhando enunciativamente por tais palavras no texto.

Feita essa observação importante ao reestabelecer tal relação entre a designação e a maneira pela qual esta é representada pelas projeções de sentidos captadas por um DSD, consideremos nesse momento teórico o que para Guimarães (2007) se define, dentre outras considerações a respeito, enquanto DSD:

(...) dizer qual é o sentido de uma palavra é poder estabelecer seu DSD. E isto só pode ser feito a partir do funcionamento da palavra nos textos em que aparece. Outra coisa importante, um DSD é construído pela análise das relações de uma palavra com as outras que a determinam em textos em que funciona. Deste modo podemos dizer o que significa uma palavra num certo texto, num conjunto de textos relacionados por algum critério que os reúna: do mesmo autor, sobre um certo assunto, de um certo momento, etc. (GUIMARÃES, 2007, p. 81).

Mostra-se bastante informativa do ponto de vista teórico-metodológico a consideração acima em razão de que situa precisamente o que se tomará enquanto unidade de análise para conceber os sentidos, ou seja, os textos. Se até o momento desenvolvemos considerações sobre as relações entre as palavras no acontecimento enunciativo, não serão estas pensadas enquanto certa unidade, uma

⁴⁰ O termo *texto* se refere aqui à unidade de análise a ser considerada nesse trabalho. Logo adiante essa questão será abordada.

vez que as mesmas se encontram nos enunciados, e estes, por sua vez, figuram-se como elementares a um texto.

Diante disso, a questão abordada segundo Guimarães (2004) é assim acompanhada pelo o que significa uma palavra no interior de um texto em que se faz enunciável, — em um espaço enunciativo que organiza e distribui ao sujeito a posição na qual se enuncia — de modo que tal palavra seja considerada em um texto, desempenhando assim uma identificação com outras. No caso do trabalho em questão, a palavra estudada funcionará no contexto enunciativo que corresponde ao Movimento de 1932, produzindo assim relações de sentido a partir dessa orientação.

O DSD, de modo que venha a estabelecer uma representação para tais relações de sentido pelas determinações a serem estabelecidas, dispõe de uma escrita própria para demonstrar analiticamente o fato interpretável pelo acontecimento enunciativo considerado, fazendo com que se atente para esse aspecto sistemático inerente ao DSD, pelo qual Guimarães (2007) teoriza e demonstra pela sinalização específica:

Um aspecto importante aqui é que no DSD são as relações que constituem o sentido de uma palavra e estas são apresentadas por uma escrita própria. Esta escrita estabelece as relações por meio de alguns sinais específicos, que fazem assim parte do que seja o DSD. Os sinais são os seguintes: \vdash ou \dashv ou \perp ou \top (que significam determina, por exemplo, $y \vdash x$ significa x determina y , ou $x \dashv y$ significa igualmente x determina y); — que significa sinonímia; e um traço como _____, dividindo um domínio, significa antonímia. (GUIMARÃES, 2007, p. 81).

É então por meio dos sinais próprios à realização de um DSD que se poderá traçar o percurso de sentido desenvolvido em um acontecimento específico de linguagem, na medida em que certa organização enunciativa evidenciada pelo modo como os dizeres se configuram, apresentarão o processo de determinação ao qual se orienta a constituição dos sentidos.

Contudo, como forma de viabilizar a entrada no interior do que se produz em um texto, ou melhor, ao seu funcionamento enunciativo, antes mesmo da representatividade trazida pelo DSD, é preciso retomar o que Guimarães (2004) trata enquanto operações enunciativas⁴¹, que promovem os agenciamentos

⁴¹ Os procedimentos de reescrituração e articulação anteriormente apresentados.

específicos no acontecimento, fazendo com que a língua seja mobilizada em textualidades particulares pelo dizer.

Constata-se que o trabalho realizado por essas operações enunciativas identificam na enunciação sentidos que permitem analisar as diferenças verificadas no fio da textualidade, construídas ao presente do locutor na enunciação, de modo que se disponham as relações necessárias para se apreender as determinações em tais especificidades e diferenças presentes na enunciação.

Como visto em Machado (2010, p.140), tanto a reescrituração como a articulação atuam de modo a operarem no acontecimento de linguagem, essencialmente “para a constituição dos sentidos que é a predicação”, de modo que “as palavras ou expressões com as quais a palavra analisada é reescrita ou está articulada estabelecem uma predicação, isto é, algo de seu sentido é atribuído à palavra reescriturada, determinando-a”.

Valendo-se então da descrição desses dois procedimentos é que o DSD sistematiza e apreende, a partir das palavras analisadas nesses processos, as relações de sentido construídas entre as mesmas.

Assim, dispostos os elementos de modo que seja verificada uma apresentação processual em razão dos estudos e teorizações que contribuem e enriquecem o que pretende esse trabalho, passaremos a tratar, no capítulo seguinte, das características gerais e específicas que constituem o material de análise escolhido, como meio de nos sermos oferecida uma materialidade linguística que tecerá caminhos analíticos e interpretativos à questão pela qual o presente trabalho se justifica.

3.5 Constituição do material de análise

3.5.1 Apresentação do corpus e considerações acerca da imprensa periódica paulista

Para obtermos os modos como a palavra *São Paulo* designa no processo de construção de sentidos, estabelecemos, para tanto, como lugar de observação social, ao mesmo tempo em que histórico, os jornais *Folha da Manhã* e *Folha da Noite* enquanto nosso corpus de pesquisa para o trabalho com os sentidos. Serão consideradas para análise as sequências textuais publicadas durante o mês de julho

e início de agosto de 1932, sendo julho o mês em que se deflagrou o Movimento de 32. Tais textos em forma de publicações/reportagens se encontram digitalizados na internet em um acervo da Folha que compreende toda a sua história de publicação organizada em coleção, encontrando maiores detalhes no seguinte informativo:

O Acervo Folha é a compilação digitalizada do jornal Folha de S. Paulo. Com 1,8 milhão de páginas, a coleção de jornais disposta na internet é uma fonte histórica inestimável que abrange 90 anos de exemplares publicados sobre o Brasil e o mundo. O serviço foi lançado em fevereiro de 2011. O site traz séries completas de três títulos: "Folha da Noite", o diário vespertino original, de 1921; "Folha da Manhã", edição matutina criada em 1925; e Folha de S. Paulo, que resultou da fusão, desde 1º de janeiro de 1960, desses dois diários e da "Folha da Tarde" (1949-1959). O serviço permite localizar exemplares pelo dia de publicação ou realizar buscas detalhadas por palavras-chave.⁴²

As análises serão desenvolvidas a partir da posição de que os enunciados sejam tomados enquanto integrantes do processo analítico, para assim focalizarmos nossa questão de pesquisa, que se dispõe a considerar a história de sentidos que acompanha a palavra *São Paulo* por meio de suas designações. Tais representações são permitidas pelas construções realizadas na e pela linguagem, tomada pelo acontecimento da enunciação que se configura no que foi o último grande conflito armado que a história do Brasil registrou no século XX.

Ao tratarmos da imprensa periódica, antes mesmo de especificá-la no Movimento de 1932, é preciso atentar para que, de maneira geral, ao se estabelecer uma relação tomando-a enquanto um objeto de estudo a ser envolvido por um aparato teórico que o interpretará, segundo princípios e procedimentos específicos, temos que salientar o papel primordial desempenhado pela imprensa, no que concerne ao registro e divulgação dos fatos.

Sabemos que subjacente às publicações jornalísticas veiculadas por todo e qualquer veículo impresso ou virtual, tem-se a afirmação de que sua função principal se apresenta como sendo a de informar, como forma de contribuir para a produção do conhecimento, sobretudo quanto ao valor histórico dos fatos a serem noticiados,

⁴² Disponível em Acervo da Folha.
<http://www1.folha.uol.com.br/institucional/conheca_o_acervo_folha.shtml>.

abordando os eventos de modo a buscar pela verdade dos mesmos, pelo menos em tese.

Contudo, o que caracteriza e determina um periódico é a maneira pela qual este veicula os fatos, ou seja, como se discursivizam os dizeres partindo do posicionamento adotado pelo jornal focado em suas construções linguísticas. Nesse sentido, podemos pensar sobre a ausência de neutralidade nos posicionamentos, sobretudo enunciativos, que constituem um texto. Como bem discutido em Orlandi (1996), o texto é

(...) um *bólido*⁴³ de sentidos. Ele “parte” em inúmeras direções, em múltiplos planos significantes. Diferentes versões de um texto, diferentes formulações constituem novos produtos significativos. (...) qualquer modificação na materialidade do texto corresponde a diferentes gestos de interpretação, compromisso com diferentes posições sujeito. (ORLANDI, 1996, p. 14).

Dessa forma, mostrou-se importante para nós situarmos esse caráter de participação ativa na construção da história referente à atuação dos periódicos, mesmo que por uma visão a princípio constituída e difundida pelos historiadores.

Tal questão se justifica em razão de que, ao se ter acesso a esse conteúdo jornalístico sob uma disposição de acervo em meio digital, e pelo mesmo ser possível desenvolvermos um trabalho sobre as textualidades resgatadas, trataremos os sentidos sob a nossa perspectiva de história e de acontecimento, este último não coincidindo com o que há de imediato e linear no tempo da história ao se valer dos grandes e marcantes acontecimentos ou fatos de toda ordem, mas sim tomado por uma construção enunciativa dos dizeres, regulados pelo político, em que os enunciadores em um espaço de disputa, contribuem para o aparecimento ou não dos sentidos, mediante os memoráveis que são trazidos ao presente temporalizado no acontecimento dos dizeres.

Assim como nos expõe Luca (2005), sobre a iniciativa em se trabalhar com a imprensa, focando-se na escolha dos jornais enquanto objetos de estudo, não sendo ele propriamente exclusivo a um ou outro campo/vertente teóricos, temos o seguinte:

⁴³ Relativo a algo que se move com grande rapidez.

Pode-se admitir à luz do percurso epistemológico da disciplina e sem implicar a interposição de qualquer limite ou óbice ao uso de jornais e revistas, que a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público (LUCA, 2005, p. 139).

Interessa-nos o fato de que tal ‘seleção’ realizada pela imprensa periódica, como forma de escolher o que pode ou deve atingir o seu público, aproxima-se, de certa maneira, ao nosso estudo sobre as designações da palavra *São Paulo*, tomadas nos acontecimentos enunciativos pela textualidade apreendida em razão dos procedimentos analíticos, sendo que é por essa seleção que proporcionamos espaço ao nosso modo de acesso à divisão política dos sentidos e, por conseguinte, à divisão normativa e desigual do real em que os excluídos afirmam seu pertencimento (GUIMARÃES, 2002).

Como mencionado anteriormente, o que se faz pertinente para concebermos um material de estudo de cunho jornalístico é justamente observar os modos como os discursos são apresentados. Para isso, sendo circunscrita a atuação da imprensa em 1932 focalizando o Movimento Constitucionalista de 1932, mencionaremos uma publicação recente da *Folha de S. Paulo*⁴⁴, por ocasião da comemoração dos 80 anos em 2012 do Movimento, em que o jornal apresenta e nomeia como *Revolução de 32*, seguida de *movimento político-militar contra Getúlio Vargas*, existindo na capa um texto-resumo intitulado São Paulo contra **todos**⁴⁵.

Nesta edição do jornal que noticia o Movimento, ao fazer menção ao feriado estadual comemorado pelos paulistas desde 1997, encontramos uma publicação do jornalista Oscar Pilagallo que dialoga com o nosso percurso analítico, de certo modo.

Ao trazer esse autor uma reflexão sobre a atuação da imprensa em 1932, partindo de estudos que se voltam para um resgate histórico da imprensa paulista desde o seus primórdios, em 1823⁴⁶, ele apresenta sob um título bastante sugestivo a seu texto,⁴⁷ qual foi o papel da imprensa durante a *Revolução de 32*, atentando e destacando a forte campanha e apoio aos revolucionários paulistas em busca de

⁴⁴ *Folha de S. Paulo*, Segunda-Feira, 9 de julho de 2012.

⁴⁵ O realce em negrito e a fonte maior compõem o destaque desse termo na edição do referido jornal.

⁴⁶ Para maiores detalhes sobre o autor e sua obra, verifique as referências.

⁴⁷ *A imprensa paulista fardada de 32* é o nome do texto em questão publicado na *Folha*, na seção opinião – Tendências e Debates sob a data de publicação mencionada acima.

sua causa constitucional, difusão essa trabalhada com fervor pela imprensa da época. Em seu texto ele relata que

(...) Mal dado o primeiro tiro, em 9 de julho, as manchetes já tratavam o movimento como vitorioso, e com pouca variação mantiveram o mesmo tom até quase a derrota final, em outubro. Nesse período, os jornais paulistas abriram mão de fazer jornalismo. Durante os três meses que duraram os combates optaram por privilegiar uma campanha para elevar o moral da população e, sobretudo, das tropas (...) Não é difícil entender por que a imprensa paulista agia assim. Se os jornais escolheram mobilizar em vez de informar, é porque haviam vestido farda bem antes da deflagração do conflito (Folha de S. Paulo, 09 de julho de 2012, seção Opinião).

Há também a menção aos principais jornais que compunham a imprensa paulista da época, além do destaque alcançado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, em sua dianteira nas articulações ocorridas em sua sede, fato este que culminou no Movimento de 32, motivando a sua deflagração:

Toda a imprensa paulista, no entanto, logo aderiu à causa. O 'Diário de S. Paulo' e o 'Diário da Noite', ambos de Assis Chateaubriand, 'A Gazeta', de Cásper Líbero, e a '*Folha da Manhã*' e a '*Folha da Noite*' (que em 1960 seriam fundidos na *Folha de S. Paulo*), todos eles se transformaram em trincheira (Folha de S. Paulo, 09 de julho de 2012, seção Opinião, grifos nossos).

É por esse caminho descrito acima, que retrata a imprensa em tais circunstâncias de mobilização e bombardeios entre frentes de combates, que trazemos como elemento importante para o nosso trabalho o modo pelo qual os jornais que fazem parte de nosso estudo (*Folha da Manhã* e *Folha da Noite*) mobilizaram os fatos relativos a 32, portando-se, como o próprio texto retrata, como verdadeiras trincheiras, em que *O que os jornais não podiam era ser contra São Paulo*, ou mesmo o fato de que *as conquistas pontuais dos soldados de São Paulo foram superestimadas. Mais tarde, os avanços das forças inimigas seriam minimizados.*⁴⁸

Entendemos que tal produção da imprensa periódica pela qual nos situamos, vem trazer por meio de suas materialidades linguísticas, percursos de análises

⁴⁸ Idem à informação presente na nota 46.

bastante sugestivos e pertinentes ao que se objetiva apreender em termos de uma visada interpretativa sobre a história dos sentidos que compõem a palavra *São Paulo*, juntamente à questão da paulistanidade como forma de elevar a moral da população.

CAPÍTULO 4 – A PALAVRA SÃO PAULO NOS TEXTOS JORNALÍSTICOS DE 1932: PERCURSO ANALÍTICO DA DESIGNAÇÃO

4.1 Descrição do funcionamento semântico-enunciativo: o que *São Paulo* designa?

Após todo o percurso desenvolvido pela teoria que nos orienta, chegamos à constatação de que o modo como os sentidos irão se figurar para nós não se atém a nenhum aspecto que os antecipam ou que sejam conferidos a algo pré-existente quando se delimita um material de estudo para análise. Afirma-se tal circunstância, uma vez que sob o nosso posicionamento analítico, assume-se que algo se faz significar, produzindo sentidos, apoiando-se na e pela construção da linguagem.

Assim, o que temos é que os sentidos do nome *São Paulo* a serem tratados nesse Capítulo serão considerados pelo modo como os mesmos se constituem no acontecimento da enunciação, passando necessariamente por uma divisão politicamente instaurada do acontecimento em que os mesmos são tomados, além de considerarmos o lugar pelo qual cada enunciador produz o seu dizer pelo agenciamento enunciativo.

Nesse sentido, é preciso mencionar nesse momento a escolha do nome São Paulo para o percurso de análise, considerando, para tanto o Movimento de 1932 e o que se produziu pela a imprensa em termos de acontecimento de linguagem, relacionando língua e falantes.

Sabemos que ao se trazerem para o presente do acontecimento os memoráveis mobilizados, ao mesmo tempo em que se estabelece um caminho interpretativo, ou seja, uma futuridade de interpretações possíveis, passamos a verificar o jogo, o embate enunciativo entre enunciadores e sentidos, sendo nesse ponto que se poderá ter acesso às relações que especificam — ao predicarem e determinarem a palavra em estudo, tratando-se de um nome — em seu caráter político, os movimentos semânticos dos sentidos atuando na linguagem.

Consideraremos então para isso — dentre as figuras da enunciação ou lugares enunciativos que envolvem os falantes e o dizer anteriormente detalhadas

no capítulo 2⁴⁹, segundo a representação feita por Guimarães (2002) — o enunciador enquanto universal pelo qual se caracterizam os jornais *Folha da Manhã* e *Folha da Noite*, no sentido de se apresentarem como quem diz algo verdadeiro, absoluto e a princípio isento de contestação em relação aos fatos, disponibilizando-nos as materialidades pelas quais trabalharemos o texto.

É relevante reafirmar que para o presente estudo, faremos a princípio uma descrição do corpus, dispondo-o em recortes a fim de que se desenvolvam as análises por meio dos procedimentos de reescrituração e articulação, já mencionados e abordados em suas especificidades⁵⁰. Objetiva-se compreender por meio das predicções e determinações observadas na organização enunciativa da palavra *São Paulo*, as significações por elas construídas, constituindo, por fim, a sua designação, ou seja, como explicitado em Guimarães (2004a, p. 90) “dizer o que um nome designa é (...) poder dizer com que outras palavras ele se relaciona no que venho chamando de Domínio Semântico de Determinação”.

Dessa forma, apresentaremos as significações apreendidas após tratar cada recorte do nosso corpus pela apresentação dos DSDs formados, construindo, por essa via, o percurso da história de sentidos da palavra *São Paulo*.

A seguir, trataremos das análises que se constituem pelos recortes presentes em cada jornal em específico, para, posteriormente relacioná-los, tomando como ponto em comum o funcionamento social, histórico e político inerente a ambos os jornais.

4.2 Reportagens da *Folha da Manhã* (I)

Considerando-se a história de sentidos que permeia toda e qualquer palavra ou expressão de maneira geral, quando estas são tomadas em um acontecimento enunciativo, restringimos tal constatação à palavra *São Paulo* na cena enunciativa dos jornais tratados que produzem sobre o evento histórico de 32 para nos indagarmos ao que se segue: o que a palavra *São Paulo* designa em textos da imprensa jornalística em 32, se valendo esta de um espírito de paulistanidade

⁴⁹ Encontra-se especificamente no tópico 2.3.3 Cenas da enunciação e Agenciamento Enunciativo.

⁵⁰ Apresentados respectivamente nos tópicos 2.4.1, 2.4.1.1 e 2.4.2.

exacerbada para edificar suas construções simbólicas durante o movimento constitucionalista? Como é possível ‘ler’ *São Paulo* no Movimento pelo objeto histórico-político que toma forma pelo jornal impresso?

Para isso, observaremos os trechos seguintes⁵¹ que noticiam e consideram sobre o Movimento em 1932:

1-“**São Paulo, uno, indivizível, coheso, erecto**, marcha para um só alvo: a reintegração do Brasil no regime da lei, a conquista de sua liberdade cívica (...)” (Folha da Manhã, 14 de julho de 1932, grifos nossos).

2- “Amanhã, quando se escrever a história dos momentos tremendos, que estamos vivendo, caberá a **S. Paulo** o papel glorioso de **ativador do espírito constitucional, de salvador, afinal, da própria alma brasileira**, no que ella possu’e de idealismo e de civismo” (Folha da Manhã, 22 de julho de 1932, grifos nossos).

2 a) caberá a **S. Paulo** o papel glorioso de **ativador do espírito constitucional, de salvador, afinal, da própria alma brasileira**

Ao verificarmos o embate específico de sentidos em torno da palavra *São Paulo*, temos em 1⁵² uma articulação por coordenação, em que o locutor relaciona elementos no enunciado na sequência nominal *uno, indivizível, coheso, erecto*, configurando-se uma cena pela qual se instaura um memorável do caráter exclusivista sustentado à identidade paulista, o que possibilita e confere uma relação contraditória ao restante do Brasil ao se enunciar *S. Paulo uno*, ao mesmo tempo em que em prol do Brasil.

Da sequência acima considerada, é possível afirmar ainda que a mesma reescreve *São Paulo* pela definição por enumeração, em que se tem uma estrutura de definição que se sobrepõe à estrutura predicativa pela base *São Paulo é*, verificada em São Paulo é uno, São Paulo é indivizível, São Paulo é coheso, São Paulo é erecto, ao passo que também se estabelece uma relação de sinonímia entre

⁵¹ Todo o material jornalístico utilizado nesse trabalho se dispõe em sua totalidade textual na seção Anexo, na ordem em que aparece mencionado.

⁵² Retirado da reportagem denominada *A Missão de São Paulo*.

uno, indivisível, coheso e erecto para com *São Paulo*, determinando-a no sentido de expor o sentimento de centralidade e poderio construídos por São Paulo, como algo próprio e irrevogável a uma existência histórica superior.

Observamos o trecho 2⁵³ em caráter de correspondência ao que tratamos, enquanto disparidade, entre o tempo do locutor e a temporalidade do acontecimento. Nota-se a menção nos enunciados que o compõe a uma história vindoura, como em *Amanhã, quando se escrever a história dos momentos tremendos*, a ser ainda escrita de acordo com o encadeamento dos fatos referente ao Movimento de 1932. Contudo, sob o nosso ponto de vista analítico, nos atemos à temporalidade do acontecimento como um dos elementos constituintes dos sentidos, tomando a língua em seu funcionamento ao analisarmos a textualidade de que nos valem.

Assim, temos que a palavra *S. Paulo* é tomada em uma relação de articulação por incidência, em que o locutor relaciona sua enunciação com o enunciado, ou seja, é pelo advérbio *afinal* atuando como um articulador independente, que verificamos a palavra *S. Paulo* articulada a *o papel glorioso de ativador do espírito constitucional, de salvador da própria alma brasileira*.

Esse procedimento rememora, ao acontecimento enunciativo em questão, certa determinação a *S. Paulo* que potencializa o sentido do suposto, ao mesmo tempo em que convicto memorável da ideia da predestinação reservada aos paulistas sobre a causa de 32, o elemento ancestral e desbravador. Além disso, atentamos para a reescritura por especificação em que *S. Paulo* é determinado pela expressão *papel glorioso*, sendo esta articulada às predicções *ativador do espírito constitucional e de salvador*, que a reescrevem, ao mesmo tempo, sob o efeito da enumeração produzido na enunciação.

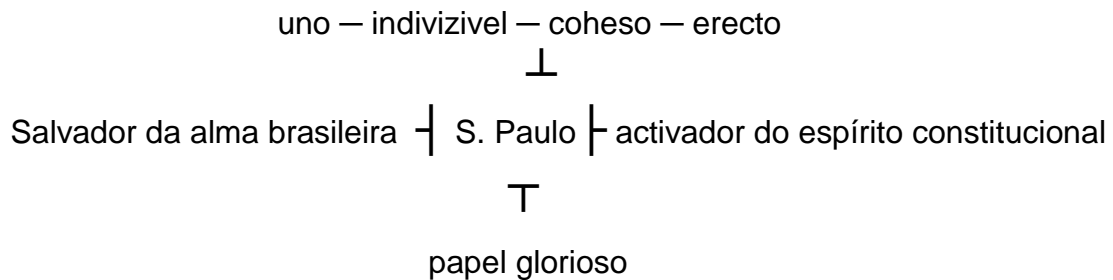
Nesse sentido, pelas relações de articulações e predicções mencionadas, pode-se dizer então que as expressões *ativador do espírito constitucional e salvador da alma brasileira* também reescrevem e determinam a palavra *S. Paulo*.

No que concerne à análise desses dois recortes jornalísticos temos o seguinte e primeiro DSD (1)⁵⁴:

⁵³ Retirado da reportagem denominada *Amôr á Constituição*.

⁵⁴ Os símbolos \top , \perp , \vdash e \dashv , em qualquer direção, significam “determina”; o traço $—$ significa “sinonímia”; um traço maior em negrito, que divide o DSD, significa antonímia. Essa orientação deve ser também considerada aos demais DSDs.

1



Mediante a análise descrita acima, que longe está de encerrar em si a totalidade dos sentidos passíveis de serem apreendidos pelo percurso interpretativo-designativo que a palavra *São Paulo* apresenta na história de suas enunciações, permite-se inferir que pelo DSD1 disposto, tal palavra apresenta-se determinada de um lado, pelo memorável da predestinação, como se algum elemento místico ou divino sacramentasse a atuação dos paulistas sempre em posição de vanguarda, não sendo então diferente com a causa de 32, de modo que as predicções *o papel glorioso de activador do espírito constitucional e de salvador da própria alma brasileira* produzem esse sentido ao determinarem *São Paulo* em uma projeção de âmbito nacional, enquanto predicado por *salvador*.

Por outro lado, verifica-se que há o memorável da exclusividade, ou seja, do espírito da paulistanidade atuando na história dos sentidos sobre a palavra estudada, de modo que pela sequência nominal *uno, indivizível, coheso, erecto*, que predica e determina *São Paulo*, pode-se interpretar o litígio instaurado entre os dizeres que se imbricam no acontecimento temporalizado por esse memorável da paulistanidade, em que se depreende a posição de superioridade, força e imponência da “locomotiva bandeirante”, frente aos vagões que impulsiona.

Figura-se de modo interessante verificar que há uma tentativa, no âmbito enunciativo, em tratar o Movimento de 32 como sendo orientado por uma luta pelos direitos legítimos a uma Constituição que venha a abranger a nação, contudo, o memorável da paulistanidade, entrecruzando esses dizeres ao somar em si variadas características de supervalorização da identidade paulista, acaba por totalizar, contraditoriamente às construções enunciativas que funcionam no acontecimento, a

unicidade de *São Paulo*, hierarquizando na disputa política dos dizeres na enunciação os sentidos que promovem tal posicionamento de destaque.

Considera-se então que, ao serem destacados tais memoráveis, dentre outros que fazem parte da espessura semântica reservada à designação da palavra *São Paulo*, pode-se conceber uma futuridade produzida pelo acontecimento em questão significada por dois eixos: pelas afirmações que compreendem a legitimidade de *São Paulo* em sua condição de histórica e ancestralmente amparado na constituição de uma identidade genuinamente paulista, assim como em reservar à causa constitucional um caráter nacional, ao mesmo tempo em que se opõe, entrecruzando memoráveis distintos, sobre esta ideia de nacionalidade, revestindo-se os sentidos contidos no ideário de paulistanidade por essa projeção de unicidade.

Prosseguiremos a seguir com as análises sobre os recortes retirados do material jornalístico referente à *Folha da Noite*, para logo em seguida relacionarmos as determinações apreendidas nas textualidades em foco, e dessa forma considerarmos sobre os dois jornais nos atendo ao percurso analítico desenvolvido.

4.2.1 Reportagens da *Folha da Noite* (I)

Em sua edição correspondente à noite, o jornal da *Folha* mantém a sua função de divulgador e partidário da causa de 32, como pudemos notar nos recortes anteriores, mesmo que em certos momentos de modo velado, mantendo-se, para tanto, o enunciador em sua classificação universal, de maneira a produzir e veicular os seus dizeres sob uma enunciabilidade que se propõe figurar enquanto a ‘verdade’ dos fatos atrelados ao Movimento.

Fizeram-se notadas as motivações que direcionaram positivamente São Paulo à causa contra o governo provisório de Getúlio Vargas. Nesse sentido, valeu-se de uma produção escrita que dialoga com o estilo do historiador Alfredo Ellis Júnior⁵⁵, sobretudo em termos de uma escrita fortemente marcada pelo estilo passional, grandiloquente, caracterizada pelo teor sensacionalista que abarcava não só a imprensa, mas também o povo paulista. Enunciativamente falando, é

⁵⁵ Ver mais sobre o estilo e veemência da escrita desse autor ao tratar sobre o Movimento de 1932 no livro *A Nossa Guerra*. São Paulo, Piratininga, 1933.

possível apreender esse enunciador que procura legitimar os seus dizeres por meio desse recurso de extrema valorização de São Paulo no movimento.

Para termos uma ideia do teor das elevações que se voltavam para São Paulo, ao ler a obra do historiador citado, caracterizando-o como memorialista, nos deparamos, por exemplo, com construções do tipo: “Foram os paulistas que fizeram as fronteiras do Brasil, para o dirigir em todos os grandes movimentos de seu passado” (ELLIS JR, 1933, p. 67), ou quando o mesmo estabelece comparações com grandes acontecimentos da história mundial, como é o caso da Revolução Francesa, ao dizer que

S. Paulo, pensou que para poder viver, seria preciso arriscar a morrer. E portanto, marchou para a guerra. Suas energias se multiplicaram. A revolução franceza do fim do seculo XVIII, não deu ao mundo exemplo mais grandioso (...) A França, ou outra qualquer nação, jamais conheceram povos mais agigantados na guerra que o paulista nesses dias memoráveis de 1932. A palavra ‘epopeia’, se faz pallida para traduzir pelo verbo o que foi realizado por S. Paulo (op. cit. p.134-135).

Podemos então, a partir dos trechos citados, estabelecermos uma correlação entre a escrita de Ellis Júnior (1933) e os enunciadores universais dos jornais trabalhados no que tange ao modo como constroem simbolicamente seus enunciados tendo como foco São Paulo atuante no movimento. Vejamos então a maneira pela qual a *Folha da Noite* mobiliza *São Paulo* enunciativamente ao noticiá-lo em razão do movimento armado de 32, presente nos dois recortes dispostos a seguir:

3 - “**S. Paulo** não recuará! **S. Paulo** levará todos os paulistas aos campos de batalha, **S. Paulo** viverá nas trincheiras o tempo que fôr preciso para que o Brasil seja livre! O Brasil sabe que é por elle que **S. Paulo** combate. **A ditadura que é a representante da mentira**, continua a mentir quando assoalha que são sentimentos separatistas que movem a **gente bandeirante**. Nunca **S. Paulo** foi tão **brasileiro**. **S. Paulo** poz a serviço do Brasil sua fortuna, sua força, suas armas e sua mocidade!” (Folha da Noite, 14 de julho de 1932, grifos nossos).

4 - “**São Paulo** é hoje um só Soldado. Levantou-se em nome da lei, contra a ditadura. — Terra sem liberdade, é lar sem honra. Anima-nos, a nós — Sete milhões de consciências — o amplo sentido brasileiro da nacionalidade. — **São Paulo** não destróe. — **E**´ constructor por índole, por finalidade, por predestino. — Não há nem um passo da nossa História e nem um Trecho da nossa Geographia, em que **São Paulo** não affirmasse a sua fraterna Fé!” (3ª Folha da Noite, 14 de Julho de 1932, grifos nossos).

No trecho 3 encontramos a princípio a palavra *S. Paulo* iniciando o enunciado e fazendo-se reescriturada ao longo do recorte por repetição, em que se verifica um trabalho semântico de relevância ao próprio título⁵⁶ da reportagem de que fazem parte esses enunciados, ou seja, um reforço ao que de fato São Paulo se dispõe a realizar pelo Brasil quanto aos serviços prestados.

Na enunciação em questão, o enunciador afirma uma série de ações para que se legitime o posicionamento de São Paulo mediante o Movimento, sob o efeito de sentido provocado na enunciação do que conhecemos como reescrituração por enumeração. Sendo assim, *S. Paulo* é enumerado pelas ações desencadeadas pelos verbos nas seguintes especificações: no futuro do presente do modo indicativo em *recuará*, (antecedido pelo advérbio de negação *não*), *levará* e *viverá*; no presente do indicativo em *combate* e no pretérito perfeito simples do indicativo em *poz/pôs*.

⁵⁶ Retirado da reportagem que se denomina *São Paulo a serviço do Brasil!*

Na medida em que é enumerada por esses predicados, a palavra *S. Paulo* também as determina, trazendo para esse acontecimento enunciativo o memorável da dianteira, do pioneirismo tomado por São Paulo em seus feitos históricos no que corresponde à história de colonização e ao ciclo de café no Brasil.

Diante dessas considerações, é possível inferir um futuro interpretativo que situa São Paulo no lugar de Estado apto a gerenciar, governar o país.

S. Paulo é também nesse trecho reescriturada por elipse nos casos em que é omitida nos enunciados como em *sua força, suas armas e sua mocidade*, expressões estas antecedidas pelo enunciado *S. Paulo por a serviço do Brasil sua fortuna*, que permite à elipse sua constituição na enunciação em questão. Há também em *sua mocidade* a construção do sentido que implica em inferir uma personificação à palavra *S. Paulo*.

No enunciado *A ditadura que é a representante da mentira*, temos que a palavra *ditadura* é reescrita por definição, ou seja, faz-se determinada pelo GN *representante da mentira*, de modo que estabelece uma relação opositiva ao termo *São Paulo* no acontecimento de linguagem tomado. Adiante discorreremos mais sobre o funcionamento correspondente ao domínio da antonímia, que se fará presente nas próximas análises que recorrerão a essa demonstração nos DSDs.

Há que se mencionar ainda o sintagma nominal *gente bandeirante*, que em si constitui-se pelo procedimento de articulação por dependência, ou seja, o termo *bandeirante* determinando *gente*, ao ser atribuído a esse último no acontecimento em específico, enquanto uma operação de caracterização.

A expressão *gente bandeirante* atua enquanto uma metonímia em relação a *S. Paulo*, reescrevendo-a, o que acaba construindo um efeito de sentido na cena enunciativa, em que se estabelece uma igualdade de sentido entre a palavra *S. Paulo* e a expressão *gente bandeirante*, estabelecendo, portanto, uma relação metonímica.

Nesse sentido temos que tal determinação recorta enquanto memorável a este acontecimento da enunciação os sentidos difundidos pelo discurso histórico/fundador, rememorando a supremacia e elevação simbólico-histórica da bravura do homem paulista situada na história nacional.

No enunciado *Nunca S. Paulo foi tão brasileiro* atentamos para uma construção específica que se figura na esfera enunciativa em relação ao enunciado em questão pelo o que denominamos de articulação por incidência. Operam-se os

elementos no enunciado de modo independente, porém incidindo na enunciação e desestabilizando de certa maneira a cena enunciativa em que se figura o enunciador. Desse modo, as palavras *nunca* e *tão*, ambas desempenhando a função de advérbio de negação e intensidade respectivamente, atuam na construção dessa articulação por incidência.

Façamos as seguintes paráfrases para entendermos a linha interpretativa e também as relações de determinação apreendidas pela análise feita sobre a articulação, tomando as palavras destacadas acima no sentido de deslocá-las e assim melhor visualizar a relevante atuação dos elementos incidentes que atuam de modo significativo na enunciação em relação a outro elemento, formando-se outros enunciados na textualidade apreendida.

(3.1) S. Paulo foi tão brasileiro

(3.2) S. Paulo foi brasileiro

Antes de qualquer consideração sobre o enunciado e às paráfrases constituídas a partir do mesmo, é inquestionável a relação entre as palavras *S. Paulo* e *brasileiro*, de modo que o que nos interessa é compreender por quais vias interpretativas essa mesma relação é particularizada pelas palavras que se colocam em destaque nesta análise (no caso, os advérbios *nunca* e *tão*).

Dessa forma, ao considerarmos 3.1 e 3.2, observamos que em cada caso produziu-se um sentido distinto ao enunciado original, ao passo que em 3.1 elimina-se o advérbio *nunca*, obtendo nessa formulação certa situação em sua particularidade, inferindo-se um acréscimo no sentido de que S. Paulo foi tão brasileiro “*neste caso*”, ou seja, em relação a outros que o precede sem, contudo, soar exclusivo ou superior às possíveis situações anteriormente existentes; em 3.2 permite-se um enunciado sem os dois advérbios, construindo-se um posicionamento constatado e afirmativo, sem margem comparativa ou superlativa a outras situações e posicionamentos pelos quais São Paulo tivesse passado.

Ao reiterarmos a função da articulação por incidência, relacionando-a aos termos *nunca* e *tão*, é possível afirmar que ambos incidem respectivamente sobre *S. Paulo* e *brasileiro*, de forma que ao operarem na enunciação sob seus agenciamentos específicos, permitem os seguintes argumentos: o advérbio *nunca*, ao incidir sobre *S. Paulo* produz um argumento de particularidade à atuação de São

Paulo, eliminando por sua vez as possibilidades de aproximação com outros momentos históricos em que se verificou um posicionamento similar, em que *nunca*, atua eliminando alternativas, hipóteses, situações outras.

Já o elemento *tão*, incidindo sobre *brasileiro* atua como um elemento intensificador ao significado produzido por *nunca*, reforçando a afirmação de atuação única e jamais realizada na esteira histórica dos feitos paulistas.

Por fim, temos que pelos movimentos de articulação e reescritura, podemos aproximar semanticamente *S. Paulo* e *brasileiro*, em que o segundo termo determina *S. Paulo* no enunciado tratado.

Mostra-se válido abrir um pequeno parêntese nessa primeira parte da análise, em razão da menção feita acima dos termos *agenciamentos* e *argumentos*, estabelecendo entre os mesmos uma relação contígua, de modo que mais uma vez devemos situar a noção de agenciamento enunciativo, contudo, sob uma perspectiva argumentativa.

Apesar do presente trabalho não percorrer (teórica e analiticamente) o funcionamento argumentativo de palavras ou expressões, faz-se interessante pensar que, ao tomarmos os enunciados enquanto unidade de análise que se projeta/figura por uma dimensão textual — em que se têm relações de proximidade, articulação e reescrituração, perpassando-se, para tal, a tomada dos agenciamentos enunciativos sobre os sujeitos do dizer —, não há como desconsiderar o caráter eminentemente argumentativo que constitui a textualidade, assim como as formas linguísticas apreendidas em seus funcionamentos enunciativos, possibilitando caminhos analíticos e a produção de sentidos.

Para corroborarmos a essa reflexão, temos em Guimarães (2008) que:

A análise das articulações dos enunciados e nos enunciados é o estudo da orientação argumentativa produzida pelos enunciados; a análise do modo como os enunciados se integram nos textos nos leva ao processo de argumentação de um texto (...) (GUIMARÃES, 2008, p. 89).

Assim, nos momentos em que nos utilizamos do termo *argumento* (s), o mesmo deverá ser compreendido pela reflexão exposta acima, considerando para tanto a atuação específica de cada agenciamento na enunciação.

Para finalizar as considerações pelo viés analítico voltado ao recorte 3, tomamos o último enunciado em que verificamos uma reescritura por substituição

por enumeração, em que temos o pronome demonstrativo *sua* em relação anafórica, reescrevendo ao mesmo tempo em que articula *S. Paulo* como se verifica nos sintagmas nominais *sua fortuna*, *sua força*, *suas armas* e *sua mocidade*, ao passo que a repetição desse elemento anafórico se faz acompanhada, em cada caso, por uma predicação que as determinam, como *fortuna*, *força*, *armas* e *mocidade*. A expressão *sua mocidade*, articulando-se à palavra *S. Paulo* implica na construção de uma personificação na cena enunciativa. Essas predicções acabam por mobilizar sentidos que determinam, por sua vez, *S. Paulo*, remetendo ao memorável do discurso da proeminência histórico-fundadora reservado a São Paulo.

Adentrando-nos nesse ponto à cena enunciativa que compõe o recorte 4⁵⁷ da *Folha da Noite*, temos logo no início do parágrafo a palavra *São Paulo* sendo reescrita por definição pelo verbo *é* que a segue, ligando-se a essa relação um elemento dêitico que permite acentuar ao acontecimento dessa enunciação certa aproximação ao fervor e passionalidade evidenciados nos discursos produzidos pelo jornal na referida época, em que a palavra *hoje* se posiciona de modo a conter e marcar a sua representatividade semântica ao desenrolar do Movimento Constitucional.

Contudo, é preciso reforçar a distinção entre o tempo do locutor ao enunciar, e a temporalidade do acontecimento que atua especificamente no modo como os sentidos irão se figurar, a partir dos memoráveis mobilizados, de modo que esse *hoje* deve ser entendido em sua figuração enunciativa e não à cronologia do tempo demarcado.

Assim, *um só soldado* reescreve e determina *São Paulo* por definição pela expressão *S. Paulo é*, resgatando dessa forma o memorável anteriormente trabalhado no DSD 1 sobre o pioneirismo alavancado por São Paulo, estabelecendo uma intertextualidade com o recorte anterior. *Um só soldado* também permite inferir nesse acontecimento enunciativo do dizer, a metáfora da unidade conferida em sua relação com a palavra *São Paulo*.

No enunciado *Levantou-se em nome da Lei, contra a ditadura*, a partícula *se*, que atua como pronome oblíquo, reescreve anaforicamente *São Paulo* por substituição, e esse elemento *se* é determinado pela predicação *em nome da lei*, em

⁵⁷ Retirado do texto que acompanha a manchete da 3ª Folha da Noite: *São Paulo é hoje um só soldado*.

que *lei* determina a expressão *um só soldado*, e já o SN *contra a ditadura*, se posiciona no âmbito da antonímia, como no verificado no recorte 3.

Tais predicções acabam produzindo sentidos que determinam *São Paulo* em razão de estabelecerem uma orientação semântica que produz sinonimicamente uma aproximação entre *São Paulo* e *lei* por um lado, e por outro, pelo funcionamento da antonímia, uma oposição entre *São Paulo* e *ditadura*.

Em um segundo momento, verificamos a palavra *São Paulo* sendo reescrita por repetição em *São Paulo não destrói* e também por elipse, ao ser a mesma omitida em *E'constructor por índole, por finalidade, por predestino*. A palavra *constructor* a reescreve e determina, assim como se observa a predicção à *constructor*, sob o efeito da reescritura por enumeração, de modo que os elementos *índole, finalidade* e *predestino*, também produzem um efeito de especificação ao modo como *São Paulo* se posiciona enquanto *constructor*, ou seja, estes elementos enumerados são determinados por *constructor*.

Já no enunciado *Não há nem um passo da nossa História e nem um Trecho da nossa Geographia, em que São Paulo não afirmasse a sua fraterna Fé!*, em que o pronome possessivo *nossa*, utilizado duas vezes, retoma por meio de anáfora o enunciado *o amplo sentido brasileiro da nacionalidade*, podemos depreender a seguinte paráfrase:

São Paulo afirma sua Fé fraterna por toda a História e Geografia nacionais.

Por esse caminho é possível entender que a palavra *São Paulo* é mais uma vez reescrita por repetição, e que o sintagma nominal *Fé fraterna* determina *São Paulo*, ao passo que este se faz predicado por História e Geografia nacionais, que também determinam *São Paulo*. Há nesse ponto o memorável que edifica *São Paulo* no sentido de lhe atribuir o papel de condutor da nação, ou seja, travando-se uma aproximação com o que se discursivizou enquanto locomotiva do Brasil, analogia esta criada durante o período áureo do café em que São Paulo se fez proeminente.

Diante das análises desenvolvidas nos recortes 3 e 4, apresentamos os seguintes DSDs (2 e 2.1) sobre a palavra *São Paulo*, representando as relações semânticas de determinações apreendidas na textualidade estudada de acordo com seu funcionamento textual, verificando os sentidos produzidos em tais enunciações:

2

fortuna — força — armas — mocidade

⊥

gente bandeirante — São Paulo ⊥ brasileiro

Ditadura ⊥ representante da mentira

2.1

índole — finalidade — predestino História Nacional

⊥

constructor ⊥ São Paulo ⊥ Fé fraterna ⊥ Geographia nacional

⊥

Lei ⊥ Um só soldado

Após o estabelecimento dos DSDs permitidos pelo estudo analítico das textualidades dispostas pelos recortes selecionados (1, 2, 2.a. 3 e 4), temos no domínio da sinonímia e seus efeitos sobre a palavra *São Paulo*, a ocorrência de uma mobilização de memoráveis que orientaram para os sentidos de elevação de São Paulo. Há um percurso de significações que atribui valores que se orientam para um suposto caráter exclusivista, a um sentimento de unicidade e centralidade. Diante disso, trabalha-se a ideia que contempla São Paulo por vias como a predestinação, ancestralidade, pioneirismo, supremacia e grandeza ao se criar simbolicamente a personificação do herói bandeirante que compõe uma identidade puramente paulista, isso tudo funcionando enunciativamente como argumentos que orientam para a efetiva legitimação do papel desempenhado por São Paulo.

Para tal se verifica um apelo histórico à questão da ancestralidade enquanto elemento indestrutível e irrevogável, sustentando-se uma predestinação que elege *São Paulo* como sendo o maior e único representante e salvador do povo brasileiro, o que o faz significar enunciativamente em uma posição hegemônica, de modo que ao ocupar esse lugar de dizer permite-se que, em relação de antonímia apreendida

pelo embate enunciativo verificado, estabeleça-se uma divisão política dos sentidos entre *São Paulo* e *ditadura*.

Nessa disposição analítica, pudemos então principiar a observação sobre as relações entre as palavras representadas pelos DSDs, no sentido de iniciar a compreensão sobre os modos como o ideário de paulistanidade, enquanto um memorável que entrecruza as enunciações concebidas, contribui para o processo designativo construído pela palavra São Paulo, mediante os sentidos depreendidos nessa primeira parte das análises.

4.3 Reportagens da *Folha da Manhã* (II)

Na tarefa de elencar os sentidos possíveis à história enunciativa da palavra *São Paulo*, e para isso tomarmos o espaço enunciativo presente nas reportagens contidas nos jornais em meio ao Movimento de 1932, condicionamos a esse segundo momento da análise mais uma possibilidade de apreensão desses sentidos nas textualidades que se dispõem a seguir para tal objetivo, mobilizando diferentes enunciações pelos recortes contidos na *Folha da Manhã* e na *Folha da Noite* para posteriormente confrontá-los após a representação oferecida pelos DSDs.

Vejamos o que nos trazem esses recortes de modo que poderão contribuir para a nossa linha interpretativa, corroborando parcial ou totalmente ao espírito de paulistanidade que acreditamos ser o mote enunciativo para os enunciados observados.

A seguir temos o recorte 5 enquanto textualidade selecionada, presente esta nas publicações realizadas pela *Folha da Manhã* em 1932:

5 - UMA RAÇA DE GIGANTES

“(...) O movimento inédito que em **nosso Estado** irrompeu na madrugada de dez do corrente não foi inspirado pela política nem animado por sentimentos separatistas que jamais alimentámos nem nunca alimentaremos porque **S. Paulo** quer a Pátria grande e indissolúvelmente unida. (...) Esquecemo-nos, todos, das nossas tendências e dos nossos pendores para sermos apenas, antes de tudo, **paulistas, brasileiros** (...) Em torno desse ideal é que se reuniram os sete milhões de **paulistas** (...) **Somos**, como tantas vezes temos repetido, os **soldados da lei** (...) Continue a **ditadura** a nos agredir com os seus comunicados reveladores da sua própria fraqueza, na certeza de que não tardará o dia em que o próprio **extremismo**, que a orienta, será o primeiro a penitenciar-se e a proclamar que, depois do **levante paulista**, elle também, se sentirá orgulhoso em gritar que pertence a **uma raça de gigantes!**” (Folha da Manhã, 25 de julho de 1932, grifos nossos).

No recorte 5⁵⁸ que inicia o segundo momento de nossa análise, verificamos que o foco de análise da palavra *São Paulo* é redirecionado para a palavra *paulista*, sendo esta reescrita por substituição pelas expressões *nosso Estado* e também pelo título *Uma Raça de Gigantes*. Segundo apresentado por Machado (2007, 98, grifo nosso) sobre tal procedimento, “As reescrituras por substituição são nomes (substantivos) que funcionam, no acontecimento, como *sinônimos da palavra* (...) sem que haja uma estrutura sintática definidora (...)”, desse modo, podemos afirmar que por um efeito de sinonímia, *nosso estado* e *Uma Raça de Gigantes* determinam *paulista* nesse acontecimento.

Nesse ponto faz-se imprescindível mencionar o GN constituído em *Raça de Gigantes* no que compete num primeiro momento, à relação trazida pelo procedimento de articulação por dependência, em que o termo *Gigantes* atribuído ao termo *Raça* acaba por determinar este último, em uma relação que o caracteriza na especificidade deste acontecimento de linguagem.

Tal configuração enunciativa é por sua vez legitimada em razão de se dar na especificidade do espaço enunciativo em que os dizeres do enunciador universal

⁵⁸ Recorte retirado do texto *Uma Raça de Gigantes*.

pelo qual o jornal *Folha da Manhã* se vale, permitindo assim que se figure o alto teor simbólico da referida construção.

Para isso, em um segundo momento, mencionamos a determinação acima, em que *Raça de Gigantes* acaba por determinar, no fio do dizer, a palavra *paulista* por substituição, de modo que se faz possível atentar para a rememoração — nesse caso, por uma construção histórica em que se toma o conceito de raça — do discurso da categorização, hierarquização e superioridade das raças para assim ‘graduar’ paulista e conseqüentemente *São Paulo* de maneira soberana, ou seja, é pelo memorável da distinção entre o que seria os paulistas que descendem dessa ‘raça’ e o restante dos brasileiros dos demais Estados que compõem a *Patria* citada.

Nota-se também que no enunciado *antes de tudo, paulistas, brasileiros*, as palavras *paulista* e *brasileiros* atuam, ao considerarmos as relações de determinação e articulação de tais formas linguísticas, na construção designativa da palavra *São Paulo* no recorte em questão de maneira que a predicam, estabelecendo com tal procedimento uma orientação de sentido bastante importante à análise.

Isso em razão de que, na sequência linguística, quem primeiro se relaciona à palavra *São Paulo* é a palavra *paulista*, seguida de vírgula, que a separa, pelo efeito de reescritura por enumeração, da palavra *brasileiros*. Tal fato, sob o ponto de vista enunciativo, permite que se depreenda por tal acontecimento posicionamentos enunciativos distintos, funcionado pela divisão instaurada pelo político atuante neste agenciamento, em que *São Paulo*, na posição de elemento enumerado determina os termos enumeradores.

Diante disso, retomando tal divisão política pelo acesso à palavra aos dizeres, nota-se que há uma construção hierarquizada entre tais predicções que se relacionam a *São Paulo*. Essa interpretação faz-se plausível ao passo que, ao ser determinada na sequência textual primeiramente a palavra *paulistas*, na afirmação contida em *Esquecemo-nos, todos, das nossas tendencias e dos nossos pendores para sermos apenas, antes de tudo, **paulistas, brasileiros***, infere-se a presença do memorável da paulistanidade de forma direta, ou seja, atuando na constituição desse acontecimento, em que se interpreta a afirmação citada potencializando o ‘ser paulista’ em primeiro plano, antes de qualquer coisa, ou seja, antes de sermos brasileiros, sejamos genuína e primordialmente paulistas.

Tal construção também implica em considerar que *brasileiros* determina *São Paulo*, reforçando sobremaneira a atuação simbólica do ideário de paulistanidade na constituição dos sentidos, ou seja, construindo uma afirmativa de que para ser brasileiro é preciso ser paulista, além de que se coloca em consonância com o memorável do conceito constituído sócio e simbolicamente sobre *raça*, descrito acima.

Prosseguindo com a análise no enunciado em que se tem *Somos, como tantas vezes temos repetido, os soldados da lei*, há duas considerações analíticas a serem feitas: a primeira se volta ao termo *Somos*, que na enunciação, além de reescrever por substituição a palavra *São Paulo*, retoma/reescreve também os termos que atuam como sua predicação, como em *nosso Estado* e *paulistas*.

Outro ponto a ser salientado é o GN *os soldados da lei*, em que temos antes de tudo, o termo *soldados* reescrevendo e determinando *paulistas* por meio de uma personificação, fazendo com que tal visada interpretativa se torne ainda mais sugestiva ao atentarmos para a predicação *da lei*, que determina *soldado* pela articulação por dependência.

A afirmação e repetição como o próprio enunciado acima sugere sobre a posição de *os soldados da lei*, acaba trazendo, de maneira sutil ao entorno desse acontecimento enunciativo, o memorável da legitimidade contida na esfera da própria atuação da lei, atestando-se por essa via o posicionamento pelo qual os paulistas se lançam ao Movimento sob tal construção simbólica, podendo também estabelecer uma relação com o ideário da paulistanidade, que também se apoia no discurso da legitimidade, mobilizando-o para sustentar nesse espaço de dizeres seus inúmeros e caros valores e atributos.

Caminhando ainda pela textualidade oferecida pelo recorte 5, dimensionam-se as palavras *ditadura* e *extremismo*, ambas em realce na caixa de texto que antecede essa análise, pelo domínio da antonímia, em relação à palavra *São Paulo* colocada em estudo, de forma que o que abordamos em análise é justamente a relação desta como as demais, no acontecimento da enunciação.

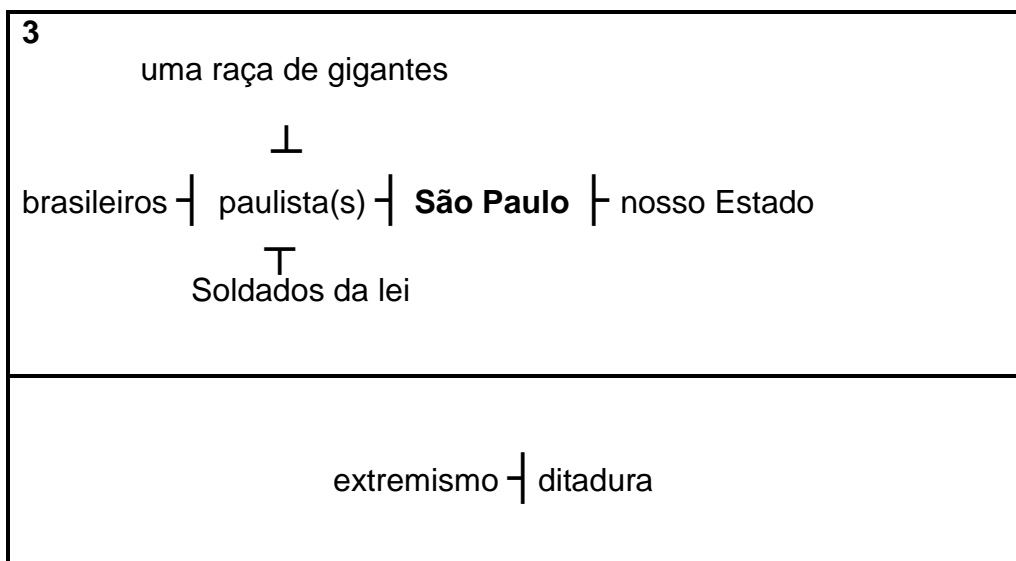
Sendo assim, *ditadura* e *extremismo* se opõem a *São Paulo* pela orientação dos sentidos que se constituem a esse acontecimento, fazendo com que pelo embate político que regula os dizeres, não se apresenta validado e/ou permitido, em termos enunciativos, associar *São Paulo* à *ditadura* ou vice-versa nesse percurso conferido na textualidade tomada. O que se tem é o termo *extremismo* determinando

ditadura, como indicado em *o próprio extremismo, que a orienta*, em que o pronome oblíquo *a*, acaba por atualizar *ditadura* em situação anafórica. Retoma-se a mesma orientação de antonímia presente no DSD 2, acrescentando-se a esta, além da determinação *representante da mentira*, o termo *extremismo*.

Por fim, no último período do recorte apresentado, temos a predicação *paulista*, que determina *São Paulo*, sendo especificada por uma articulação por dependência ao funcionar por meio de um GN com o termo *levante*, o que traz certa exclusividade ao Movimento que a princípio se configura em seu caráter eminentemente constitucional aos reveses ditatoriais durante 1932, nomeando-o e restringindo-o por *paulista*.

Notou-se ainda que o título que compõe a reportagem faz-se reescrito por repetição no último parágrafo do texto em *uma raça de gigantes!*. Essa repetição mostra-se atuando no sentido de pregar mais uma vez a palavra *paulistas*, ao se valer para isso do sinal gráfico da exclamação, permitindo que se faça mais uma vez uma correlação com a presença do memorável da paulistanidade em sua grande força afirmativa e simbólica, contida no que tomamos enquanto o acontecimento que o constitui, fazendo-se interpretável nas enunciações ora de modo mais claro, ora mais velado nas textualidades até então trabalhadas.

Fazendo-se descritas as pontuações analíticas acima, formulamos o seguinte DSD 3:



Nesse Domínio Semântico de Determinação, notamos que a palavra *São Paulo* é então determinada pela personificação presente em *Soldados da lei*, por *paulistas* e também *nosso Estado*, o que nos ofereceu como memoráveis: o da superioridade dos paulistas por meio do termo *raça*, trazendo em si um traço distintivo que simboliza *São Paulo* pelo sentido em que esse termo estabiliza no acontecimento enunciativo; o memorável da paulistanidade, expressamente tomado na enunciação pela determinação do termo *brasileiros* sobre o termo *paulistas*, permitindo que se sobreponha tal ideário sobre uma dimensão de nação, ou seja, uma relação hierarquizada tomada entre *paulistas* e *brasileiros*, sustentada por tal memorável. Por fim, tem-se o memorável da legitimidade que se atrela a *São Paulo* por meio da determinação *soldados da lei*, *personificando-a*, trazendo também, em termos de sentido, os valores agregados à exaltação própria à paulistanidade.

No tópico seguinte, novos recortes serão trabalhados para que por meio das enunciações observadas, seja possível construir mais uma rede de sentidos que circundam o termo *São Paulo*, enriquecendo assim o percurso analítico até então exposto.

4.3.1 Reportagens da *Folha da Noite* (II)

A seguir trataremos de dois recortes retirados do jornal *Folha da Noite*, mobilizando as textualidades que contribuirão para as análises dispostas nessa segunda parte de nosso trabalho.

6 – (...) As pátrias, no momento em que sentem aproximar-se o suicídio coletivo, dispõem de reservas ancestrais e sub-conscientes extraordinárias. Foi, de fato, a percepção, nascida em **São Paulo, hoje berço do civismo e da cultura brasileiras**, de que a nação marchava para o despenhadeiro (...) — que teve o condão milagroso de converter **São Paulo na esplendida escola de guerra**, contra os usurpadores do poder, contra os confiscadores das liberdades públicas, contra os assaltantes do Executivo (...). (Folha da Noite, 2 de agosto de 1932, grifos nossos).

7 – **S. Paulo felizmente pôde salvar o Brasil**

“(…) — ‘Não existem opiniões contrárias: **São Paulo** contagiou os demais Estados sulinos do seu **innenarrável civismo**’. — ‘A mocidade paulista derramará o seu sangue com a maior alegria porque **São Paulo e sua causa** assim querem’ (...) — ‘**São Paulo** felizmente pôde salvar o Brasil (...) Essas frases surgiram dos grupos espalhados, perdidos em diálogos os mais nobres e os mais firmes e convictos na **revanche da tempera bandeirante** (...)’ (3ª Folha da Noite, 13 de julho de 1932, grifos nossos).

Ao iniciarmos a leitura do recorte 6⁵⁹ nos deparamos com uma construção enunciativa logo no primeiro período que, de antemão, já nos sugere um percurso interpretativo sobre a história da palavra *São Paulo*, ao tomarmos os GNs *reservas ancestrais e sub-conscientes extraordinárias*, que nos possibilita entender aí o funcionamento do memorável da ancestralidade que corrobora nas designações de *São Paulo* ao trazer para o presente do acontecimento as lembranças sobre o homem bandeirante e seu espírito desbravador. Esse memorável se fez presente também no recorte e no DSD 1, ao passo que se deu pela significação que enquadra o elemento da predestinação quando ocorrida a qualificação sobre *São Paulo* enquanto *salvador*.

Seguindo-se a isso temos o enunciado *São Paulo, hoje berço do civismo e da cultura brasileiras*, que pode ser reescrito e dividido nas seguintes formas:

⁵⁹ Retirado da reportagem *O sentido da Revolução constitucionalista*.

6a) São Paulo é hoje o berço do civismo brasileiro

6b) São Paulo é hoje o berço da cultura brasileira

O termo *berço* reescreve e determina *São Paulo* por definição ao passo que é predicado pelos GNs *do civismo brasileiro* e *da cultura brasileira*, que remetem por sua vez à palavra *São Paulo*, determinando-a. À especificidade do termo *berço* considerado nesse acontecimento enunciativo, faz com que se resgate o memorável do marco bandeirante do que seria o nascimento da história do Brasil a partir do advento das bandeiras, que deixou, segundo certas construções históricas sustentadas, o legado que impulsionou a expansão territorial do país, assim como o próprio discurso do civismo atrelado a esse fato, sem falar no sentido que o termo *cultura* agrega para si na particularidade desse acontecimento, de maneira que promove *São Paulo* como o propagador da mesma em âmbito nacional.

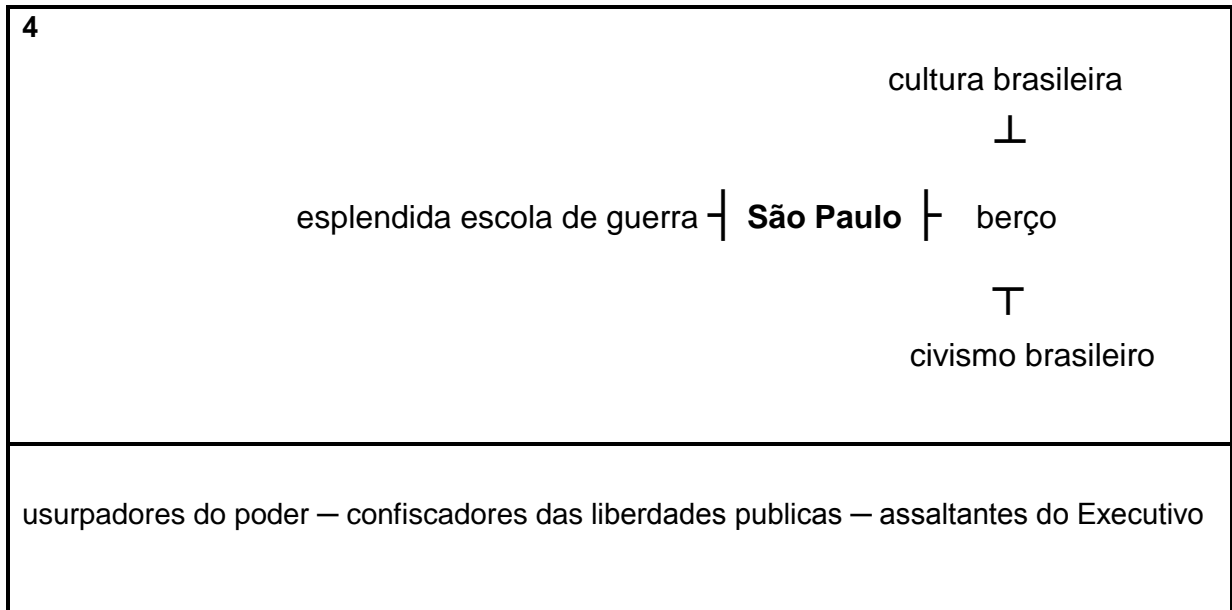
Tais termos destacados demonstram em suas forças significativas um extremo simbolismo alimentado pelo ideário da paulistanidade, mais uma vez aqui se relacionando ao percurso de sentidos que se faz transcorrido por meio das análises.

Há ainda o termo *hoje* que, exercendo a sua função de elemento dêitico instanciado na temporalidade do acontecimento, traz a esse — em razão de se articular na materialidade discursiva tomada com a palavra *São Paulo* pelo procedimento da articulação por incidência, ao passo que instaura uma relação específica entre enunciação e enunciado — uma projeção de interpretável que nos orienta para a importância em se potencializar, a cada oportunidade de se referir a *São Paulo* no espaço enunciativo de 32, a questão da paulistanidade, atribuindo-lhe, sempre que viabilizado pelo pertencimento dos dizeres das cenas enunciativas, atributos novos, o que acabam estes por serem designados por *São Paulo*.

No enunciado *o condão milagroso de converter São Paulo na esplendida escola de guerra*, a palavra *São Paulo* é reescrita por repetição, além de ser predicada pelo GN *esplendida escola de guerra*.

O enunciado acima é seguido pela sequência enunciativa *contra os usurpadores do poder, contra os confiscadores das liberdades publicas, contra os assaltantes do Executivo*, se estabelecendo por essas enunciações o domínio da antonímia, em que a *São Paulo* se opõem *usurpadores do poder, confiscadores das liberdades publicas e assaltantes do Executivo*, e suas respectivas predicacões,

sendo que tais GNs estabelecem uma relação de determinação às antonímias presentes nos DSDs 2 e 3, em que se tem o termo *ditadura* enquanto elemento mencionado, e por sua vez predicado por esses GNs. Deste modo, esses GNs se articulam uns com os outros em relação de sinonímia, como será representado pelo DSD 4 que se segue:



Tomemos então o nosso 7^o e último recorte, que na disposição do título da reportagem selecionada, em forma de manchete de capa da *3ª Folha da Noite*, já de início nos oferece um enunciado pertinente à análise, em que temos: *S. Paulo felizmente pôde salvar o Brasil*. Ao realizarmos uma paráfrase para esse enunciado, ao passo que o termo *felizmente*, atua na construção enunciativa de forma a se articular por incidência, com relação à palavra S. Paulo, teríamos o seguinte:

- a) À S. Paulo coloca-se a possibilidade de salvar o Brasil

Nesse sentido, trabalhando o sentido da articulação analisada pelo advérbio *felizmente*, reafirma-se o posicionamento de *São Paulo* como o eleito, o salvador, resgatando-se dessa forma o memorável da predestinação, que atua numa espécie de consagração ou mesmo mistificação do que seria o poder contido em *São Paulo*, capaz esse de fundar, transformar e definir os rumos da história que o cerca. Nesse

ponto podemos afirmar uma intensificação dada ao sentido veiculado primeiramente visto no recorte 2, em que também se destaca esse memorável.

Em seguida, temos um trabalho textual que parte do título-manchete, de modo que *São Paulo* é reescrito por expansão, produzindo na enunciação um efeito de significação contido no que compreendemos pela reescritura por desenvolvimento no enunciado *Não existem opiniões contrárias: São Paulo contagiou os demais Estados sulinos do seu innenarravel civismo*, além do que, *São Paulo* é reescrita por repetição, em *São Paulo contagiou (...)*.

É preciso atentar para a negativa exposta em *Não existem opiniões contrárias:*, em que o uso dos dois pontos já estabelecem uma relação opositiva com a palavra *São Paulo*, delimitando então o que é da ordem da antonímia, ou seja, *opiniões contrárias* funciona nesse acontecimento enunciativo em dissonância, em litígio com o percurso de sentidos apreendido sobre a palavra analisada.

Interessante notar ainda que mais uma vez se realiza com as antonímias presentes nos DSDs 2, 3 e 4⁶⁰ um procedimento em que os termos destacados se articulam por um efeito de sinonímia, ao passo que predicam e determinam a palavra *ditadura* (presente em 2 e 3), mesmo quando esta não se figura na materialidade linguística, conferida pelo fio do dizer no agenciamento enunciativo.

Finalizando esse período inicial que compõe o texto da manchete destacada, temos em *innenarravel civismo*, um GN que predica e determina *São Paulo* no sentido de reatualizar o termo *civismo* ao movimento semântico apreendido, sendo este termo já considerado no recorte 6, em que se tem *berço do civismo*.

Já para a presente enunciação se atribui ao termo *civismo* a qualidade de *innenarravel*, ou seja, intensificando o seu sentido apreendido no recorte 6, ao que seria o limite das representações que cultuam e qualificam tal feito, o que faz deste funcionamento de *civismo*, por sua vez, modelo a ser seguido, por si só significar todo o poder da representatividade de *São Paulo*, se fazendo constituído ao que mais uma vez nomeamos pela totalização de sentidos presentes na afirmação/memorável da paulistanidade, que designa *São Paulo* em suas especificidades.

⁶⁰ Respectivamente nas páginas 100,105 e 109 desse trabalho.

Tal construção/interpretação sobre o civismo nos faz mencionar, como exemplo, o que o historiador memorialista Ellis Jr (1933) constrói em sua escrita como sendo um axioma, em afirmações do tipo:

São Paulo, no mundo, pelas suas maravilhosas realidades, dominava (...) Todos os paulistas sabiam disso. O povo inteiro sabia disso. Não era preciso que a imprensa repetisse o que para todos já era axioma (ELLIS JR, 1933, p.68).

Já pelo enunciado *A mocidade paulista derramará o seu sangue com a maior alegria porque São Paulo e sua causa assim querem*, temos o termo *paulista* articulado à palavra *mocidade* por dependência, formando o GN correspondente que atua na enunciação de modo a significar *São Paulo* na textualidade compreendida. Vemos também a palavra *São Paulo* sendo reescrita por repetição, seguida pela predicação que a determina por *e sua causa*.

O sentido que a palavra *causa* sugere a esse acontecimento enunciativo permite a interpretação que concebe certa totalidade do Movimento Constitucionalista de 1932 enquanto uma causa unicamente de *São Paulo*, dado este que foi possível visualizar pela construção enunciativa que o simboliza enquanto um suposto 'salvador' do Brasil.

Diante disso, pode-se afirmar que a presença recorrente do ideário de paulistanidade circunscrevendo as enunciações sobre *São Paulo* acaba por estabelecer com o próprio Movimento uma relação de oposição, no sentido de afirmar uma unicidade/exclusividade reservada a *São Paulo* em razão de um ideário constitucional, antiditatorial.

Perpassando dessa forma para os últimos enunciados de nossas análises, para assim compor o DSD correspondente, temos em *São Paulo felizmente póde salvar o Brasil* uma reescritura por repetição da palavra estudada, além de ser retomada e reforçada a manchete que abre o jornal da *Folha da Noite*, retomando-se mais uma vez o memorável anteriormente citado, sobre a predestinação e consagração de *São Paulo* mediante a sua causa.

Por fim, temos um enunciado que apresenta um retrospecto de tudo que foi afirmado anteriormente no texto, inclusive justificando os dizeres que o constituem, além da própria manchete sobre a salvação do Brasil a ser feita por São Paulo, em que se coloca o seguinte: *Essas phrases surgiram dos grupos espalhados, perdidos*

em diálogos os mais nobres e os mais firmes e convictos na revanche da tempera bandeirante.

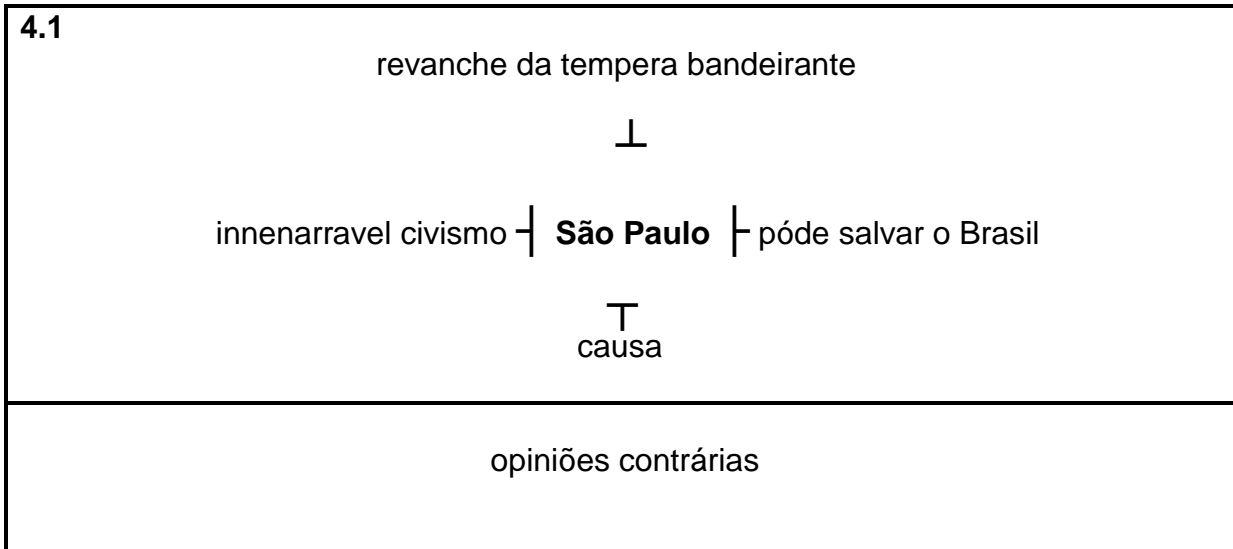
Há aqui uma separação feita pelo jornal dos lugares enunciativos que se agenciam no acontecimento enunciativo em questão, de forma que se distribuem essas *phrases* aos Locutores que enunciam do lugar social de partidários da causa de 32, em que os mesmos são denominados de *grupos espalhados, perdidos em diálogos os mais nobres e os mais firmes e convictos*, posição esta também tomada pelo jornal, representando-se, contudo, pelo lugar de dizer de enunciador universal, ou seja, mobilizando os seus dizeres de maneira a legitimar a ocorrência dos fatos como sendo uma verdade incontestável.

Para concluir esse recorte, em *firmes e convictos na revanche da tempera bandeirante*, que predica os locutores-partidários, os determinando, encontramos no GN *revanche da tempera bandeirante* uma predicação que retoma *São Paulo* sob uma valiosa construção simbólica que concebe seus sentidos pelo real historicizado na enunciação, como presente à própria definição sobre a designação, ou seja, “enquanto uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história” (GUIMARÃES, 2002, p. 9).

Temos aqui o memorável do herói bandeirante atuante no acontecimento ao ser potencializado pelo ideário da paulistanidade, transpondo-se ao que seria a constituição do homem pertencente à ‘raça’ paulista, para retomar uma determinação presente no recorte 5, de forma que interpretamos a construção *tempera bandeirante*, substituindo-a sinonimicamente pelos termos⁶¹ *modo, maneira, estilo, moral, temperamento, índole, feitio, caráter, consistência, rigidez e resistência bandeirantes*, e em sentido figurativo, teríamos *honestidade, retidão, integridade bandeirantes*, que funcionam todas estas como qualificações que contribuem para a construção de sentidos compreendida pela paulistanidade presente nas enunciações que fazem parte do percurso de sentidos de *São Paulo* e ao que a mesma designa.

Feitos os apontamentos mais importantes para a perspectiva analítica, dispomos da representação contida no DSD 4.1, para melhor entendê-las:

⁶¹ Tal busca pelos termos foi permitida pela utilização do Dicionário Michaelis UOL, em sua opção Sinônimos e Antônimos da palavra *têmpera*. Ver mais sobre na seção de Referências.



Realizando a interpretação dos DSDs 4 e 4.1 apresentados acima, podemos afirmar uma continuidade aos DSDs anteriores no que diz respeito à produção de sentidos definida enunciativamente em relação de antonímia com o termo *São Paulo*, ao passo que temos articulados na materialidade textual analisada, por meio das redes semânticas estabelecidas, os GNs *usurpadores do poder*, *confiscadores das liberdades públicas*, *assaltantes do Executivo* e *opiniões contrárias*, atuantes na condição de predicadores e também agenciados pelo processo de determinação com a palavra *ditadura*, somando-se estes às predicções anteriores, em que se tem *representante da mentira* (DSD 2) e *extremismo* (DSD 3).

Por outro lado, atentamos para a recorrência a certos memoráveis que revestiram o presente temporalizado aos acontecimentos enunciativos dos recortes trabalhados anteriormente, o que nos faz trazer para essa segunda parte das análises o elemento intertextual.

É o caso do memorável da ancestralidade, que retoma por sua vez o que se organizou enunciativamente no DSD 1, porém cada um em sua especificidade enunciativa, de modo que no DSD 4 encontramos os elementos *civismo* e *cultura* atuantes na construção do sentido de tal ancestralidade, na medida em que alicerçam o que seria uma rememoração sobre o marco bandeirante, que de certa forma reflete a ideologia da paulistanidade na enunciação.

Por fim, temos o elemento *civismo* que se reconfigura enunciativamente a partir de sua primeira ocorrência, presente no recorte 6, sendo, pois, organizado no dizer sobre o discurso da paulistanidade em essência, por se constituir em um termo

que agrega em si um dos sentidos mais caros ao espírito de valorização de *São Paulo*, em razão da determinação recebida pelo termo *innenarravel* (recorte 7).

Verificou-se ainda, pela construção *revanche de tempera bandeirante*, o sentido construído pelo que já se mencionou enquanto uma visão romantizada do paulista sobre a ideia do herói bandeirante, agenciando-se tal construção pelo amplo domínio de sentido pelo qual se firma a paulistanidade nas enunciações que materializam a palavra *São Paulo* nos enunciados analisados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das reflexões que colocaram em discussão o funcionamento da língua no espaço de enunciação do Movimento Constitucionalista de 1932, nos direcionamos em vias de concluir o que se demonstrou por meio do aparato metodológico/analítico nos tópicos anteriores. Consideraremos no intuito de que não se encerrem unicamente a esse trabalho todas as possibilidades e perspectivas pertinentes à temática trabalhada pela totalidade que coube a esse estudo, colocando-se, portanto, esse trabalho, passível de redirecionamentos e aprofundamentos, ao serem tomados como base seus elementos essenciais, consistindo os mesmos no material jornalístico e em sua fundamentação teórica e prática.

Devemos então nesse momento nos posicionar diante das considerações feitas ao longo dos tópicos desenvolvidos para que sejam lançadas algumas afirmações com relação ao propósito/questão maior que norteia a presente pesquisa.

Para tanto, recorreremos ao que de mais importante se firmou dentre os questionamentos que teceram esse trabalho: por quais maneiras o ideário da paulistanidade se fez atuante nos acontecimentos de linguagem considerados, de modo que se permitisse a apreensão de um percurso de sentidos que culminasse na história das enunciações da palavra *São Paulo*, e ao que esta passou a designar?

Retomando as análises de orientação enunciativa possíveis pelo processo constitutivo das designações que compuseram as reportagens presentes nos jornais selecionados, assim como considerando os procedimentos que predicaram e determinaram essas designações no processo que centralizou a palavra *São Paulo*, verificou-se que o memorável da paulistanidade agenciou, nos movimentos semânticos considerados, uma série de entrecruzamentos de rememorações. Vejamos por quais articulações enunciativas esses entrecruzamentos se configuraram.

Elencamos ao longo das análises os seguintes memoráveis, na sequência em que os recortes foram trabalhados: memorável do caráter exclusivista (sentimento de centralidade, formação de identidade); memorável do pioneirismo (supremacia, proeminência histórico-fundadora dos paulistas); memorável de condutor da nação

(construção simbólica da locomotiva do Brasil); memorável da superioridade pautado pelo conceito de 'raça' paulista (distinção com os demais brasileiros pela predicação *gigantes*); memorável da legitimidade (enquanto paulistas determinados por *Soldados da lei*); memorável da ancestralidade (que retoma e atualiza a enunciação do exclusivismo); memorável do marco bandeirante (embasado pelos elementos cultura e civismo brasileiros); memorável da predestinação (constituído pelos sentidos que fomentam a consagração e a mistificação sobre *São Paulo*, valendo-se novamente do termo civismo, em sua máxima simbolização, elemento este basilar e presente ao ideário de paulistanidade).

Em razão de nos focarmos analiticamente em busca das designações construídas pela palavra *São Paulo*, na tentativa de se apreender as relações de sentidos estabelecidas nas textualidades particulares em que esta se figura, tomando para isso o acontecimento enunciativo como produtor de sentidos, afirmamos que os memoráveis listados acima, construídos pelo caráter resultante das análises, se portam nos acontecimentos específicos de linguagem em que se apresentam, como suportes enunciativos para a projeção da paulistanidade na completude do que lhe é revestido enquanto significações. Entretanto, como entender essa relação no âmbito linguístico-enunciativo?

É preciso considerar para tal que o memorável que sustenta o ideário de paulistanidade aborda em si uma totalização de sentidos que circunscrevem *São Paulo*, permitindo a essa palavra que designe todos os elementos analisados pelos procedimentos que mapearam as textualidades dispostas em recortes. Esse percurso nos ofereceu, no decorrer das análises, uma interpretação que se constituiu de inúmeras afirmativas, simbolizações e valorações, como verificados nas palavras ou expressões que determinaram *São Paulo* a cada DSD formado, ou seja, os sentidos que são depreendidos dos memoráveis elencados.

Contudo, tais sentidos se fizeram presentes às enunciações de modo que a paulistanidade fosse interpretada por meio das divisões realizadas entre os dizeres legitimados em suas significações, ou seja, ao se entrecortar por uma enunciação e outra, de forma mais velada ou sutil, ou por dizeres que a tornaram mais presente no acontecimento, fazendo com que obtivéssemos os memoráveis acima destacados.

Por outro lado, como forma de legitimar no espaço enunciativo a força simbólica que atua sobre a palavra *São Paulo* sob o esteio das significações contidas no memorável da paulistanidade, assim como em suas exterioridades e

continuidades que produzem os sentidos (demais memoráveis), há os dizeres que, em posicionamento antagônico, ou melhor, pela oposição gerada pela antonímia, reforçam, mesmo que pelo caráter contrário apreendido na enunciação, as significações que compõe as designações da palavra *São Paulo* em caráter de supervalorização.

Identificamos por essa orientação o termo *ditadura*, em condição de antonímia determinado por *representante da mentira* (DSD 2). No DSD 3 retoma-se no domínio da antonímia o termo *ditadura*, sendo este determinado por *extremismo*.

Nos DSDs seguintes, (4 e 4.1 respectivamente), há por fim a retomada indireta do termo *ditadura* pelas predicções *usurpadores do poder, confiscadores das liberdades públicas, assaltantes do Executivo e opiniões contrárias*.

Mediante tais considerações, podemos então formular a seguinte questão, partindo do que se constituiu analiticamente: Que *São Paulo* é esse que encontramos no Movimento Constitucionalista de 1932, em termos de sua história enunciativa que nos permite trilhar as suas designações?

A análise das designações que *São Paulo* constrói pelos diferentes acontecimentos enunciativos considerados anteriormente, nos permitiu observar, pela divisão política e também histórica dos seus sentidos, construções que simbolizaram e edificaram *São Paulo* ao mobilizarem as máximas de seu posicionamento hegemônico, ao serem enaltecidos, para tais construções, elementos históricos, sociais, econômicos, culturais para comporem as enunciações que se orientaram para o que se considerou na totalidade de valores centrados ao memorável da paulistanidade.

Para que a espessura semântica atribuída a *São Paulo* fosse ainda mais ressaltada na constituição de seus sentidos, houve um trabalho enunciativo no sentido de se expor, em relação opositiva, o elemento *ditadura*, que no espaço de enunciação considerado, ou seja, por meio das textualidades contidas nos jornais *Folha da Manhã* e *Folha da Noite*, esse elemento e suas determinações, atuaram de maneira a legitimar os lugares de dizer na cena enunciativa.

Com isso, ressaltou-se a positividade enunciativa que compõe *São Paulo*, em detrimento ao que poderia ‘ameaçar’ ou ofuscar a superioridade (enunciativa) reservada a *São Paulo* pelo apelo e projeção significativos aos sentidos dos termos destacados, de modo que esse percurso das enunciações se fez sustentado pelo agenciamento da paulistanidade, posição esta possibilitada pelo jogo político

instaurado e pelo direito de dizer enquanto enunciador universal ocupado pelo periódico impresso, resguardado em sua dimensão política, histórica e social.

Assim, pode-se dizer que a paulistanidade trouxe em si a tarefa de supervalorizar, por uma visão de extrema positividade, a identidade ao Estado, vindo a posicionar seus ideais de progresso em uma escala nacional, ou seja, conduzindo os demais 'vagões' do Brasil.

Por fim, ao realizarmos esse estudo que se voltou para a história das enunciações que tangenciam os sentidos sobre *São Paulo* em um momento de grande produção jornalística sobre o evento de 32, acreditamos na reatualização sobre a compreensão das enunciações que circulam na atualidade, sendo estas predominantes no ambiente virtual, nos atendo aos modos como São Paulo se faz nomeado, referido, designado, caracterizado em sua rede semântica pouco restrita em termos de superelevação/valorização.

REFERÊNCIAS

AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BARBISAN, L. B. O conceito de Enunciação em Benveniste e Ducrot. In. **Revista LETRAS**, Número 33 - Julho / Dezembro de 2006, Émile Benveniste: Interfaces Enunciação & Discursos, p.23-35. Programa de Pós Graduação em Letras - PPGL/UFSM, 2006. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/revistalettras/artigos_r33/revista33_3.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2012.

BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral I** (1966). Campinas: Pontes, 1988.

_____. **Problemas de Linguística Geral II**. (1974) Campinas: Pontes, 1989.

_____. (1970) “O aparelho formal da enunciação” In: Problemas de linguística geral II (1974), Campinas, SP: Pontes, 1989. p.81-90.

BEZERRA, H. G. O bairrismo paulista. In. **O Jogo do Poder: Revolução Paulista de 32**. São Paulo: Moderna, 1990.

CERRI, Luis Fernando. *NON DUCOR, DUCO*: A ideologia da paulistanidade e a escola. In. **Revista Brasileira de História**. [online]. 1998, vol.18, n.36, pp. 115-136. ISSN 1806-9347. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881998000200007>>. Acesso em: 12 mai. 2012.

COSTA, G. C. “Eu não sou bandido”: agenciamento da enunciação e orientação argumentativa. In. **ReVEL**, Linguística da Enunciação, v. 9, n. 16, p. 164-185, março de 2011. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_16_agenciamento_da_enunciacao_e_orientacao_argumentativa.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2012.

DONATO, Hernâni. **Breve História da Revolução Constitucionalista de 1932**: comemorando os 65 anos do evento. São Paulo: Lerlisa Editora, 1997.

DUCROT, O. **Princípios de Semântica Linguística**. São Paulo: Cultrix, 1972.

_____. (1984) **Esboço de uma teoria polifônica da enunciação**. In: O dizer e o dito. Campinas: Pontes, 1987, p.161-222.

ELLIS JR., Alfredo. **A Nossa Guerra**. São Paulo: Piratininga, 1933.

FEDERICI, Hilton. **Símbolos Paulistas**: estudo histórico-heráldico. Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas. São Paulo, 1980.

FERREIRA, Olavo, Leonel. A conquista do interior. In. **História do Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1978, p. 79-98.

FERREIRA, A. C. **A epopeia bandeirante**: letrados, instituições, invenção histórica. (1870- 1940). São Paulo: Editora Unesp, 2002.

GALDINO, Luiz. **1932: A Guerra dos Paulistas**. São Paulo: Ed Ática, 1996.

GOMES, P. F. dos S. **São Carlos e o Movimento Constitucionalista de 1932**: poder local e cooptação ideológica. (Dissertação de Mestrado). UFSCar, São Carlos, 2008.

GUIMARÃES, E. R. J. Enunciação e História. In: **Histórica e Sentido na Linguagem**: Campinas, SP: Pontes, 1989.

_____. Interpretar língua e acontecimento. In: **Revista Brasileira de Letras**. v 1, n. 1, , 1999. p. 19-23.

_____. **Sentido e Acontecimento**. Um Estudo do Nome Próprio de Pessoa. Rio de Janeiro, RJ: Editora Gragoatá, UFF, 2000.

_____. **Semântica do Acontecimento**: Um Estudo Enunciativo da Designação. Campinas: Pontes, 2002.

_____. **Os limites do sentido**: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. (1995). Campinas: Pontes, 2002a.

_____. Designação e espaço de enunciação: um encontro político no cotidiano. In. **Revista Letras nº 26** – Língua e Literatura: Limites e Fronteiras, - Janeiro / Junho de 2003. Programa de Pós- Graduação em Letras – PPGL/UFMS. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/revistaletras/artigos_r26/artigo_5.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2011.

_____. Civilização na Linguística Brasileira no Século XX. In. **Matraga**, 16. Rio de Janeiro, UERJ, 2004. p. 89-104.

_____. A Batida da Cachorra. In: **Escritos**, 9. Campinas, Labeurb-Unicamp, 2004a. p. 9-16.

_____. Argumentación y acontecimiento. Arnoux, E. N. e Negroni, M. M. G. (orgs.) Homenaje a Oswald Ducrot. Buenos Aires, Eudeba, 2004b. p.211-225.

_____. Historicidade do sentido. In: _____. **Os limites do sentido**: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. 3. ed. Campinas: Pontes, 2005. cap. 9, p. 65-75.

_____. **Texto e Argumentação**: um estudo de conjunções do Português. (1987). 4.ed. Campinas: Pontes, 2007.

_____. Domínio Semântico de Determinação. In: _____.; MOLLICA, M. C. (Orgs). **A palavra: forma e sentido**. Campinas, SP: Pontes editores, RG editores, 2007.

_____. Um contra argumento delocutivo: “Fala Sério”. In: **Revista Línguas & Letras**, UNIOESTE, Cascavel, PR: v.9, nº16, p. 85-101, 1º sem. 2008.

_____. A enumeração: funcionamento enunciativo e sentido. In: **Cadernos de Estudos Linguísticos – CEL** nº 51 (1): Jan./Jun. 2009, p. 49-68.

HENRY, Paul. A história não existe? In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. 2.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003. p. 29-55.

HILTON, S. E. **A Guerra Civil Brasileira: História da Revolução Constitucionalista de 1932**. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1982.

LEROY, M. **As grandes correntes da lingüística moderna**. Rio de Janeiro: Cultrix, 1971.

LOVE, J. O Poder dos Estados: Análise Regional. In: Fausto, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira**, São Paulo: DIFEL, Tomo III, 1º vol, 1975, p.55.

LUCA, T, R, de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In. PINSKI, C. B. (Org). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

LUZ, M. G. F. **A nomeação como procedimento de constituição da identidade negra nos discursos sociais e nos documentos oficiais do estado: um silenciamento da miscigenação.** (Dissertação de Mestrado). São Carlos, SP: UFSCar, 2012. 233p.

MACHADO, C. de P. **A designação da palavra Preconceito em dicionários atuais.** (Dissertação de Mestrado). Campinas, SP: Unicamp, 2007.

_____. Os sentidos e o Político: a designação da palavra preconceito na obra Casa Grande e Senzala. **Anais do Seta**, número 4, 2010. Disponível em: < <http://www.iel.unicamp.br/revista/index.php/seta/article/view/944> > Acesso em: 10 abr. 2012.

_____. Enunciação e acontecimento: um breve percurso teórico sobre a constituição dos sentidos. In. **Web Revista Discursividades**. Edição nº 09 - Janeiro/2012 - Maio/2012, UEMS. Disponível em: <http://www.discursividade.cepad.net.br/EDICOES/09/09.htm>. Acesso em: 20 fev. 2012.

MORENI, M.; STRACCIA, C. **História do Estado de São Paulo**. São Paulo: FDT, 2001.

MOUTINHO, J. M. N. A paulistanidade revista: algumas reflexões sobre um discurso político. In. **Rev. Social Tempo Social**. São Paulo: USP, vol 1. Disponível em: < http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/stories/edicoes/v0312/A_P AULISTANIDADE.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2012.

ORLANDI, E. **Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo**. São Paulo: Cortez, Unicamp, 1990.

_____. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 3ª Ed., Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

_____. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis: Vozes, 1996.

PILAGALLO, Oscar. **História da imprensa paulista**. São Paulo: Editora Três Estrelas, 2012.

PIRES, V. L.; WERNER, K. C. G. A dêixis na teoria da enunciação de Benveniste. In. **Revista LETRAS**, Número 33 - Julho / Dezembro de 2006, Émile Benveniste: Interfaces Enunciação & Discursos, p.145-160. Programa de Pós Graduação em Letras - PPGL/UFSM, 2006. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/revistalettras/artigos_r33/revista33_9.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2012.

RANCIÈRE, J. (1992) **Os nomes da História**. Campinas: Pontes/Educ, 1994.

RASIA, G. Semântica do Acontecimento: um olhar sobre a cidade, seus nomes e suas práticas políticas. (resenha). In. **Revista Conexão Letras**, PPGL/UFRGS, v. 2, n.2, p. 179-182, 2006. Disponível em: <<http://www.msmedia.com/conexao/2/cap12.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

RIBEIRO, Clovis. **Brazões e Bandeiras do Brasil..** São Paulo: São Paulo Editora, 1933, p. 195-204.

RODRIGUES, J. P. Informação e Mobilização: a atuação do jornal O Estado de São Paulo na Campanha Constitucionalista de 1932. In. **Revista Patrimônio e Memória**, ISSN – 1808-1967, UNESP – FCLAs – CEDAP, 2007, v. 3, n.2.

SANTOS, G. L. Estudo enunciativo da designação da expressão "língua nacional" na obra de João Ribeiro: para uma História das Ideias Linguísticas no Brasil. In: **I Colóquio Internacional de Estudos Linguísticos e Literários (CIELLI)**. Maringá: UEM-PLA, 2010. v. 1. p. 1-13.

SANTOS, M. C. dos. O espírito que não descansa. In. **Revista Carta Capital**. Artigo publicado em 10 de setembro de 2010. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/carta-na-escola/o-espirito-que-nao-descansa>>. Acesso em: 15 fev. 2012.

SCHMIDT, A. **A Locomotiva**. Edições Zumbí Ltda. São Paulo: Editora Obelisco Ltda, 1959. (Coleção Clássicos de Hoje e de Amanhã).

SEARLE, J.R. **Expressão e Significado**. Estudos sobre a teoria dos atos de fala. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SELLAN, A. R. B. A Revolução de 32: por uma retórica da vitória. In: **II Congresso Regional de Educação da Universidade Braz Cubas**, 1998, Mogi das Cruzes. Cadernos de Resumos, 1998. p. 92.

_____. A. R. B. O discurso da História e a Formação da Identidade. In: **III Colóquio Latino Americano de Estudios del Discurso**, 1999, Santiago. Resumenes, 1999a.

_____. A. R. B. A Revolução de 1932 e sua presença na Literatura. In: **III Encontro Franco-Brasileiro de Análises do Discurso**, 1999, Rio de Janeiro. Cadernos de Resumos, 1999b. p. 21.

SILVA, Hélio. **1932 - A Guerra Paulista**. Rio de Janeiro, Ed Civilização Brasileira, 1967.

SILVA, L. de C. O processo de nomeação das fazendas-engenho de Cáceres – MT. In. **Revista Ave Palavra**. Ed 11, 1º semestre 2011, UNEMAT – Campus de Alto Araguaia, 2011.

SILVA, S. M. S da. Acontecimento discursivo, Interdiscurso e Memorável na relação entre línguas. In. **IV SEAD - SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO 1969-2009: Memória e história na/da Análise do Discurso**. Porto Alegre, UFRS, 2009.

_____. **Argumentação, memória e o político no texto jurídico**: a representação no modo de enunciação demonstrativa. In: Cadernos de Estudos Linguísticos. Campinas: 51(1): Jan./Jun.2009. p.133-139.

SOUZA, J. C. P. de. **Nas Letras de São Tomé**: uma análise semântica histórico-enunciativa dos nomes de estabelecimentos comerciais de São Tomé das Letras. Dissertação de Mestrado. Unicamp, Campinas, 2005.

SUMAN, A. L. C. **A disparidade do sujeito e a produção de sentidos no acontecimento enunciativo das previsões**. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Letras, UFSCar, 2010.

TASSO, D. R. Revisitando o papel da história na análise do discurso. In: ENCONTRO DO CÍRCULO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS DO SUL, 6, 2004, Florianópolis, SC. MIOTO, Carlos et. al. (Orgs.). **Anais...** Florianópolis, Celsul, 2006. p. 1-7. Disponível em; <<http://www.celsul.org.br/Encontros/06/Individuais/161.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

Revistas e Jornais

A REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 1932: os 80 anos da maior guerra civil da história brasileira. São Paulo: Minuano, Coleção Brasil Histórico, 2012.

FOLHA DE S. PAULO. **São Paulo contra todos**. Primeiro Caderno. Segunda-feira, 9 de julho de 2012.

_____. **A imprensa paulista fardada de 1932.** Opinião A3, Tendências e Debates. Segunda-feira, 9 de julho de 2012.

Sites:

ACERVO DA FOLHA. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/institucional/conheca_o_acervo_folha.shtml>. Acesso em: 15 abr. 2012.

_____. A força de um ideal. In. **Folha da Noite**, 1ª Edição, 31 de Julho de 1932. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fdn/1932/07/31/1/>>. Acesso em: 15 abr. 2012.

_____. São Paulo. In. **Folha da Noite**, 24 de julho de 1932. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fdn/1932/07/24/1/>>. Acesso em: 15 abr. 2012.

_____. A Bandeira do Brasil. In. **Folha da Noite**, 1ª edição, 30 de julho de 1932. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fdn/1932/07/30/1/>>. Acesso em: 15 abr. 2012.

_____. Ao povo paulista. In. **Folha da Manhã**, 2ª seção, 10 de julho de 1932. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fdm/1932/07/10/143/>>. Acesso em: 15 abr. 2012.

_____. Brado de Alarma. In. **Folha da Manhã**, 16 de julho de 1932. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fdm/1932/07/16/141/>>. Acesso em: 15 abr. 2012.

_____. A Postos, Paulistas! In. 3ª **Folha da Noite**, 11 de julho de 1932. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fdn/1932/07/11/1/>>. Acesso em: 15 abr. 2012.

_____. Uma raça de gigantes. In. **Folha da Manhã**, 25 de julho de 1932. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fdm/1932/07/25/141/>>. Acesso em: 15 abr. 2012.

_____. Pela Redempção do Brasil. In. **Folha da Manhã**, 12 de julho de 1932. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fdm/1932/07/12/141/>>. Acesso em: 15 abr. 2012.

_____. A Missão de São Paulo. In. **Folha da Manhã**, 14 de julho de 1932. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fdm/1932/07/14/141//4574670>>. Acesso em: 15 abr. 2012.

_____. Amôr á Constituição. In. **Folha da Manhã**, 22 de julho de 1932. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fdm/1932/07/22/141//4574871>>. Acesso: 15 abr. 2012.

_____. São Paulo a serviço do Brasil! In. **Folha da Noite**, 14 de julho de 1932. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fdn/1932/07/14/1/>>. Acesso em: 15 abr. 2012.

_____. São Paulo é hoje um só soldado. In. 3ª **Folha da Noite**, 14 de Julho de 1932. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fdn/1932/07/14/1/>>. Acesso em: 15 abr. 2012.

_____. O sentido da Revolução constitucionalista. In. **Folha da Noite**, 2 de agosto de 1932. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fdn/1932/08/02/1/>>. Acesso em: 15 abr. 2012.

_____. S. Paulo felizmente póde salvar o Brasil. In. 3ª **Folha da Noite**, 13 de julho de 1932. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fdn/1932/07/13/1/>>. Acesso em: 15 abr. 2012.

BIBLIOTECA VIRTUAL DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **História do Estado**. Subsecretaria de Comunicação da Casa Civil. São Paulo. Disponível em: <<http://www.bibliotecavirtual.sp.gov.br/saopaulo-historia.php>>. Acesso em: 15 fev. 2012.

_____. **Legislação sobre o Hino Paulista**. Disponível em: <<http://www.bibliotecavirtual.sp.gov.br/pdf/saopaulo-hino.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2012.

BLOG CONDIÇÕES SUFICIENTES E NECESSÁRIAS - agosto de 2010. Disponível em: <<http://sufnec.wordpress.com/2010/08/07/sao-paulo-o-motor-traseiro-do-brasil/>>. Acesso em: 12 mai. 2012.

Blog Professor Hariovaldo Almeida Prado – maio de 2011. Disponível em: <<http://www.hariovaldo.com.br/site/2011/05/10/estado-locomotiva-sao-paulo-reluz-cada-vez-mais/>>. Acesso em: 12 fev. 2012.

ESPECIAL REGIÕES DO BRASIL. No. 300, dezembro 2010/janeiro 2011. Disponível em: <<http://www.conteudoeditora.com.br/publicacoes/?ec=300&cs=50>>. Acesso em: 17 fev. 2012.

JORNAL MUNDO LUSÍADA ON LINE – junho de 2010. Disponível em: <http://www.mundolusiada.com.br/COLUNAS/ml_coluna_307.htm>. Acesso em: 10 mar. 2012.

MICHAELIS. Dicionário Uol. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/>>. Acesso em: 13 jun. 2012.

ANEXOS

ANEXO A – Reportagens publicadas no Jornal Folha da Manhã em julho de 1932 (utilizadas no trabalho).

APPELLO DO GENERAL ISIDORO

AO POVO PAULISTA

Neste momento, assumimos as supremas responsabilidades do commando das forças revolucionarias, empenhadas na luta pela immediata constitucionalização do paiz. Para que nos seja dado desempenhar, com efficiencia, a delicada missão de que nos investiu o illustre governo paulista, lançamos um veemente appello ao povo de São Paulo, para que no secunde na acção primacial de manter a mais perfeita ordem e disciplina em fôdo o Estado, abstendo-se e impedindo a pratica de qualquer acto attentatorio dos direitos dos cidadãos, seja qual fór o credo político que professem.

No decurso dos acontecimentos que se seguirão, não encontrará a população melhor maneira de colaborar para a grande causa que nos congrega, do que dando, na delicada hora que o paiz atravessa, mais um exemplo de ordem, sercuidade e disciplina, característicos fundamentaes da nobre gente de São Paulo.

GENERAL ISIDORO DIAS LOPES.

CORONEL EUCLYDES DE FIGUEIREDO.

Folha da manhã, 10 julho 1932.

A MISSÃO DE SÃO PAULO

Se ha um indício, que photographe o alto grau de cultura politica de nosso Estado, esse é, sem sombra de duvida, o que determinou o levante em massa de sete milhões de paulistas para a defesa intransigente do mesmo principio.

Poucas vezes, no decurso de nossa historia, assistimos o phenomeno tão empolgante, como o dessa "phalange serrée", onde ha lugar para todas as crenças, espaço para todas as ideologias, brecha para todas as intelligencias.

São Paulo, uno, indivizível, coheso, erecto, marcha para um só alvo: a reintegração do Brasil no regime da lei, a conquista de sua liberdade civica, espeznhada e conspurcada pelos usufructuarios do poder e pelos pretorianos da dictadura.

Não nos anima, na vigilia civica, que enaltece o nosso enthusiasmo e nos faz dedicar milhares dos melhores braços e cerebros paulistas em holocausto á grande Patria e ao Brasil redimido e libertado, o interesse subalterno e caricato de nos apossarmos do poder

supremo pela força e a pressão das armas. Os elementos, que São Paulo mobilizou, acham-se de tal forma imbuidos de seu dever superior de salvar a nacionalidade da estagnação e da miseria moral e politica, que não ha como distingujr entre militares e civis. As forças armadas — Exercito, Força Publica, paisanos — constituem como que um corpo homogêneo, obedecendo a um mesmo ideal acalentando um mesmo desígnio.

Queremos, sim, dignificar o poder no paiz, afim de que elle seja exercido pelos legitimis mandatarios da vontade popular. Queremos, sim, que a função politica, no seio da nacionalidade, seja exercitada pelo escol de suas intelligencias e não se converta nesse tremedal onde pollulam todas as incompetencias e repontam todas as mediocridades.

A arrancada paulista não viza nem objectiva o massacre de irmãos: é uma avançada resoluta, invencível, rumo da Capital da Republica, a "foussée" irresistível das melhores reser-

vas de brasilidade, afim de banir de vez dos fastos da nacionalidade o espectro do caudilhismo e os ultimos abencerragens da mentalidade dictatorialista.

Os que daqui partem, e partem confiantes, levam a incumbencia de salvar a verdadeira Revolução nacional. De São Paulo, é que emergirão os primeiros clarões da avorada da consciencia da nacionalidade, una e indivizível. As tropas de Piratininga, que ora se espraíam, ao longo do Parahyba, concretizando um mesmo impeto incoercível de audacia e de inocidade ethnica o sentimento o mais puro e sagrado do Brasil, não são as tropas do odio e da cizania. Mas, sim os vexillarios da dignidade nacional, as vestaes da pureza das instituições brasileiras, que se erguem, como leões, contra os que deservem a patria e lhe arruinam a existencia.

A missão de São Paulo é a de redimir a nação da macula de um governo que só tem des-governado. Ao seu lado, está a consciencia de toda a nação. O que vale dizer: o Brasil.

FOLHA DA MANHÃ

BRADO DE ALARMA

(Para a "Folha da Manhã")

J. de G. Netto

Portanto, uma coisa só São Paulo deseja das Mulheres de minha terra — encorajar os que ainda não se inscreveram no Exército da Constituição a fazel-o o mais depressa possível, para impedir que os inimigos de São Paulo e da Lei violem o nosso territorio, que deve ser tão sagrado como o nosso proprio Lar.

Feito isto cumpriram com uma parte da missão que lhes cabe.

Os hospitaes de sangue precisam de enfermeiras, eis outro serviço que as Mulheres de minha terra poderão prestar á causa de São Paulo e da Lei. Inscrevam-se nas

Mulheres de minha terra!

O momento que São Paulo atravessa é decisivo para a sua gloria ou para a sua morte. São Paulo não pôde ser vencido, o que representaria a deshonra dos paulistas.

São Paulo não é só um patrimonio dos paulistas. Aqui vivem brasileiros de todas as circumscripções do territorio nacional e muitos occupando posições nas nossas secretarias de Estado e outros, além dos que sempre tiveram cargos electivos, inclusive como chefes de Estado e da politica, outros ainda aqui formaram a sua cultura ou se introduziram na lavoura, onde se tornaram ricos fazendeiros, e portanto, merece nesta hora do civismo paulista, em beneficio de um Brasil grande e respeitado, o concurso de todos os homens validos e de honra porque, a derrota de São Paulo, em que não acreditamos, seria o tumulo do imperio da Lei e onde esta não existe os homens não passam de escravos.

escolas abertas pela Cruz Vermelha.

Mas, não só ahí que as Mulheres de minha terra podem prestar o seu concurso á causa de São Paulo. No seu Lar e em todas as posições occupadas actualmente pelos homens que seguiram para as linhas de frente. Toda e qualquer collaboração é tão util como a do soldado que defende de armas na mão a integridade do imperio da Lei, que é o regime dos homens de honra.

Toda a Mulher que contribui para que um homem se acovarde, torna-se criminosa e inimiga de São Paulo e as Mulheres de minha terra não são capazes desse gesto impatriotico e vil.

Mulheres de minha terra, animar os soldados da Lei e da Constituição é dever patriotico. Que as vossas palavras a esses soldados defensores da nossa honra sejam sempre chelas de bondade e de carinhos e de reprovação aos que preferem a deshonra a defender a sacrada causa de São Paulo

O paulista nunca foi escravo da ignorancia e é ella que hoje está dominando o Brasil, pela ambição dos que assaltaram as posições de mando.

Por tudo isto, mulheres de minha terra, quer sejam mães, esposas, noivas ou irmãs é necessario que o vosso rosto resplandeça de alegria, embora o coração e a alma a dôr crucie.

Lastimar a juventude ou a velhice que segue para os postos de combate, é o mesmo que fazer a campanha do derrotismo, como qualquer vulgar inimigo de São Paulo e do Brasil, porque esta lucta não visa sómente a liberdade desta terra, outrora orgulhosa da bravura e da cultura de seus filhos e da pujança de sua vida agricola, industrial e commercial, e que por quasi dois annos viveu os dias mais tristes de sua historia.

São Paulo, que foi sempre o padrinho das causas nobres, se se levantou em armas para implantar o imperio da Lei, fel-o consciente da causa que defende.

nas linhas de fogo.

Em São Paulo não existe lugar para os covardes. A causa que São Paulo defende é sagrada demais para que se compreenda bem o seu alcance e o seu valor, porém devemos ter confiança nos nossos dirigentes, que são homens de honra, que se chegaram a esse extremo é porque não encontraram outro caminho.

Mulheres de minha terra, São Paulo precisa de concurso tão valioso como o que citamos.

E isso, eu não duvido, as Mulheres de minha terra prestarão!

RESPIGANDO . . .

Cattete e Guanabara continuam a derramar, pelas estações radio-transmissoras, as mais grosseiras invencionices relativamente ao movimento que se operou em São Paulo e ao entusiasmo inedito que aqui reina.

Para o inefável dictador, e para os seus adentes que ain-

Folha da Manhã, 16 de Julho de 1932.

S. Paulo — Terça-feira, 12 de Julho de 1932

PELA REDEMPÇÃO DO BRASIL

Para os que, nestes últimos tempos, vinham acompanhando, com imparcialidade, o desdobramento da vida nacional não constituiu surpresa o empolgante movimento patriótico que em nosso Estado explodiu na noite de 9 e que já fôra prenunciado pela arrancada victoriosa de 23 de maio.

Civis e militares, com os olhos fitos no Brasil, dominados pelo mesmo sentimento, sem preocupações de caracter regionalista, uniram-se, estreitaram-se no mesmo abraço, jurando salvar a Patria cujos alicerces a incapacidade de um governo inoperante abalou.

Perto de dois annos a tolerancia nacional esperou a vêr se o accumulo de erros praticados de outubro de 1930 a esta parte levariam, afinal, o governo discricionario a mudar de rumo e a fazer alguma coisa de util para o Brasil, lamentavelmente enganado pelas promessas dos que haviam chamado a si a tarefa de reconstruí-lo social, politica, economica e administrativa-mente. Esperava-se que o clamor que se estava levantando em todo o paiz pudesse induzir a dictadura a ter um gesto de coragem que lhe permittisse demonstrar a sua firme resolução de satisfazer as aspirações dos seus governados.

pes trahicoeiros contra os Estados e contra os homens que se batem por vêr o Brasil restituído ao imperio da lei.

Esgotados todos os recursos, perdidas todas as esperanças de vermos a dictadura enveredar pelo caminho que a consciencia nacional lhe apontava, a S. Paulo, terra de onde partiu o grito da independencia e de onde primeiro o clarim dos vexillarios da Republica deu o toque de reunir, coube o dever de insurgir-se contra ella e exigir, pela força, a immediata constitucionalização do Brasil.

E', pois, um movimento constitucionalista o que se operou e que ha de vencer. Com esse movimento estão todas as forças vivas de S. Paulo e do Brasil. Contra a dictadura, contra o extremismo que se recusam ouvir o appello do patriotismo, os constitucionalistas, com S. Paulo á frente, não querem o desmembramento do Brasil, não querem o retalhamento da Patria. O que elles querem, ao contrario, é a Patria unida, cohesa, rica, forte e respeitada. Querem que os brasileiros, livres, garantidos por uma lei fundamental que lhes assegure essa liberdade, se governem a si próprios.

Isso, aliás, o affirmaram o illustre go-

firme resolução de satisfazer as aspirações dos seus governados.

Esperou-se em vão. A cada promessa, succedeu um recu'o ou uma felonía. Economicamente, o Paiz veio cahindo em linha vertical até chegar á beira do precipício; financeiramente, caminhou-se para o recurso da moratoria, que se demora, illogicamente, a conceder á lavoura caféira; socialmente, está tudo por fazer; politicamente, o caos; administrativamente, erro sobre erro. E' a dictadura da anarchia e da inconsciencia, a dar a impressão nitida de que a sua finalidade unica é manter-se no poder durante um inteiro periodo governamental.

Para impedirmos o desastre imminente, para mantermos o Brasil de pé, forte, unido, prospero e respeitado, só a sua immediata constitucionalização. Esta a grande, a unica aspiração dos brasileiros e que a dictadura, por todos os meios protelatorios, tem procurado difficultar. E como se essas protelações não lhe bastassem, na sombra, prestando-se ao jogo do extremismo, estava sempre prompta a desferir gol-

prios.

Isso, aliás, o affirmaram o illustre governador do Estado, sr. Pedro de Toledo, o sr. Francisco Morato, em nome da "frente unica" e os valorosos militares que assumiram o supremo commando das tropas que se bategem pelo resurgimento do paiz.

E', pois, um movimento inspirado por alevantados ideaes patrioticos, movimento que, exactamente por isso, ha de empolgar o Brasil inteiro.

O extremismo tratará, por certo, de defender os principios errados que sustenta. Dessa defesa resultará a inevitavel resistencia, que acabará sendo vencida.

Esboça-se, pois, a luta. E a luta é boa, quando a bandeira que se desfalda é a da defesa da Patria.

E é esta a bandeira que S. Paulo desfaldou, secundado por Matto Grosso, Paraná e pelas correntes constitucionalistas das demais circumscripções da Republica. A' sombra vivificadora da mesma bandeira é que se enfileiram as forças armadas que vão combater pela victoria final, que marcará a redempção do Brasil!

Folha da Manhã, 12 de Julho de 1932.

S. Paulo — Segunda-feira, 25 de Julho de 1932

UMA RAÇA DE GIGANTES

A repetição foi sempre a melhor forma da eloquencia. Repitamos, pois, aquillo que, por mais de uma vez, temos affirmado e que a dictadura, empenhada em estabelecer a confusão, tenta contrariar com as suas irradiações, sempre em luta franca com a verdade.

O movimento inedito que em nosso Estado irrompeu na madrugada de dez do corrente não foi inspirado pela politica nem animado por sentimentos separatistas que jamais alimentámos nem nunca alimentaremos porque S. Paulo quer a Patria grande e indissolivelmente unida. Se inspirado pela politica fosse, esse levante civico, verificar-se-iam as mesmas dissensões, as mesmas divergencias que em outubro de 1930 dividiram a opinião paulista, como dividiram a opinião nacional. Ora, o grandioso movimento em que todos tomamos parte foi unanime, exactamente porque a politica e o partidatismo a elle foram inteiramente estranhos.

As pessoas não entraram nas nossas cogitações, assim como não quizemos saber se eramos perrepiistas, pedeistas, proteccionistas, livre-cambistas ou socialistas. Esquecemo-nos, todos, das nossas tendencias e dos nossos pendores para sermos apenas, antes de tudo, paulistas, brasileiros, intransigentemente resolvidos a recolocar o Brasil dentro da lei e libertal-o do guante de uma dictadura incapaz e desastrosa, que o está estrangulando.

... e que se reuni-

partidos que pertencerem, nada exprimem na lucta em que todos estamos empenhados, porque nella entraram como paulistas e como brasileiros.

O programma dos constitucionalistas visa, unica e exclusivamente, o restabelecimento da ordem legal, sem o que este immenso paiz não se poderá salvar da anarchia e da desordem em que o lançaram dois annos de oppressão e de incapacidade.

A nossa campanha, pois, é puramente nacional. Ella exprime o despertar civico da opinião que, daqui por deante, ha de orientar os destinos do Brasil. Ella é a explosão da consciencia nacional que já não conhece chefes politicos nem cabos eleitoraes. Ella é a voz da opinião nacional que affirma não mais permittirá a escalada do poder por aquelles que nunca a souberam respeitar. Esta é a grande força que nos assegura a victoria final.

E quem para o campo da luta marcha com os olhos fitos na Patria, quem vae pela Patria derramar o seu sangue para, com seu sacrificio, fazel-a resurgir grande, unida e gloriosa e entregue a si mesma não póde soffrer derrotas.

Somos, como tantas vezes temos repetido, os soldados da lei que, impavidos caminhamos para a frente, sem cogitarmos da conquista de posições, que não nos interessam. Empunhamos as armas que o Brasil nos deu e por elle combatendo, só as ensarilharemos depois de alcançados os no-

Em torno desse ideal é que se reuniram os sete milhões de paulistas e por esse ideal é que pegámos em armas com a firme decisão de só voltarmos do campo de batalha, com a lei fundamental que nos ha de garantir a liberdade e a paz de que tanto carecemos. Assim animados é que nos esquecemos de resentimentos, para só nos lembrarmos de que acima de tudo, acima das divergencias politicas e partidarias, acima das convicções que cada um de nós pôde ter, acima das competições pessoais, deve estar, sempre, a Patria commum.

Nessas condições, tratando-se de movimento colectivo, era natural e logico que politicos tambem nelle se encontrassem irmanados com os seus adversarios da vespéra. Mas, esses politicos, pertençam aos

ensarilhamentos de poder, virgins objectivos que tiveram o poder, virgem na nossa historia, de fazer levantar um Estado inteiro cuja força moral, physica e economica ninguem poderá enfrentar com vantagem.

Continue, pois, a dictadura a querer diminuir o movimento empolgante que nos dá o orgulho de sermos brasileiros e paulistas!

Continue a dictadura a nos aggreffir com os seus communicados reveladores da sua propria fraqueza, na certeza de que não tardará o dia em que o proprio extremismo, que a orienta, será o primeiro a penitenciar-se e a proclamar que, depois do levante paulista, elle, tambem, se sentirá orgulhoso em gritar que pertence a uma raça de gigantes!

Folha da Manhã, S. Paulo, segunda-feira, 25 de julho de 1932.

FOLHA DA MANHÃ

AMOR Á CONSTITUIÇÃO

Oviedo, conceituado constitucionalista hespanhol, em trabalho que teve o merito de romper as fronteiras de sua patria para se irradiar em toda a Europa e mesmo na America do Sul, accentuou, com rara precisão, que o caracteristico dos povos atrazados era o desamor e o menoscabo pela sua carta constitucional.

Enquanto o norte-americano mantem, em torno do seu codigo politico, uma aura de mysticismo e de religiosidade; ao passo que o francez, desde a escola primaria, sabe de cór os principios cardiaes da organização politica nacional, formada pela Revolução de 89; enquanto que o cidadão britannico cerea as suas leis substantivas de um respeito, que explica todo o esplendido cimento moral da raça — o hespanhol desconhece mesmo os pontos fundamentais de sua constituição.

"Somos um paiz sem pulso" — exclama, em certa altura de sua obra, o pensador Iberico, attribuindo essa diathese collectiva ao desconhecimento generalizado da lei magna do paiz, da vontade mesma do povo crystallizada na constituição.

O dever da Republica, em seu entender, deve consistir primordialmente em cultivar o "espirito de cidadania", sem o qual as patrias não passam de pobres rebanhos humanos, desagregaveis aos primeiros sopros violentos da adversidade.

Mas, esse espirito é filho dilecto do amor á constituição. Esse sentimento tão sómente gera a coheção dos grupos sociaes; só elle anima os povos para a sua jornada historica e lhes permite a obra integral de cultura e de civilização.

Os conceitos do escriptor peninsular dir-se-dam feitos para o Brasil.

Aqui, implantámos uma dictadura, na esperanza de que ella respeitanda a Constituição de 91, tudo fizesse para renovar e tonificar as suas fontes inspiradoras, respeitanda os seus postulados, acatanda os seus principios eternos de justiça, de liberdade e de democracia. Aqui, pensámos tambem que a dictadura — um hyato em nossa tradição constitucional — representasse apenas uma etapa para que o Brasil emergisse do caos, que o ameaçava, erente cada vez mais nas virtudes de sua lei organica.

Os usufructuarios do poder, no entanto, tudo levaram avante para amesquinhar esse pacto constitucional. Tripudiarão sobre a constituição nacional, com a inconsequencia e a inconsciencia de iconoclastas.

Coube a S. Paulo a missão honrosa de levantar-se, indomavel, contra os que assim procediam. Um pról do amor á constituição, na defesa dos principios, que explicam e dão vitalidade á nação. Nessa arrancada, que é invencivel, accordam as proprias forças de civismo da nacionalidade, para o embate decisivo entre a ordem constitucional, que amanhece, e a ordem dictatorial, que agoniza sobre o seu terreno infecto.

Amanhã, quando se escrever a historia dos momentos tremendos, que estamos vivendo, caberá a S. Paulo o papel glorioso de activador do espirito constitucional, de salvador, afinal, da propria alma brasileira, no que ella possu'e de idealismo e de civismo.

Folha da manhã, Sexta-feira, 22 de julho de 1932.

ANEXO B – Reportagens publicadas no Jornal *Folha da Noite* em julho/agosto de 1932 (utilizadas no trabalho).

A força de um ideal

Os movimentos revolucionários só conseguem atingir a victoria integral quando conquistam a alma das multidões e symbolizam um ideal em marcha. Podem os conductores sociais aspirar a todas as metamorphoses dos regimes politico-sociaes, conclamar a consciencia civilica para a grande arrancada contra os poderosos do momento. Enquanto não brilhar, como flamma redemptora, sobre os destinos dos povos, a luz da justiça e da liberdade, a ascensão popular para a gloria e o triumpho nao passará de uma abstracção.

São Paulo acaba de lançar-se, com todas as suas reservas humanas, com todas as suas disponibilidades economicas, com todos os seus recursos moraes, no maior prelio de sua historia. Não o anima intuito secundario; não o impulsiona o desejo de conquistar o poder, impondo ao resto da nação uma hegemonia material; não o estimula para a luta a tentativa de perpetuar uma ordem politica, como a dictatorial, alicerçada na força e no arbitrio.

O que elle empresta a energia de um Titan, e o faz indomavel, é o sentido elevado de sua "poussée" incoercivel. O sacrificio em que elle voluntariamente consente, arrastando a fina flôr de sua juventude para as linhas de fogo, é, sem

sombra de contestação, producto do seu mysticismo civico, de seu acatamento á unidade politica do Brasil, de seu respeito aos principios intangiveis da lei e da Constituição.

Entre os que se batem pelo pantanal da Dictadura — e não têm ideal algum a vivificar os corpos e a elevar os espiritos — e os que derramam o seu sangue em prol do ideal mais elevado, que poderá erguer não importa que povo moderno — a implantação da ordem juridica, base de todos os direitos, garantia de todas as liberdades publicas — não ha possibilidade de cotejo. Duas quantidades heterogeneas não se podem medir nem pesar. Seria impossivel esboçar o paralelo entre o corpo e a sombra, entre a treva e a claridade, entre Caliban e Ariel.

São Paulo é forte, indomavel, invencivel, porque mais forte, mais indomavel, mais invencivel do que os milhares de soldados aguerridos que o defendem e abroquelam a sua alta e nobre civilização, é a fortaleza da idéa, que palpita e vibra no seio de suas legiões e no coração de seus éphebos.

Hoje, como hontem, como no porvir, só as idéas accionam os homens e fazem eternas as patrias. Viver sob o seu pallio, é desafiar todos os perigos.

Folha da Noite, 1ª Edição, São Paulo – Domingo, 31 de Julho de 1932.

A bandeira do Brasil

A mocidade paulista vem revelando, todos os dias, uma inexcedivel bravura nos campos de batalha. Nada a atemoriza. A morte de um jovem só serve de estímulo para outros jovens. A pressão moral em todos os espiritos é cada vez mais veemente. O indifferente ou o acovardado não mais poderia viver em S. Paulo. Todos têm que agir. Todos têm que combater. O sentimento da luta não tolera mais o boatoiro soturno. Nunca S. Paulo viveu tanto e com tanta intensidade. Nunca elle se sentiu tão rico e tão civilizado como agora!

Elle está offerecendo tudo isso á patria commum. O seu patrimonio, o seu trabalho, a sua cultura, a sua organização germanica e o seu sentido ariano da vida e, principalmente, a sua mocidade!

Não ha intriga possivel diante desse movimento. Delle não sahirá outro beneficio senão a grandeza da patria, senão um novo sentido brasileiro de viver. Desappareceram os accommodaticios e ambiciosos e os maus politicos para dar lugar a um novo scenario. As mãos ageis dos aproveitadores de situação serão varridas do

nosso meio e o respeito civico se imporá como um dogma religioso.

O movimento constitucionalista combate uma dictadura odiosa por todos os titulos. Combate a escravidão. Combate um grupo de insensatos e ambiciosos que está humilhando com seus processos despídos de decoro, o povo brasileiro.

E isso nos basta. E isso nos anima. Quando desapparecer a cortina de fumaca de intrigas e perfidias que a Dictadura lançou como unica arma possivel, nós teremos o Brasil inteiro ao nosso lado e affirmando commosco que o movimento de 9 de julho foi o movimento nacionalista mais desassombrado que a nossa historia conhece.

O sr. João Neves falou, em seu ultimo discurso, dos heróes que lutarão contra cartuchos de festim. A nossa luta, porém, é real e brava e cada dia que passa mais dispostos estamos ao sacrificio.

E o sangue que corre, numa luta fratricida, provocada pelo profissionalismo revolucionario, assegurará a grandeza do Brasil.

Folha da Noite – 1ª Edição. S. Paulo – Sábado, 30 de julho de 1932.

SÃO PAULO

S. Paulo das garças, és agora o S. Paulo dos Clarins!

Tua alma adormecida ao som dos malhos, ao sonho dos castellos pontificados em agulhas, em cathedraes, em arranha-céos, desperta, após um seculo, e marcha!

Marcha para a Liberdade, para o Direito, para a Lei, para o Porvir. Não puderam acorrentar-te os membros gigantes, os que pizaram a tua terra em nome da liberdade, trazendo, em seus clarins, o pregão de um ideal, que a ambição humana desfez.

S. Paulo, és o Brazil, neste instante supremo, em que se chocam as forças vivas da Escravidão e do Direito, em que se jogam os destinos de uma patria!

Tu, que conquistaste, através das bandeiras, palmo a palmo, o territorio nacional, recuando o meridiano, não poderás assistir á queda do Direito, á queda da Lei, á queda da Liberdade e á queda da Patria!

Não poderás, sem desdouro para as paginas impolutas da tua historia, que sómente reflecte lampejos de aço e lances de bravura, curvar-te, acorrentando-se a um regime dictatorial, que fez, de uma patria livre, uma zenzala de escravos.

S. Paulo das bandeiras, S. Paulo da Independencia e da Abolição, os teus filhos lançam-se novamente á conquista, não

de um outro vil, mas de uma patria livre e forte, dentro da lei e do direito.

Mentiram, os que julgaram findas as tradições bandeirantes! A chamma da Nacionalidade, não se apagou ainda em nossas almas!

A POSTOS, PAULISTAS!

A Congregação da Mocidade Paulista faz este appello:

"PAULISTAS! CAMARADAS!

A grande luta está travada.

Que hesitação alguma vos impeça no cumprimento do dever!

A POSTOS, PAULISTAS!

A nossa Bandeira tremula, impoluta, na collina historica, concitando-nos ao caminho da honra.

A POSTOS, PAULISTAS!

O momento, o de maior emoção que já registou a nossa historia, enche-nos de alegria, e dentro dos nossos corações se alevanta a fé inabalavel da VICTORIA.

A POSTOS, PAULISTAS!

A raça Paulista não degenerou — a bravura e lealdade ainda são o apanagio dos filhos de Piratininga.

O toque de reunir, dos clarins que atroam os ares, annuncia que é finalmente chegada a hora da reivindicação dos direitos do Povo Brasileiro, a chegada do grande dia Paulista.

A POSTOS, PAULISTAS!

Que, das mulheres Paulistas se emane a fonte incentivadora do cumprimento do dever — ensinando aos filhos que, se preciso fôr, saibam morrer com honra".

3ª Folha da Noite – S. Paulo – Segunda Feira, 11 de julho de 1932.

Folha da Noite, S. Paulo – Domingo, 24 de julho de 1932.

3ª FOLHA DA NOITE 3ª

Director-Superintendente: OCTAVIANO ALVES DE LIMA PROPRIEDADE DA EMPRESA "FOLHA DA MANHÃ" LTDA. Director-Gerente: DIOGENES DE LEMOS AZEVEDO

ANNO XII TEL. 2-751 (REDE INTERNA) S. PAULO — QUINTA-FEIRA, 14 DE JULHO DE 1932 END. TELEGR. — "FOLHA" N. 3.258

RUA DO CARMO, 7 e 7-A CAIXA POSTAL 2.909

São Paulo é hoje um só soldado

Foram affirmar aos nossos irmãos cariocas os "azes" constitucionalistas


Para a defesa da população paulista

Partiram hoje, ás 14 horas, dois aviões pilotados, respectivamente, pelos srs. Abilio Pereira de Almeida e capitão Negrão e Alberto Americano e capitão Machado, que levaram photographias dos ultimos acontecimentos, jornaes da capital, entre os quaes 600 "Folha da Manhã" e o prospecto que abaixo transcrevemos, para serem atirados no Rio de Janeiro.

A Vós, irmãos Cariocas, a nossa palavra, o nosso pensamento paulista e amigo.

São Paulo é hoje um só Soldado. Levantou-se em nome da lei, contra a dictadura. — Terra sem liberdade, é lar sem honra.

Anima-nos, a nós — Sete milhões de consciencias — o amplo sentido brasileiro da nacionalidade. — São Paulo não destróe. — E' constructor por indole, por finalidade, por predestino. — Não ha nem um passo da nossa Historia e nem um Trecho da nossa Geographia, em que São Paulo não affirmasse a sua fraterna Fé!



3ª Folha da Noite, S. Paulo – Quinta-feira, 14 de julho de 1932.

SÃO PAULO A SERVIÇO DO BRASIL!

S. Paulo está cumprindo o seu dever de maneira tão vibrante e excepcional que o exemplo do nosso levante cívico ha de ficar na historia brasileira como uma de suas paginas mais luminosas.

A vontade de um povo que construiu num pedaço do Brasil um dos padrões mais altos da vida e da civilização humana ergueu-se para defender o patrimonio cultural e territorial que uma dictadura inepta tentava mergulhar nas trevas do despotismo. S. Paulo oferece ao paiz um dos espectáculos mais empolgantes do seu civismo. A mocidade paulista está nas fileiras. Não ha paulista que não esteja combatendo pela causa da lei, do Brasil livre e unido. Não é possível que, neste momento, nos falte a solidariedade de toda a nação. Temos provas de que esta solidariedade levará os governos dos demais Estados a formarem connosco. Pois não foi o Rio Grande quem primeiro deu o brado de alarma contra a dictadura, contra os seus processos, con-

tra os seus propositos de eternizar-se no poder? Não foi Minas quem teve necessidade de permanecer armada para se defender dos golpes machavelicos do sr. Getulio Vargas? Pois, gaúchos, mineiros, brasileiros de todos os Estados, S. Paulo já se levantou contra a tyrannia, contra o regime da falsidade! Estamos na luta, decididos, dispostos a defender com o nosso sangue e nossas vidas a causa da liberdade! S. Paulo não recuará! S. Paulo levará todos os paulistas aos campos de batalha, S. Paulo viverá nas trincheiras o tempo que fôr preciso para que o Brasil seja livre! O Brasil sabe que é por elle que S. Paulo combate. A dictadura que é a representante da mentira, continua a mentir quando assoalha que são sentimentos separatistas que movem a gente bandeirante. Nunca S. Paulo foi tão brasileiro. S. Paulo poz a serviço do Brasil sua fortuna, sua força, suas armas e sua mocidade!

Folha da Noite, 1ª edição. São Paulo – Quinta-feira, 14 de julho de 1932.

3ª FOLHA DA NOITE 3ª

ANNO XII TEL. 2-110 QUARTAS FEIRAS S. PAULO — QUARTA-FEIRA, 13 DE JULHO DE 1932 Nº. 3.237

S. Paulo felizmente póde salvar o Brasil

TODOS AQUI SE CONFRATERNIZAM PARA UM SO' MOVIMENTO: O DE DEFENDER, COM ARMAS NA MÃO, A GRANDE CAUSA CONSTITUCIONALISTA

DEIXAMOS OS MAIS DISTANTES POSTOS DE ALISTAMENTO PARA NOSSA VISITA DA TARDE DE HOJE. Encaminhámo-nos para a praça da Concordia. Era o mais confiante o aspecto que a multidão emprestava áquelle recanto do Braz trabalhador. Fomos recebidos pelo entusiasmo de uma quantidade de mocos, cuja vibração collectiva enchia o ambiente de uma confiança illimitada na proxima e definitiva victoria do ideal constitucionalista. Depois, entre rapazes fortes, de apparencia resoluta e olhares masculinos, colhemos impressões de todo optimistas, o que de-

MATTO GROSSO COM S. PAULO

UM TELEGRAMMA DE SEU NOVO GOVERNADOR

O sr. governador do Estado de São Paulo recebeu a seguinte telegramma:

"Campo Grande — Conosco-voa que amos e gressos do Matto Grosso convocado pelo general Kluge. O povo matto-grossense confraterniza com o de São Paulo por intermedio do Estado governador. Viva o Brasil!"

Responde — (a) Viscondes Mattos, governador do Matto Grosso.

Deixámos os mais distantes postos de alistamento para nossa visita da tarde de hoje. Encaminhámo-nos para a praça da Concordia. Era o mais confiante o aspecto que a multidão emprestava áquelle recanto do Braz trabalhador. Fomos recebidos pelo entusiasmo de uma quantidade de mocos, cuja vibração collectiva enchia o ambiente de uma confiança illimitada na proxima e definitiva victoria do ideal constitucionalista. Depois, entre rapazes fortes, de apparencia resoluta e olhares masculinos, colhemos impressões de todo optimistas, o que de-

montrava claramente o estado moral de cada um delles. — "Não existem opiniões contrarias: São Paulo contagiou os demais Estados sulinos do seu inenarravel civismo". — "A mocidade paulista derramará o seu sangue com a maior alegria porque São Paulo e sua causa assim querem." "Aqui, neste posto, as adhesões são continuas". — "São Paulo felizmente póde salvar o Brasil". — "Estou louco que me mandem para o front". — "Contra a dictadura só confio num amigo fiel: o meu fuzil". Essas phrases surgiram dos

grupos espalhados, perdidos em dialogos os mais nobres e os mais firmes e convictos na revanche da tempera bandeirante. Em dado momento, pelo rádio, ouvem-se os primeiros accordes do Hymno Nacional, cantado por voses femininas. Incontinenti, de maneira rapida, todos os reservistas acompanham, em coro, a musica de Francisco Manoel. Estivemos, após o nosso percurso pela vizinhança do porto, examinando o numero de inscriptos. A lista marcava 500 e tantos nomes. NA PRAÇA BUENOS AIRES Quando chegámos á praça Buenos Aires, pudemos sentir a

3ª Folha da Noite, S. Paulo, Quarta-feira, 13 de julho de 1932.

O sentido da Revolução constitucionalista

Os minguados e cada vez mais impopularizados vexillarios do poder dictatorial, na sua faina quotidiana de embuste e de embelêco da opinião publica brasileira, apregõem, pelas tubas de seus arautos, que o movimento paulista e matogrossense outra finalidade não alimenta que não seja a de resuscitar o perrepeismo.

Grosseira intrigice, essa! Como se as aguas, uma vez fugindo de seu leito primitivo, conseguissem voltar ao seu "thalweg"! O preterito foi o preterito; e a vida das nações não é uma série de avanços e recuos, no campo arroteado pela politica, porém uma evolução, ás vezes normal, ás vezes accidentada, para o futuro. Os povos não podem voltar ao passado. Arriscar-se-iam, como o frisára Ortega Y Gasset, nas Córtes hespanholas, caso o fizessem, a se transmutarem, como a mulher de Lot, em uma esttua de pedra...

O que determinou, com effeito, a "levée en masse" de todos os paulistas e todos os brasileiros de consciencia livre, que se não subordinam á ferula da dictadura nem ao maudonismo de castas, foi a noção de um sério e profundo perigo nacional. As patrias, no momento em que sentem approximar-se o suicídio collectivo, dispõem de reservas ancestraes e sub-conscientes extraordinarias. Foi, de facto, a percepção, nascida em São Paulo, hoje herdo do civismo e da cultura brasileiras, de que a nação marchava para o despenhadeiro, a decomposição de suas classes armadas, a depreciação da fundação politica, o desvirtuamento dos valores mais culminantes da nacionalidade, o enlameamento dos nossos mais refulgentes padrões moraes e intellectuaes, o endeusamento de todas as meliocridades e a improvisação de estaletas de palha e de fanceria — que teve o cecilio milagroso de converter São Paulo na esplendida escola de guerra, contra os usurpadores do poder, contra os confiscadores das liberdades publicas, contra os assaltantes do Executivo.

Não prosija a Dictadura em sua obra negativa de falsear o sentido profundo de nossa Revolução. Nella, não ha tropeis de cavalgatas caudillescas nem o ullular de turbas enfurecidas. E' a vontade galvanizada de um povo que marcha, serenamente, impavidamente, resoluta-

mente, para repôr a nação nos seus alicerces juridicos e tornar o Brasil um dos mais altos valores positivos do mundo americano.

A nossa "phalange serrée" não collima re-collocar politicos antigos em seus postos. Nem trazer á tona capacidades desthronadas. A "porroça" de 1930 arrazou quasi todas as culminancias de solo alluvional, deixando apenas, em nossa topographia politica, alguns picos, construidos sobre o granito do respeito collectivo e da consagração popular.

O nosso movimento de civismo é um movimento das massas. Só ellas commandam. Só ellas dominam. Só ellas se impulsionam guiadas pelo valor de nossos conductores militares. Não o precipitou u'a minoria inquieta, que dorme e lateja no seio de todas as multidões, materia prima humana de que se utilizam todos os movimentos historicos para a tarefa de arrazamento de um regime ou a derrocada de uma ordem juridica. Foi o proprio sector estavel das massas — o que, em todas as "sécesses", se antepõe aos surtos revolucionarios e elabora os seus chefes para que salvem o paiz da maré crescente da anarchia e da demagogia — quem se poz em campo, abandonando a blusa de trabalho para vestir a farda do soldado, com o proposito superior de marchar, marchar, marchar, na defesa da lei e da Constituição conspurgada!

Poderiam os politicos impedir a esta avancada sem peias? Seriam, por certo, conduzidos na caudal violenta, Dominados mesmo pela avalanche incoercível.

Não! Não ha linhas de demarcação entre os politicos e o povo. Poucas vezes, em nossa historia, elles se sentiram tão identificados com a massa, absorvidos pelos seus imperativos de ferro.

O que ahí está é uma exaltação collectiva em face da patria ameaçada. E' um toque de avançar contra os vendilhões do templo da nacionalidade. E' uma aurora de redempção nacional, em que os homens assumem a estatura de heroes invencíveis.

Nesta hora de tamanha vibração civica, sobre a alnia paulista se projectam e dardejann e coruscann os lampejos e clarões da historia!

ANEXO C – Legislação sobre o Hino Paulista

Legislação sobre o Hino Paulista

Lei Nº 337, de 10 de julho de 1974.

Publicação: Diário Oficial v.84, n.129, 11/07/1974

Gestão: Laudo Natel

Categoria: Administração Pública

Revoga o artigo nº 9.854, de 2 de outubro de 1967, e institui, como letra do Hino Oficial do Estado de São Paulo o poema «Hino dos Bandeirantes»

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º — revogado o artigo 3º da Lei nº 9.854, de 2 de outubro de 1967, que dispõe sobre a instituição do Hino Oficial do Estado de São Paulo.

Artigo 2º — Fica estabelecida como letra do Hino Oficial do Estado de São Paulo o poema «Hino dos Bandeirantes», da Letra do dr. Guilherme de Almeida nos termos da cessão de direitos autorais, feita ao Governo do Estado de São Paulo, pôr dona Beikiss Barrozo de Almeida, na qualidade de viúva e única herdeira do «Príncipe dos Poetas.».

Artigo 3º — instituída, como Hino Oficial do Estado de São Paulo, a seguinte letra:

HINO DOS BANDEIRANTES

Paulista, pára um só instante
 Dos teus quatro séculos ante
 A tua terra sem fronteiras,
 O teu São Paulo das “bandeiras”!

Deixa atrás o presente:
 Olha o passado à frente!

Vem com Martim Afonso a São Vicente!
 Galga a Serra do Mar! Além, lá no alto,
 Bartira sonha sossegadamente
 Na sua rede virgem do Planalto.
 Espreita-a entre a folhagem de esmeralda;
 Beija-lhe a Cruz de Estrelas da grinalda!
 Agora, escuta! Aí vem, moendo o cascalho,
 Botas-de-nove-léguas, João ramalho.
 Serra-acima, dos baixos da restinga,
 Vem subindo a roupeta
 De Nóbrega e de Anchieta.

Contempla os Campos de Piratininga!
 Este é o Colégio. Adiante está o sertão.
 Vai! Segue a “entrada! Enfrenta! Avança! Investe!

Norte- Sul- Este- Oeste,

Em "bandeira" ou "monção",

Doma os índios bravios;
Rompe a selva, abre minas, vara rios;
 No leito da jazida
Acorda a pedraria adormecida;
 Retorce os braços
E tira o ouro dos seus esconderijos!

Bateia, escorre a ganga,
Lavra, planta, povoa.
Depois volta à garoa!

E adivinha através dessa cortina,
Na tardinha enfeitada de miçanga,

A sagrada Colina
Ao Grito do Ipiranga!
Entreabre agora os véus!

Do cafezal, Senhor dos Horizontes,
Verás fluir por plainos, vales, montes,
Usinas, gares, silos, cais, arranha-céus!

Artigo 4º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação,

Palácio dos Bandeirantes, 10 de julho de 1974.

LAUDO NATEL

Paulo Gomes Romeo, Secretário da educação

Pedro de Magalhães Padilha, Secretário de cultura, Esportes e Turismo

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 10 de julho de 1974.

Nelson Petersen da Costa, Diretor Administrativo Substituto.

ANEXO D – Capa da Folha de São Paulo em homenagem aos 80 anos do Movimento em 2012.

FOLHA DE S. PAULO

Desde 1921

★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

folha.com.br

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO

ANO 92 • SEGUNDA-FEIRA, 9 DE JULHO DE 2012 • Nº 30.413

EDIÇÃO SP/DF • CONCLUÍDA ÀS 23H09 • R\$ 3,00

SÃO PAULO CONTRA todos

Não é por nada que a Revolução de 32 não é um merecimento histórico. Deflagrado há 80 anos, o movimento político-militar contra Getúlio Vargas afetou milhões de pessoas, continua polêmico e integrou-se à mitologia de SP, escreve **Ricardo Bonalume Neto**.

Apesar das péssimas decisões estratégicas de líderes constitucionalistas, a mobilização militar paulista foi impressionante. Vargas venceu, deu o golpe em 1937, mas o legado de 32 permaneceu e foi importante no debate ideológico que vem até hoje. Poder A6



AVANTE!
Cada Paulista Válido é um Soldado



PAULISTAS ÀS ARMAS!
M.M.D.C.



Constitucionalista!
VÃO OUCAS O BERTOTISTA
ELE SÓ FERE PELAS COSTAS



Reprodução
VOCE CUMPRIR
Consulte a sua consciência!
M.M.D.C.

EXPOSIÇÃO Arquivo público tem mostra até outubro Poder A6 Cartazes de convocação de voluntários durante a Revolução de 32, publicados no livro "Cruzes Paulistas", de 1936

Fonte: Acervo Folha on line. <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2012/07/09/2/>>. Acesso em: 12 jul. 2012.

Imagens publicadas na Folha da Manhã e da Noite durante o mês de Julho/agosto de 1932.

1ª FOLHA DA NOITE

Superintendente: OCTAVIANO ALVES DE LIMA
 PROPRIEDADE DA EMPRESA "FOLHA DA MANHÃ" LTDA.
 S. PAULO — DOMINGO, 10 DE JULHO DE 1932
 END. TEL. CAIXA

2ª FOLHA DA NOITE

Superintendente: OCTAVIANO ALVES DE LIMA
 PROPRIEDADE DA EMPRESA "FOLHA DA MANHÃ" LTDA.
 S. PAULO — QUINTA-FEIRA, 4 DE AGOSTO DE 1932
 END. TEL. CAIXA

FOLHA DA MANHÃ

DIRECTOR-SUPERINTENDENTE: OCTAVIANO ALVES DE LIMA
 PROPRIEDADE DA EMPRESA "FOLHA DA MANHÃ" LTDA.
 DIRECTOR-GERENTE: DIOGENES DE LEMOS AZEVEDO
 ANNO VIII RUA DO CARMO, 7 e 7-A S. PAULO — DOMINGO, 31 DE JULHO DE 1932 END. TELEGR. — "FOLHA" CAIXA POSTAL 2.900 N. 2.441

Cada dia que passa afirma a victoria da causa constitucional



Folha da Noite, 10 jul. 1932, p.3.



2ª Folha da Noite, 4 ago. 1932, p.4.

FOLHA DA MANHÃ

ORGÃO DA LAVORÇA E DO COMÉRCIO

S. Paulo—Quinta-feira, 28 de Julho de 1932



**AVANTE!
CADA PAULISTA VÁLIDO É UM SOLDADO.**

REPRODUÇÃO DA BREVETADA DE BELLAZ... (text is small and partially illegible)

Folha da Manhã, 28 jul. 1932.

“Pró-Brasilia Fiant Eximia”

FOI ADOPTADO OFICIALMENTE UM BRAZÃO DE ARMAS PARA O ESTADO DE S. PAULO

O decreto n. 5.444, homologado pelo governador de São Paulo, por acatamento do povo paulista, do Exército Nacional e da Força Pública, Decretou:

Art. 1.º — Adopta o Estado de São Paulo o Braço de Armas, lançado no seu boletim e com os seguintes caracteres: “EM CAMPO DE GÓMES AS LETRAS S P EM CHEFE E UMA ESPADA EM PENA COM A PONTA AO ALTO E O PUNHO BROCANTE SOBRE O CRUZAMENTO DE DOIS RAMOS DE LOURO E CARVALHO, TUDO EM PRATA. TIMBRE: UMA ESTRELLA DE PRATA. FITÃO EM GOURO COM A DIVISA — “PRÓ BRASÍLIA FIANT EXIMIA” — EM LETRAS DE PRATA. SUPORTE: DOIS RAMOS DE CAFÉ FRUTIFICADOS E DE SUA COR.”

O Estado de São Paulo, ao contrário dos demais Estados da Federação, não possui, ainda, braço de armas. Vai possuí-lo agora, em hora oportuna como pouca. Como tudo o que é seu, como tudo o que se acha incorporado ao seu patrimônio moral e material, este braço de armas será, também, uma conquista do seu povo. Ao invés de consagrar unicamente glórias antigas, consagrará, também, glórias presentes. Os símbolos que dessemos figurar virão pelo que dizem do passado e pelo que confirmam no presente. São Paulo vive no instante de apogeu. A história de Piratininga, tão ilustre hoje como na era dos bandeirantes, veio culminar nesta, epopéia pelo direito e pelas liberdades públicas. A espada balizante encerra, mais uma vez, meios que a empunham, enristam e dignificam. Essa espada desbravou estradas, alargou fronteiras, fundou cidades, desambalhou-se pela independência, cobriu-se de glórias nas guerras do Sul, ajudou a implantar e a consolidar a República e agora se levanta contra a ditadura, para salvar e restituir o Brasil. A sua missão, no passado, como no presente, é de pelear, victoriosamente pelas grandes causas da nacionalidade, a cujos destinos,

grandes iniciativas tendentes a criar para o Brasil uma situação preeminente no concerto dos povos cultos. Como timbre, uma estrela de prata; timbre que São Paulo é uma das

Os ramos de café indicam a base da fortuna pública do Estado e a tradição de riqueza que São Paulo soube criar-se, através de arduos trabalhos.



BRAZÃO DE ARMAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Folha da Manhã, 30 ago. 1932.